

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	11
3.4 - Política destinação de resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos	14
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	19
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	50
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	54
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	55
4.5 - Processos sigilosos relevantes	56
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	57
4.7 - Outras contingências relevantes	58
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	60
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	67
5.3 - Descrição - Controles Internos	70

Índice

5.4 - Programa de Integridade	73
5.5 - Alterações significativas	77
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	78
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	79
6.3 - Breve histórico	80
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	82
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	83
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	84
7.1.a - Iufs. de sociedade de economia mista	91
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	92
7.3 - Produção/comercialização/mercados	94
7.4 - Principais clientes	108
7.5 - Efeitos da regulação estatal	109
7.6 - Receitas relevantes no exterior	114
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	116
7.8 - Políticas socioambientais	117
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	118
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	119
8.2 - Alterações na condução de negócios	120
8.3 - Contratos relevantes	121
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	122
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	123
9.1.a - Ativos imobilizados	124
9.1.b - Ativos Intangíveis	125
9.1.c - Participação em sociedades	144
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	148
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	149

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	164
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	168
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	170
10.5 - Políticas contábeis críticas	171
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	175
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	176
10.8 - Plano de Negócios	177
10.9 - Outros fatores com influência relevante	182
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	184
11.2 - Acompanhamento das projeções	185
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	186
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	200
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	205
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	209
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	210
12.7/8 - Composição dos comitês	218
12.9 - Relações familiares	220
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	221
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	224
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	225
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	229
13.2 - Remuneração total por órgão	237
13.3 - Remuneração variável	241
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	243
13.5 - Remuneração baseada em ações	247
13.6 - Opções em aberto	249
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	250
13.8 - Precificação das ações/opções	251

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	253
13.10 - Planos de previdência	254
13.11 - Remuneração máx, mín e média	256
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	258
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	259
13.14 - Remuneração - outras funções	261
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	262
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	263
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	266
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	268
14.3 - Política remuneração dos empregados	269
14.4 - Relações emissor / sindicatos	270
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	271
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	272
15.3 - Distribuição de capital	277
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	278
15.5 - Acordo de Acionistas	279
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	280
15.7 - Principais operações societárias	281
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	286
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	287
16.2 - Transações com partes relacionadas	289
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	290
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	292
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	293
17.2 - Aumentos do capital social	294
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	295
17.4 - Redução do capital social	296

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	297
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	298
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	299
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	300
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	301
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	302
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	305
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	306
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	307
18.8 - Títulos emitidos no exterior	308
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	309
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	310
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	312
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	313
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	316
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	317
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	319
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	320
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	321
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	322
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	325
21.3 - Responsáveis pela política	327
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	328

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Jean Carlo Klaumann

Cargo do responsável Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Aury Ronan Francisco

Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

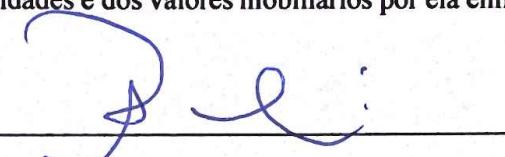
Jean Carlo Klaumann, brasileiro, casado, graduado em marketing, com endereço profissional na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 4º andar, Bairro Santo Antônio, CEP 89218-105, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.847.787-8 – SSP/SP e inscrito no C.P.F/M.F. sob nº 808.968.989-20, na qualidade de Diretor Presidente da **Neogrid Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antônio, CEP 89218-105, inscrita Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob nº 10.139.870/0001-08 (“Companhia”), declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Jean Carlo Klaumann
Diretor Presidente

Aury Ronan Francisco, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Santos Dumont, 935, 1º Andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89218-105, Joinville-SC, portador da Cédula de Identidade RG nº 79718696– SSP/PR e inscrito no C.P.F/M.F. sob nº 039.730.159-61, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos seus artigos 15 a 20.
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Aury Ronan Francisco
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM	
Código CVM	287-9	
Tipo auditor	Nacional	
Nome/Razão social	Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes	
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20	
Data Início	29/03/2021	
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) revisão das informações trimestrais (ITR) referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).	
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em 2021, o valor dos honorários relativos a serviços de auditoria externa foi de R\$ 609.150,00 (seiscentos e nove mil cento e cinquenta reais), líquido de impostos.	
Justificativa da substituição	Não Aplicável	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável	
Nome responsável técnico	CPF	Endereço
LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA	18/09/2020	174.820.538-24 Rio Branco, 847, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (48) 32120236, e-mail: leandro.camilo@pwc.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2 que não tenham sido evidenciadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	467.883.304,00	453.668.755,00	137.289.076,00
Ativo Total	769.766.558,00	660.932.763,00	333.783.192,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	245.604.388,00	212.580.144,00	207.098.963,00
Resultado Bruto	163.404.891,00	138.943.000,00	145.143.133,00
Resultado Líquido	14.609.650,00	12.357.735,00	8.653.507,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	236.735.439	236.286.439	170.263.458
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,976397	1,919995	0,806330
Resultado Básico por Ação	0,061700	0,073100	0,051070
Resultado Diluído por Ação	0,06	0,07	0,05

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

- **Valor das medições não contábeis**

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”) e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou como medidas de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez. O EBITDA e a margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Valores em R\$ mil	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
	EBITDA	44.021	50.665
Margem EBITDA (%)	17,92%	23,83%	21,69%

- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

O endividamento bruto da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia conforme prática do mercado a ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

O endividamento líquido da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (endividamento bruto), descontada de caixa e equivalentes de caixa.

O grau de alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: endividamento líquido / (endividamento líquido + patrimônio líquido).

O endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem não são indicadores do desempenho financeiro da Companhia reconhecidas pelo IFRS, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. O endividamento bruto, líquido e o grau de alavancagem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia apresenta as seguintes medidas não contábeis referentes ao endividamento bruto e líquido e grau de alavancagem.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Valores em R\$ mil	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Endividamento bruto	83.516	120.471	116.198
Endividamento líquido	-227.436	-245.149	91.290
Grau de alavancagem	-94,59%	-117,57%	39,94%

- Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- EBITDA e Margem EBITDA

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA:

Valores em R\$ mil	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	14.610	12.359	8.654
(+) Imposto de renda e contribuição social	8.888	12.213	5.008
(+) Despesas financeiras, líquidas	1.990	9.548	15.114
(+) Depreciação e amortização	18.533	16.545	16.153
EBITDA	44.021	50.665	44.929
Receita operacional líquida	245.604	212.581	207.099
Margem EBITDA (%)	17,92%	23,83%	21,70%

- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

Conciliação dos endividamentos bruto e líquido e do grau de alavancagem:

Valores em R\$ mil	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	26.487	34.322	18.678
Não circulante	57.029	86.149	97.520
Endividamento bruto	83.516	120.471	116.198
(-) Caixa e equivalentes de caixa	96.456	114.417	24.908
(-) Aplicações financeiras	214.496	251.203	-
Endividamento líquido	(227.436)	(245.149)	91.290
Patrimônio líquido	467.883	453.669	137.289
Grau de alavancagem	94,59%	117,57%	39,94%

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

- Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

- EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, a Companhia entende que o EBITDA é o indicador mais apropriado para fins de análises de performance, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA e a Margem EBITDA, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

A Companhia acredita que a utilização do EBITDA como medida de desempenho financeiro pode contribuir para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia ressalta que o EBITDA é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA não é medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), este não deve ser utilizado como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido; ou (iii) indicador de liquidez.

- Endividamento bruto e líquido e grau de alavancagem

A Companhia entende que o endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem são medições que contribuem para a compreensão de sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira.

A Companhia ressalta que o endividamento bruto e o endividamento líquido são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o endividamento bruto e o endividamento líquido não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), não devem ser utilizadas como substituto para o fluxo de caixa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 11 de março de 2022.

Incorporação da Smarket

Em 01 de janeiro de 2022 foi formalizado o processo de incorporação da controlada indireta da Companhia, Smarket Solutions, pela controlada direta Neogrid Informática, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2021. Não houve emissão de novas quotas, tendo em vista que a totalidade das quotas representativas do capital social da Smarket já era detida pela Neogrid Informática antes desta data. Com a incorporação, a Neogrid Informática assumiu todos os direitos e obrigações da Smarket, com a consequente extinção desta.

Programa de Recompra de ações

Em 18 de janeiro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o Programa de Recompra de ações, até o limite de 8.500.000 ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, ou mesmo utilização para cumprimento de plano de incentivo baseado em ações, que eventualmente venha a ser aprovado conforme artigo 168 da Lei nº 6.404/76, conforme fato relevante nessa data.

O objetivo do Programa de Recompra é maximizar a geração de valor ao acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia.

Alterações de membros do Conselho de Administração

Em 27 de janeiro de 2022, em reunião realizada nesta data, o Conselho de Administração aprovou a renúncia do Sr. Jose Rogerio Luiz ao cargo de membro efetivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Na mesma sessão, os demais membros do Conselho de Administração aprovaram a nomeação do Sr. Jorge Steffens, em substituição do cargo e complemento ao mandato atual, que se encerra na Assembleia Geral Ordinária de 2022.

Eleição de novo Presidente da Companhia

Em continuidade ao processo de sucessão da presidência da Companhia, divulgado em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração elegeu em 07 de fevereiro de 2022, o Sr. Jean Carlo Klaumann para o cargo de Diretor Presidente, com posse em 1º de março de 2022, em substituição ao Sr. Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez que permanece no cargo até 28 de fevereiro de 2022, conforme fato relevante divulgado em 07 de fevereiro de 2022.

Incorporação da Lett

Em 01 de abril de 2022 foi formalizado o processo de incorporação da controlada indireta da Companhia, Lett, pela controlada direta Neogrid Informática, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2022. Não houve emissão de novas quotas, tendo em vista que a totalidade das quotas representativas do capital social da Lett já era detida pela Neogrid Informática antes desta data. Com a incorporação, a Neogrid Informática assumiu todos os direitos e obrigações da Lett, com a consequente extinção desta.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Incorporação da Arker

Na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2022, também foi aprovado o processo de incorporação da Arker pela controlada direta Neogrid Informática Ltda, a ser realizado em 01 de maio de 2022. Não haverá emissão de novas quotas, tendo em vista que a totalidade das quotas representativas do capital social da Arker já é detida pela Neogrid Informática. Com a incorporação, a Neogrid Informática assumirá todos os direitos e obrigações da Arker, com a consequente extinção desta.

Assembleia Geral Ordinária de 27/04/2022

Em 27 de Abril de 2022 foi realizada Assembleia Geral Ordinária com as seguintes deliberações:

- Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- Aprovação da destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2021, no valor de R\$ 14.609.649,55, da seguinte forma: (i) destinação de R\$ 730.482,48, equivalentes a 5% do lucro líquido, para a constituição da reserva legal; (ii) distribuição aos acionistas da Companhia de R\$ 3.469.791,77, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, a título de dividendos obrigatórios; (iii) retenção de R\$ 10.409.375,30, para execução de orçamento de capital ora aprovado.

Ficou consignado que os dividendos aprovados serão pagos de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 27 de abril de 2022 (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia (inclusive), de modo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos a partir do dia 28 de abril de 2022. Os valores serão pagos em 15 de junho de 2022, no domicílio bancário fornecido pelo acionista à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição depositária das ações escriturais da Companhia.

Aprovação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022 no valor de até R\$11.666.124,12 (onze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e vinte e quatro reais e doze centavos).

Aprovação da ratificação da nomeação do Sr. Jorge Steffens, para o mandato unificado aos demais membros do Conselho de Administração, bem como a sua consignação como membro efetivo para fins do Regulamento do Novo Mercado, a partir de 27 de janeiro de 2022, em substituição ao Sr. José Rogério Luiz que renunciou nessa mesma data.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Para mais informações sobre as regras e políticas de destinação dos resultados da Companhia a partir do exercício social corrente, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

	2021	2020	2019
a. Regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios sociais, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre o balanço do exercício revisado anualmente, quando tiver duração superior a 1 (um) exercício social.		
a.i. Valores das retenções de lucros	Reserva legal R\$ 730; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 10.892 mil.	Reserva legal R\$ 618; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 3.037 mil.	Reserva legal R\$ 433 mil; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 7.953 mil.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Cancelamento de Ações tesouraria: 0,00% Reserva de Retenção de Lucros: 74,55%	Reserva legal: 5% Dividendos mínimos obrigatórios: 23,75% Cancelamento de Ações tesouraria: 46,68% Reserva de Retenção de Lucros: 24,57%	Reserva legal: 5% Cancelamento de Ações tesouraria: 3,1% Reserva de Retenção de Lucros: 91,9%
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei 6.404/76 e no Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos ocorre ao fim de cada exercício social. Para períodos inferiores, o Estatuto Social da Companhia, em seu Artigo 27, contém previsão acerca da possibilidade de distribuição.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo previsto a seguir, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. A 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, realizada em 1º de outubro de 2019 impõe restrição à distribuição de dividendos: caso a Emissora e/ou Fiadoras estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou financeiras com os debenturistas ou quaisquer terceiros no âmbito de dívidas contraídas no mercado financeiro ou de capitais, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Para mais informações sobre a debênture emitida pela Companhia, vide itens 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.		
e. Política de destinação de resultados	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.		

3. Informações financeiras selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado		14.609.649,55	12.358.735,09	8.653.507,23
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		23,700000	23,700000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		3,120000	2,720000	6,300000
Dividendo distribuído total		3.469.791,77	2.934.962,08	0,00
Lucro líquido retido		10.409.375,30	8.805.886,26	8.221.000,00
Data da aprovação da retenção		27/04/2022	30/04/2021	22/04/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Prioritário Mínimo								
Ordinária			3.469.791,77	15/06/2022	2.934.962,08	15/06/2021		
Ordinária								0,00

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Não foram realizadas distribuições de dividendos à conta de lucros retidos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	301.899,00		Índice de Endividamento 64,53000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		242.151,00	664.999,00	0,00	0,00	907.150,00
Financiamento	Garantia Real		1.974.292,00	3.872.230,00	3.872.230,00	4.194.916,00	13.913.668,00
Títulos de dívida	Quirografárias		24.270.371,00	44.424.390,00	0,00	0,00	68.694.761,00
Total			26.486.814,00	48.961.619,00	3.872.230,00	4.194.916,00	83.515.579,00

Observação

Observação: As informações referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e correspondem a soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante. Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas que são garantidas somente por aval ou fiança foram enquadradas na categoria de espécie com garantia real. O Financiamento evidenciado na tabela acima refere-se aos financiamentos à produção da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

A Companhia é parte de contratos financeiros que contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross-default*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross-acceleration*), que determinam que a ocorrência de um inadimplemento ou de um vencimento antecipado, conforme o caso, de dívidas da Companhia com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos financeiros, permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 3.1 a 3.8 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O investimento em ações da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um “efeito adverso” ou um “efeito negativo” para a Companhia, “afetará adversamente” a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção “4.1. Fatores de Risco”.

Não obstante a subdivisão desta seção “4.1. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

(a) Riscos relacionados à Companhia

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A repercussão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou a adoção de severas medidas restritivas voltadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença. No Brasil, essas medidas influenciaram no comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Com o progresso na vacinação da população mundial, as restrições passaram por revisões de autoridades governamentais de acordo com as orientações da OMS, permitindo a retomada

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

gradativa das atividades econômicas. Porém, a recessão causada pelas respostas à pandemia COVID-19 continua afetando a recuperação econômica global, podendo resultar em (i) aumento do desemprego, (ii) menor atividade comercial e de consumo, (iii) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia, (iv) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências, (v) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito, (vi) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia e (vii) substituição, por clientes da Companhia, dos produtos por ela oferecidos, por alternativas de menor custo de concorrentes emergentes. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços e produtos oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia, e consequentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia poderá também enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito dos instrumentos que regem seu endividamento. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive comprometer seu plano de expansão.

Com o potencial ressurgimento do COVID-19 à medida que novas variantes emergem, a exemplo da Omicron, a Companhia poderá sofrer impactos adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1. Fatores de Risco”. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

O mercado de sistemas de gestão de cadeia de suprimentos, principal mercado em que a Companhia atua em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, surgimento de novos competidores/startups, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Assim, os resultados da Companhia dependem de sua capacidade de prever e se adaptar em tempo hábil a tais transformações tecnológicas.

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou especificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

Mudanças nas leis tributárias podem aumentar a carga tributária da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente a sua lucratividade.

As legislaturas e autoridades fiscais nas jurisdições em que a Companhia opera promovem regularmente reformas nos regimes tributários e outros regimes de avaliação aos quais a Companhia e seus clientes estão sujeitos. Tais reformas incluem mudanças nas alíquotas de impostos e, ocasionalmente, promulgação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a finalidades governamentais designadas. Além disso, a interpretação das leis tributárias por tribunais e autoridades tributárias está em constante evolução. No Brasil, o sistema tributário é altamente complexo e a interpretação das leis e regulamentos tributários é comumente controversa, o que pode ter como consequência processos administrativos e judiciais envolvendo a Companhia. Os efeitos dessas mudanças e quaisquer outras alterações que resultem da promulgação de reformas tributárias adicionais ou na maneira como as leis tributárias atuais são aplicadas não podem ser quantificados e não há garantias de que essas reformas ou mudanças não tenham um efeito adverso sobre os negócios da Companhia.

Uma queda nas receitas de serviços e das mensalidades geradas pelos sistemas de gestão de cadeia de suprimentos e serviços a eles relacionados oferecidos pela Companhia poderá resultar em impacto adverso relevante em seus fluxos de caixa e liquidez.

A maior parte da receita da Companhia provém de mensalidades pela utilização de seus softwares (que correspondem à receita bruta de manutenção do uso dos softwares e royalties), as quais compuseram 96,32%, 95,07% e 91,47% da receita bruta operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 respectivamente.

Caso a receita da Companhia advinda de taxas, assinaturas, contratações e mensalidades de seus produtos e/ou serviços diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por tais serviços e/ou produtos, ou ainda em razão de outros fatores como indisponibilidade da infraestrutura ou aplicações, fluxos de caixa e liquidez da Companhia poderão ser negativamente afetados de maneira relevante.

Erros em previsões ou decisões analíticas dos algoritmos da Companhia podem levar clientes ao erro em suas operações e ocasionarem processos judiciais e; ou outras sanções e impactos nos resultados.

Eventuais erros cometidos por clientes por influência de indicadores, sugestões, sinalizações dos algoritmos utilizados pela Companhia, ou pela complexidade dos modelos, podem levar os clientes a tomarem decisões que afetem adversamente seus resultados, resultando em responsabilidade perante os clientes e demandas indenizatórias por eles movidas contra a Companhia, além de rompimentos contratuais, com consequências financeiras adversas para a Companhia, e também para sua a imagem perante o mercado.

Os modelos, métodos de gestão e procedimentos adotados pela Companhia para o gerenciamento de riscos podem não ser efetivos ou suficientes para evitar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, o que poderá impactar adversamente sua reputação e seus resultados de forma relevante.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O conjunto de políticas, procedimentos, processos e métodos utilizados pela Companhia para a gestão de riscos podem não identificar e capturar a exposição a riscos não categorizados ou imprevistos. Considerando o horizonte temporal empregado nas séries, os modelos estatísticos e as ferramentas de gestão utilizados pela Companhia podem não ser precisos na mensuração do capital necessário para a cobertura de fatores imprevisíveis ou não categorizados. Da mesma forma, os testes de estresse e as análises de sensibilidade, podem não identificar e capturar todos os possíveis impactos de tais fatores nos resultados da Companhia.

A Companhia pode incorrer, ainda, em perdas decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de seus processos internos, de seus funcionários e de sistemas ou eventos externos e imprevistos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades por ela desenvolvidas. Portanto, eventuais perdas da Companhia poderão ser significativamente maiores do que as indicadas nos relatórios divulgados pela Companhia ao mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a imagem e reputação da Companhia, bem como sobre seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

No exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia realizado pelos auditores independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi comunicado aos administradores da Companhia que as demonstrações financeiras apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho de suas operações e seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Os auditores independentes também elencaram alguns assuntos considerados mais significativos (PAA - Principais Assuntos de Auditoria) para dar foco no trabalho executado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021: (i) combinações de negócios ocorridas durante o exercício; (ii) reconhecimento de receita; e (iii) recuperabilidade dos ágios.

Adicionalmente, a Companhia conta com a equipe de auditoria interna para avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos em seus respectivos processos, de acordo com as melhores práticas e procedimentos, conforme um cronograma anual aprovado pelo Comitê de Auditoria.

Falhas ou ineficiências nos controles internos da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, impedir de reportar tempestivamente seus resultados operacionais e afetar a confiança dos investidores na Companhia, o que pode impactar o preço de negociação de suas ações.

Há risco de os registros de marcas da Companhia e suas subsidiárias serem questionados por terceiros ou expirarem caso o titular não tome as providências necessárias para garantir a vigência do registro junto ao INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem vir a ser indeferidos e não concedidos pelo INPI. Em ambos os casos, há o risco de geração de custos adicionais para a Companhia e impacto negativo na sua competitividade e seus negócios.

A marca “Neogrid” é relevante para as atividades da Companhia e contribui para a manutenção de sua posição competitiva no mercado, sendo de titularidade de sua subsidiária Neogrid Informática S.A. (antiga denominação social da Neogrid Informática Ltda.), conforme registros e pedidos de registros perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”). A Companhia também utiliza a marca “Neogrid” no exterior, cujos registros e pedidos de registros perante os órgãos competentes também são de titularidade da Neogrid Informática S.A. A Companhia também utiliza alguns nomes de domínio relevantes associados às marcas, bem como alguns programas de computador e de patente.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Terceiros podem registrar a marca Neogrid em outras classes, ou até mesmo nas mesmas classes em que a Companhia atua, e o INPI pode decidir pelo registro das marcas em favor dos terceiros, mesmo tendo a Companhia se manifestado contrariamente ao registro. O que pode causar confusão entre clientes da Companhia, se o segmento de atuação do terceiro for semelhante ao da Neogrid.

O INPI pode indeferir determinados pedidos de registro de marcas utilizadas pela Companhia de forma definitiva, impedindo a Companhia de utilizar tais marcas. A lista completa e descrição de eventuais efeitos da perda de direitos de propriedade intelectual da Companhia estão descritas nos itens 7.5 e 9.1(b) deste Formulário de Referência.

Em outras palavras, qualquer falha da Companhia em proteger os ativos de propriedade intelectual que utiliza pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais e, consequentemente, nos seus valores mobiliários.

A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições de empresas e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

Fusões e aquisições são elementos importantes da estratégia de expansão da Companhia e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição de empresas e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso, outros *players* do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução do valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial da Companhia incluía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 373.491 mil, o que representava 48,52% do ativo total da Companhia naquela data. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 225.890 mil, correspondente a 34,18% do ativo total da Companhia naquela data. Tais ativos consistem principalmente em ativos intangíveis de ágios e mais valia decorrentes de operações de fusões e aquisições.

Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil, e os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* de ágio são realizadas pela Companhia anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos intangíveis que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Companhia efetua a avaliação de *impairment* com base em premissas, baseadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção. Para mais informações sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na estimativa do valor em uso e sensibilidade de tais ativos, vide item 10.5 deste Formulário de Referência - Perda (*Impairment*) do ágio.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos seus ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas da própria Companhia, como por exemplo, estimativas de previsibilidade de receita, custos, despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa além da definição de estrutura de capital para mensuração do custo médio ponderado do capital (taxa de desconto). Os fluxos de caixa futuros são descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital, que leva em conta fatores como: risco país, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento.

Além do risco inerente das estimativas de receitas, custos e despesas da própria Companhia não se materializarem no futuro, seja por erro humano, omissão profissional ou por efeitos externos adversos, a taxa de desconto também pode sofrer impactos derivados das mudanças dos fundamentos econômicos do cenário global, alterando o balizamento das expectativas de risco dos agentes econômicos. Movimentos de alta nas taxas de inflação, juros e risco país podem reduzir consideravelmente o valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por *impairment* no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

Uma redução no valor recuperável (*impairment*) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O exercício das opções de compra no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações pelos seus beneficiários poderá promover a diluição dos demais acionistas da Companhia, bem como aumentar a volatilidade das ações de emissão da Companhia.

A Companhia possui um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”). O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 ações. Até a data deste Formulário de Referência, haviam sido outorgadas opções correspondentes a 8.909.327 ações. Após as outorgas, alguns Beneficiários titulares de opções correspondentes a 431.888 ações solicitaram seu desligamento da Companhia e, portanto, perderam o direito de exercer tal opção de compra. Até a data deste Formulário de Referência foram exercidas opções correspondentes a 7.454.439 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, restam opções correspondentes a 72.003 ações a serem outorgadas no âmbito do Plano e 1.023.000 ações no âmbito das opções já outorgadas e não exercidas.

Ademais, uma vez exercidas as opções e decorridos os seus respectivos períodos de restrição de venda, as ações transferidas para os beneficiários não estarão sujeitas a qualquer restrição de venda (*lock-up*) e, portanto, poderão ser livremente negociadas pelos beneficiários a qualquer tempo.

A ocorrência de vendas ou a percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode aumentar a volatilidade das ações de emissão da Companhia e afetar adversamente o seu valor de mercado ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Além disso, o exercício das Opções no âmbito do Plano pelos seus beneficiários gerou despesa total de R\$ 391 mil com as Opções exercidas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.159 mil em 31 de dezembro de 2020).

Para mais informações sobre o Plano e os períodos de lock-up, vide item 13 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os interesses dos diretores e dos principais executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de sua emissão, uma vez que participem do Plano de Outorga de Ações, o que pode afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo da Companhia.

O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 ações. Até a data deste Formulário de Referência, haviam sido outorgadas opções correspondentes a 8.909.327 ações. Após as outorgas, alguns Beneficiários titulares de opções correspondentes a 431.888 ações solicitaram seu desligamento da Companhia e, portanto, perderam o direito de exercer tal opção de compra. Até a data deste Formulário de Referência foram exercidas opções correspondentes a 7.454.439 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os diretores e principais executivos que participam ou que venham a participar do Plano de Outorga de Ações terão seu potencial ganho vinculado ao maior valor de mercado das ações da Companhia. O fato de tais diretores e principais executivos participarem do referido Plano pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses da Companhia e dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo, o que poderá afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo e, consequentemente, a Companhia.

Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações da Companhia e sobre a remuneração variável dos diretores da Companhia ver os itens 13.3 e 13.4 deste Formulário de Referência.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia, sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação, a implementação de seu plano de crescimento e a implementação de sua estratégia no setor de gestão e análises de dados e identificação e exploração de novos produtos, tecnologias e oportunidades de negócio, depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. Há carência no mercado de profissionais especializados no setor de atuação da Companhia e alta demanda por profissionais qualificados, de forma que o mercado para tais profissionais tem forte concorrência, o que pode levar à elevação exacerbada dos custos com pessoal, ou mesmo indisponibilidade de profissionais na quantidade necessária. Além disso, profissionais especializados podem ser atraídos por concorrentes, o que pode acarretar fortalecimento de concorrentes ou a formação de novos concorrentes.

Haja vista que a competição por funcionários altamente qualificados é intensa, a Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A adoção do teletrabalho ou home office, poderá causar inadaptabilidade aos funcionários, apresentar riscos trabalhistas, e/ou aumentar os custos da companhia para ofertar as mesmas práticas de mercado.

A Companhia possibilitou a escolha, pelos funcionários, do teletrabalho/home office, formalizada por meio de política de home office. Essa prática poderá afetar a produtividade e a adaptação dos funcionários ao trabalho nessa modalidade. Além disso, essa prática pode acarretar riscos trabalhistas resultando em litígios que, por sua vez podem ocasionar o pagamento de indenizações por parte da Companhia. A quantidade de empresas que ofertam os mesmos ou melhores benefícios e formato de trabalho que a Companhia, pode ser muito alta, ocasionando em dificuldade em novas contratações ou perda de funcionários.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

As políticas e as estruturas para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos foram implementadas recentemente pela Companhia no âmbito de sua oferta pública inicial de ações, sendo que algumas delas ainda não estão plenamente estruturadas.

Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. Além disso, no âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações, resultar em julgamentos desfavoráveis, acordos ou multas, e, portanto, afetar adversamente seus resultados e sua reputação.

A Companhia e seus administradores são e poderão, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas e controladores da Companhia, ser parte em conflitos administrativos, judiciais e de arbitragem ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que os provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos serão feitos e/ou mantidos. O envolvimento da Companhia e de seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar dano à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar a continuidade ou a rentabilidade de linhas de serviços já estabelecidas pela Companhia, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados e, por conseguinte, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação.

Haja vista que o valor de provisões da Companhia em relação a essas questões é e poderá ser inferior ao valor total das reivindicações feitas contra ela, não há garantia de que a decisão final dessas questões não excederá as provisões atualmente acumuladas pela Companhia. Decisões desfavoráveis à Companhia e/ou aos seus administradores em processos judiciais e administrativos podem resultar, inclusive, em danos reputacionais à Companhia, além de ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Ademais, caso existam contingências advindas das aquisições que podem vir a ser realizadas como parte da estratégia de crescimento da Companhia, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Para mais informações acerca das ações judiciais, administrativas e arbitrais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia e poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita a riscos para os quais não possui cobertura de seguros, tais como: guerra civil, caso fortuito, atos terroristas, força maior ou interrupção de certas atividades, dentre outros. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas atuais apólices de seguro da Companhia e de suas subsidiárias, Neogrid Netherlands BV e North America LLC, pode ser inadequada ou insuficiente, implicando em reembolso menor do que o esperado. As principais apólices são relativas ao Compreensivo Empresarial, Responsabilidade Civil Geral, Indenização Profissional e Segurança Cibernética, descritas nos itens 5.5 e 12.11 deste Formulário de Referência. Estas compreendem coberturas que variam aproximadamente de R\$30.000,00 a R\$35.000.000,00. A Companhia não pode garantir que a cobertura dos seguros por ela contratados estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode afetar adversamente as receitas, despesas, imagem e negócios.

Uma vez que as atividades desenvolvidas pela Companhia estão vinculadas à gestão e análise de dados pessoais e confidenciais, eventuais ataques cibernéticos poderão causar vazamentos de informações ou violações de bases de dados, resultando em perdas para as quais a Companhia não contratou proteção adequada.

A cobertura de risco da Companhia de acordo com as apólices de seguro vigentes nesta data poderá ser inadequada ou insuficiente para eventos não cobertos por tais apólices de seguro, o que poderá causar um revés financeiro para a reparação dos ativos afetados e comprometer os investimentos da Companhia. Mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

Além disso, a Companhia não pode garantir que no futuro conseguirá manter suas apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá gerar maiores custos à Companhia, e, consequentemente, afetar adversamente seus negócios.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e pela pandemia da COVID-19, entre outros acontecimentos. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide itens 3.7, 10.1(f), e 18.5 deste Formulário de Referência

A Companhia pode vir a precisar de recursos adicionais no futuro. Esta captação de recursos adicionais poderá se dar por meio de emissão de valores mobiliários referenciados em ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias e resultar em diluição do valor econômico do investimento dos investidores e da participação do investidor no capital social da Companhia.

Os detentores das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão sofrer pela alteração no preço das ações ordinárias, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia e na diluição da participação dos investidores em seu capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de sua emissão.

O código de conduta da Companhia e os seus procedimentos internos, podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que atuam no interesse e benefício da Companhia. Falhas nos processos de governança corporativa, na gestão de riscos e em procedimentos de compliance poderão afetar adversamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilicitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados. Além disso, a Companhia está sujeita às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem no interesse e benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção que a Companhia está sujeita.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com seus princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, as pessoas jurídicas que se dedicam à venda de bens de alto valor estão sujeitas a obrigações relacionadas à adoção de políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com seu porte e volume de operações, manutenção de registros e apresentação de relatórios de operações financeiras às autoridades competentes, entre outros. Atualmente a Companhia não conta com um programa estruturado para o combate à lavagem de dinheiro e está sujeita às seguintes sanções, na hipótese de descumprimento da Lei: II - multa pecuniária variável não superior: (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou (c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e IV - cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento. A aplicação de qualquer uma dessas sanções à Companhia poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro para financiar sua estratégia de crescimento. Tal financiamento poderá estar indisponível ou apenas estar disponível em termos e condições desfavoráveis para a Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Com relação à sua estratégia de crescimento, a Companhia precisa de montantes significativos de capital para financiar seus projetos futuros, bem como as despesas que são incorridas para manutenção de suas operações.

Se os fluxos de caixa advindos das operações da Companhia não forem suficientes para atender às suas necessidades de capital e financiar suas iniciativas e estratégias de crescimento, a Companhia poderá ser obrigada a captar recursos adicionais, inclusive por meio de financiamentos futuros ou ofertas públicas de valores mobiliários, incluindo ações de emissão da Companhia e títulos (incluindo valores mobiliários) conversíveis em tais ações.

Financiamentos futuros poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que conseguirá ter acesso a capital adicional. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinanciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de sua emissão, o que pode afetar adversamente o preço dessas ações.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de seu estatuto social. No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, reduzindo o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Os contratos financeiros da Companhia e de determinada subsidiária contam com cláusulas restritivas (covenants). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode causar o vencimento antecipado das dívidas contraídas pela Companhia e/ou por sua subsidiária, o que pode ter um efeito negativo para a Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida e/ou garantias, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

determinadas situações, como alteração da composição do capital social da tomadora, contratante ou da devedora solidária, conforme o caso, eventuais mudanças ou transferência, a qualquer título e forma, do controle acionário da Companhia, sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária e descumprimento dos índices financeiros previstos em tais instrumentos, entre outras. Além disso, tais contratos possuem cláusulas que preveem a antecipação do vencimento da dívida na hipótese de descumprimento ou declaração do vencimento antecipado de determinadas outras dívidas de entidades do grupo econômico da Companhia (*cross-default* e *cross-acceleration*).

Caso a Companhia ou sua subsidiária não cumpram com os *covenants* previstos em tais contratos financeiros, e caso a Companhia ou sua subsidiária não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, inclusive para realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, a Companhia ou suas subsidiárias poderão ser obrigadas a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre esta. Para mais informações sobre os instrumentos de dívida da Companhia, veja os itens 3.8 e 10.1“f” deste Formulário de Referência.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.

Os acionistas controladores da Companhia detém a maioria do capital votante e após a conclusão da oferta, continuarão a deter o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia). Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido.

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia não está exposta a riscos cuja origem sejam seus acionistas.

(d) Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia não está exposta a riscos cuja origem sejam suas controladas e coligadas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A Companhia depende de prestadores de serviços de back office e de tecnologia da informação para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá adversamente impactar seus negócios e sua situação financeira.

Os sistemas de *back office* e de tecnologia da informação da Companhia são complexos e fornecidos por terceiros, quais sejam (i) links de internet para clientes, (ii) telefonia fixa e móvel, (iii) aplicativos e diversos *softwares* de operação da produção da Companhia, (iv) banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (*cloud services*), (v) sistema de manutenção dos servidores remotamente, (vi) manutenções dos *Firewalls*, (vii) aplicações de negócios utilizando Microsoft Dynamics 365 desde a venda até o faturamento como gestão de relacionamento com o cliente – MS Dynamics CRM, (viii) gestão financeira MS Dynamics ERP, (ix) gestão de chamados e suporte aos clientes MS Dynamics Customer Support (controle dos atendimentos e visibilidade sobre status de cada chamado/atendimento da Companhia), (x) monitoramento dos serviços de produção e infraestrutura, (xi) sistema de gestão de demandas e pipeline de desenvolvimento de tecnologia Microsoft Azure DevOps e MS Power Platform, (xii) sistema de armazenamento de certificados de clientes (fiscal), (xiii) equipamentos e sistemas de *firewall* de produção, entre outros. As operações e, consequentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou *software* que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

A perda do relacionamento e/ou falência de determinados fornecedores essenciais podem impactar a continuidade das operações da Companhia, podendo causar efeitos negativos e relevantes em seus resultados.

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade de suas atividades e para a oferta de produtos e prestação de serviços a seus clientes, dentre os quais destacam-se *Embratel, Vivo, Unirede, Software AG, Level 3, Ávato Datacenter, Equinix, Livechat, Logmein, Brasoftware, Compugraf, Big Blue, Microstrategy, Ecore, Dinamo, AWS, Microsoft Azure e Google Cloud*. Os serviços de armazenamento, manutenção, links de internet e GAVB. Os serviços de nuvem que a companhia utiliza dos fornecedores Equinix, Microsoft e Amazon são fundamentais para a continuidade das atividades da Companhia. Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços destes fornecedores, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, podendo afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade dos produtos ou serviços da Companhia.

A existência de fornecedores de serviços essenciais às operações da Companhia pode gerar um grau de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente a qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço por tais fornecedores. Caso tais fornecedores ou prestadores de serviços apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometa o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

impactada adversamente e de forma relevante em seus resultados, sua reputação junto aos clientes e ao mercado e em seu percentual de retenção de clientes.

Determinados produtos e serviços oferecidos pela Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou sujeitar a Companhia ao pagamento de taxas de licenciamento mais altas, o que poderá afetar sua reputação, sua condição financeira e seus resultados.

Enquanto a Companhia continuar a utilizar softwares, linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas de terceiros (cujos principais são Microsoft Azure Cloud, Azure AWS, Microsoft SQL Server, Microsoft Visual Studio; Tableau; Microsoft PowerBI, SoftwareAG WebMethods e Microsoft Dynamics Customer Services, Microsoft Dynamics Sales CRM, Microsoft Dynamics ERP F&O, MS Power Platform e DevOps, a Companhia não pode garantir que as licenças firmadas junto a estes não serão rescindidas. Mudanças nas licenças de terceiros utilizadas pela Companhia podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que os serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, o que poderá obrigar a Companhia a aumentar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento para assegurar a continuidade do desempenho de seus produtos e serviços.

A perda de acesso a dados de fontes externas pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer seus produtos e serviços a seus clientes, o que poderá afetar sua rentabilidade, sua reputação perante clientes atuais e futuros e aos seus resultados.

A Companhia depende de certos dados que são de fontes externas, tais como: relatórios de vendas diárias, relatórios de estoques diários, pedidos de compras e notas fiscais eletrônicas. Tais dados são fornecidos por varejistas, distribuidores, indústrias, parceiros tecnológicos, fontes governamentais e de registro público para o desenvolvimento de seus programas de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e para a prestação de seus serviços. Os atuais provedores de dados da Companhia podem optar por disponibilizar tais informações aos concorrentes da Companhia, ou simplesmente deixar de disponibilizar. Além disso, se: (a) um número substancial de fontes de dados (tais como parceiros tecnológicos, redes de varejo, distribuidores e registros públicos) não puderem fornecer dados importantes para a continuação e desenvolvimento de programas de gerenciamento e necessários à sincronização da cadeia de suprimentos oferecidos pela Companhia; (b) o acesso aos dados for perdido devido à regulamentação governamental, tal como inadequação dos contratos à LGPD; (c) o direito exclusivo ao uso de dados for perdido; ou (d) a coleta, a divulgação ou o uso de dados ficar acima do orçamento da Companhia; a capacidade da Companhia de fornecer produtos e serviços aos clientes pode sofrer um impacto negativo significativo, resultando na diminuição da receita e danos a sua reputação.

Por fim, não há garantia de que será possível obter dados de fontes alternativas se as fontes atuais e/ou futuras ficarem indisponíveis e/ou a custos elevados, a ponto de inviabilizar a continuidade de seu uso nas atividades da Companhia, o que poderá adversamente impactar seus resultados operacionais.

Para informações sobre o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD e outros riscos relacionados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, vide itens 4.1(h) e 7.5 deste Formulário de Referência.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

A incapacidade da Companhia de manter as relações comerciais com seus clientes de longo prazo nos mesmos volumes e/ou de renegociar tais relações em termos favoráveis à Companhia poderá adversamente afetar sua competitividade e seus resultados operacionais.

A Companhia possui relacionamentos de longo prazo com diversos clientes, que podem, a qualquer momento, rescindir unilateralmente os contratos que celebraram com a Companhia, reduzindo substancialmente o volume de negócios e a receita líquida da Companhia. Além disso, o encerramento das relações comerciais com tais clientes pode conceder oportunidades de negócios aos concorrentes da Companhia, prejudicando sua posição no mercado e enfraquecendo sua marca, o que poderá afetar negativamente seus negócios futuros e causar impactos relevantes e adversos em seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar os contratos existentes com seus clientes de longo prazo, manter o relacionamento com tais clientes ou parceiros de negócios ou recuperar valores devidos por clientes ou parceiros de negócios inadimplentes. A perda de um ou mais clientes ou parceiros de negócios da Companhia de longo prazo, ou renegociações com tais clientes e parceiros em termos comerciais desfavoráveis à Companhia, poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não conseguir repassar a seus clientes os aumentos de custos em que incorrer, o que poderá impactar negativamente seus resultados financeiros.

Os custos da Companhia são afetados por diversos fatores como remunerações pagas a seus colaboradores e administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e software adquiridos ou licenciados de fornecedores, conforme aplicável, dentre outros. Haja vista que os contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes não são todos ajustados pelas variações de custos em que a Companhia incorre, se houver aumento de tais custos sem que a Companhia os consiga repassar para seus clientes, as receitas e margens da Companhia poderão ser adversamente afetadas o que, por conseguinte, poderá causar um impacto negativo em seus negócios, seus resultados operacionais, sua situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

O mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo. O lançamento de novos produtos, serviços inovadores e estratégias de preços oferecidas pelos concorrentes da Companhia podem reduzir as vendas e a participação da Companhia no mercado, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante seus resultados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia opera em diversos mercados geográficos, oferecendo produtos e serviços, em um ambiente de alta e frequente inovação tecnológica. Concorrentes da Companhia poderão desenvolver novos produtos e/ou serviços superiores, que podem receber maior aceitação no mercado que os produtos e serviços ofertados pela Companhia. Além disso, alguns dos concorrentes da Companhia podem ter recursos financeiros, técnicos, *marketing*, entre outros, significativamente maiores do que os da Companhia. Como resultado, os concorrentes da Companhia podem estar em condições de responder de modo mais rápido a novas tecnologias ou a novas demandas dos clientes, dispendendo mais recursos que a Companhia para o desenvolvimento, aprimoramento, promoção, venda e suporte de produtos e serviços, ou sustentando políticas de preços agressivas em níveis que podem não ser acompanhados pela Companhia.

Adicionalmente, atuais clientes da Companhia podem desenvolver produtos próprios que substituam os que atualmente adquirem da Companhia ou contratar profissionais especializados que supram a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia e, portanto, poderão deixar de consumir os produtos e serviços da Companhia, resultando em impacto adverso e relevante na receita da Companhia.

Além disso, os concorrentes da Companhia têm amplas relações com os consumidores, incluindo relacionamentos com os atuais e potenciais clientes da Companhia, e ainda, novos concorrentes ou alianças entre os atuais concorrentes da Companhia podem emergir e, potencialmente, reduzir a participação de mercado e receita da Companhia. Ainda, participantes de outros segmentos poderão buscar expandir seus negócios em direção ao segmento de mercado no qual a Companhia atua, podendo haver a criação de novas empresas fornecedoras de tecnologias de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e/ou de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados, que poderão ter diferentes graus de associação e relacionamento com os atuais clientes da Companhia. Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de *software ERP* para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

Ademais, alguns dos concorrentes da Companhia podem optar por vender produtos e/ou serviços que competem com os da Companhia a preços mais baixos, aceitando margens e lucratividade mais baixas, ou podem vender produtos e/ou serviços a preços mais baixos, individualmente ou como parte de pacotes, modelos mais avançados ou técnicas melhores ou com mais funcionalidades, com maior facilidade de implantação junto a clientes, ou economias de escala. Todos os fatores acima poderão impactar negativamente as margens e resultados operacionais da Companhia, bem como prejudicar sua capacidade de obter novos clientes em condições favoráveis.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a companhia atue

A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em ambiente online, e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferências e compartilhamento de dados pessoais, bem como autoriza a criação da Autoridade Nacional de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas de proteção de dados no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, porém os artigos que discorrem sobre as suas sanções administrativas previstas (art. 52, 53 e 54) somente poderão ser aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, antes da entrada em vigor de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”) por alguns órgãos de defesa do consumidor, bem como por quaisquer dos integrantes dos 27 Ministérios Públicos Estaduais, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia poderá estar sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização; (vi) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; dentre outras.

Nesse sentido, relevante destacar que a Companhia trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios e atualmente está analisando o enquadramento de tratamento desses dados com as disposições da LGPD. Tais dados pessoais se tratados em desacordo com a legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia às penalidades administrativas e indenizações em sede judicial ou arbitral. Ademais, a Companhia deverá observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e a legislação aplicável em outras jurisdições onde opera, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros e a imagem da Companhia.

Ainda, se a Companhia não conseguir usar medidas de segurança da informação suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena, ou ainda, manter a conformidade com a LGPD e a legislação aplicável em outras jurisdições onde opera, poderá incorrer em custos relevantes que podem ter um efeito negativo na reputação e resultados operacionais. Consequentemente, qualquer falha que a Companhia experimentar na proteção de dados pessoais e no cumprimento da regulamentação de proteção de dados aplicável pode resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, remoção de dados pessoais da base e suspensão das operações, o que pode significativamente afetar de maneira negativa a reputação e resultados operacionais da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia poderá ser incapaz de proteger seus ativos intangíveis de forma adequada/eficaz, inclusive os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante seus resultados operacionais.

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger e preservar suas atuais e futuras marcas e defender os seus demais direitos de propriedade intelectual, incluindo, mas, não somente softwares e nomes de domínio, bem como os aspectos sigilosos relacionados à tecnologia desenvolvida pela Companhia e aos serviços prestados por ela. Portanto, o uso indevido ou não autorizado de quaisquer dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, pode diminuir o valor de suas marcas, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual. Nesse sentido, relevante mencionar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de propriedade intelectual idênticos ou similares aos produtos e/ou soluções da Companhia que atendam ao mesmo mercado.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer dos ativos de propriedades intelectual existentes ou futuras solicitados pela Companhia ou licenciados para a Companhia.

Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e defender os seus direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Se a Companhia não conseguir proteger seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros. Logo, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre as marcas relevantes da Companhia, veja o item 9.1.b (Bens do ativo não circulante relevantes - outros) deste Formulário de Referência.

Terceiros podem alegar que a Companhia infringe seus respectivos direitos de propriedade intelectual e isso poderá acarretar despesas significativas com litígios, licenciamentos ou gerar o impedimento de vendas de determinados produtos ou serviços da Companhia, o que poderá afetar de maneira relevante e adversa a reputação da Companhia e sua situação financeira.

A Companhia utiliza softwares próprios (seja da Companhia, obtidos por meio de aquisições de outras empresas, ou proveniente de empresas de seu grupo econômico) em suas atividades, os quais são desenvolvidos internamente por seus funcionários e/ou por terceiros desenvolvedores. Os contratos de trabalho assinados pelos funcionários possuem previsão que qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial (incluindo programas de computador) desenvolvido como resultado do contrato pertencerá à Companhia. Conforme previsto na Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no País. Ainda assim, a Companhia está sujeita a ações ajuizadas por ex-funcionários reivindicando a titularidade sobre estes programas de computador, hipótese em que a mesma poderá ser condenada ao pagamento de indenização e/ou obrigada a cessar a utilização do software objeto de disputa, o que resultará em efeitos adversos relevantes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

na sua capacidade de continuar a oferecer seus produtos e serviços e, portanto, poderá impactar negativamente seus negócios e sua reputação.

Assim, qualquer infração a direitos de propriedade intelectual cometida pela Companhia poderá resultar na celebração de acordos e/ou contratos de licença pela Companhia, que podem ser onerosos e restritivos, ou ainda, impedir que a Companhia venda determinados produtos e/ou realize a prestação de determinados serviços, gerando impactos adversos relevantes em seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Em outras palavras, qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à complexidade da tecnologia fornecida pela Companhia e à incerteza de litígios sobre o assunto.

A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações e alvarás necessários ao funcionamento de seus estabelecimentos poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais estabelecimentos e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro. Adicionalmente, alterações na legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia a custos adicionais para adequação a novos protocolos de saúde.

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de inspeção do corpo de bombeiros para a operação dos seus estabelecimentos. Se a Companhia não obtiver ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de seus estabelecimentos. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento de seus estabelecimentos, poderá ter um efeito negativo relevante nas atividades e resultados operacionais da Companhia. Em caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações da Companhia.

Além disso, qualquer interrupção na operação dos seus estabelecimentos devido à falta de registros, licenças, autorizações ou alvarás poderá prejudicar as atividades da Companhia e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a companhia atue

Não aplicável, haja vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Não aplicável, haja vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões socioambientais.

(k) Riscos macroeconômicos

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias pode afetar de forma relevante os negócios da Companhia.

A Companhia opera predominantemente no Brasil e depende das condições econômicas brasileiras. Desdobramentos futuros na economia brasileira poderão afetar as taxas de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

crescimento do Brasil e, por conseguinte, o consumo dos produtos e serviços da Companhia, sua estratégia de negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e, ocasionalmente, faz alterações relevantes nas políticas monetária, tributária e de crédito, entre outras. A Companhia poderá ser negativamente afetada por essas alterações, bem como por fatores gerais, incluindo, dentre outros: (i) expansão ou contração do crescimento da economia brasileira, conforme medido pelo produto interno bruto, ou PIB; (ii) inflação; (iii) políticas fiscais e monetárias; (iv) disponibilidade de crédito; (v) balança comercial; (vi) taxas de juros; (vii) fornecimento de energia elétrica; (viii) liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito; (ix) instabilidade social e política; (x) flutuações nas taxas de câmbio; e (xi) outras diretrizes ou eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que de outra forma afetem o país.

O surto de doenças transmissíveis, como a COVID-19, poderá levar a uma maior volatilidade nos mercados de capitais globais e afetar negativamente a economia mundial e a brasileira, incluindo o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Surtos potenciais ou reais de doenças (como a COVID-19) poderão ter um efeito negativo nos mercados de capitais globais (incluindo o mercado de capitais no qual as ações de emissão da Companhia são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e no preço das ações de emissão da Companhia. Historicamente, epidemias e surtos regionais ou globais de doenças, como os causados pelo vírus Zika, pelo vírus Ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecido como influenza aviária), pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecido como a gripe suína), como a febre aftosa, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (conhecida como MERS) e como a síndrome respiratória aguda grave (conhecida como SARS) afetaram determinados setores da economia dos países nos quais essas doenças se disseminaram.

O surto de qualquer doença que afete o comportamento das pessoas, como o surto da COVID-19, pode ter um efeito adverso relevante nos mercados, especialmente no mercado de ações. A adoção das medidas restritivas aliada às incertezas ocasionadas pelo COVID-19, por exemplo, impactaram negativamente a economia global e os mercados de capitais globais, inclusive no Brasil, causando volatilidade nas negociações da B3.

Qualquer mudança relevante na condição dos mercados financeiros ou na economia brasileira em decorrência desses eventos mundiais poderá reduzir a demanda de investidores brasileiros e estrangeiros por ações de emissores brasileiros, incluindo ações de emissão da Companhia, o que poderá afetar negativamente o preço de mercado dessas ações e prejudicar a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais e financiar suas operações em termos aceitáveis no futuro.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Por fim, importante frisar que 2022 é ano eleitoral no Brasil. Historicamente, em anos eleitorais, especialmente naqueles em que ocorrem eleições presidenciais, os níveis de investimento estrangeiro no país são reduzidos; e a incerteza política gera maior instabilidade e volatilidade no cenário político-econômico. Ademais, o Supremo Tribunal Federal recentemente, reformou seu entendimento quanto ao cumprimento antecipado da pena criminal (após condenação em segunda instância), bem como restabeleceu os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que poderá, portanto, disputar o cargo novamente nas próximas eleições. Em suma, o resultado das eleições presidenciais de 2022 e seu impacto na economia brasileira são incertos e podem causar efeitos adversos nas nossas operações e resultados financeiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso em seus negócios.

Variações nas taxas de câmbio poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido historicamente desvalorizações frequentes em relação ao dólar americano e a outras moedas. O governo brasileiro implementou no passado vários planos econômicos e políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinhas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e regimes de taxa de câmbio flutuante.

Embora a desvalorização de longo prazo do real esteja geralmente relacionada à taxa de inflação brasileira, a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar americano e outras moedas. Em 2019, o real desvalorizou 4,4%, de R\$3,8595 por US\$1,00 no início do ano para R\$4,0307 por US\$1,00 no final de 2019. Em 2020 o real desvalorizou 28,9% de R\$ 4,0307 por US\$1,00 no início do ano para R\$5,1967 por US\$1,00 no final de 2020. Em 2021 o real desvalorizou 7,38% de R\$ 5,1967 por US\$1,00 no início do ano para R\$ 5,5805 por US\$1,00 no final de 2021.

Não há garantia de que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar americano. A desvalorização do real em relação ao dólar americano poderá criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, devido à contração do consumo e aumento dos custos. A desvalorização do real em relação ao dólar americano também poderá gerar aumento nos custos operacionais da Companhia relacionados à importação de mercadorias e nas despesas e obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos. A Companhia poderá ser adversamente afetada por mudanças em tais políticas de câmbio.

Determinados custos operacionais da Companhia relacionados a seu endividamento são, e a Companhia espera que continuem a ser denominados ou indexados ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. A valorização do dólar americano e de outras moedas estrangeiras em relação ao real aumentará o endividamento da Companhia denominado em dólares americanos e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

outras moedas estrangeiras, bem como o custo do serviço de tal endividamento e, portanto, afetará de maneira adversa e relevante a Companhia.

As variações cambiais do real em relação a outras moedas, especificamente o dólar americano, afetaram e continuarão a afetar os resultados operacionais da Companhia, os quais são expressos em reais.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para conter a inflação, incluindo o aumento das taxas de juros, poderão contribuir para o aumento da incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.

O Brasil experimentou no passado taxas de inflação extremamente altas e, portanto, seguiu políticas monetárias que levaram à fixação de uma das maiores taxas de juros do mundo. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e as atividades da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósito compulsório poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e reduções nas taxas de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinamente e significativos nas taxas de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, para 2019, 2020 e 2021 foi de 4,31%, 4,52% e 10,06%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a inflação acumulada no período anterior de 12 meses foi de 10,06%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, causando volatilidade nas taxas de juros. Da mesma forma, entre 2014 e 2016, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 9,93% e 5,96% ao ano. Por exemplo, a taxa de juros oficial no Brasil diminuiu de 14,25% em 31 de dezembro de 2015 para 4,50% em 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária, ou COPOM. Em 7 de fevereiro de 2018, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 6,75% e, em 21 de março de 2018, reduziu novamente a taxa SELIC para 6,50%. O COPOM reconfirmou a taxa SELIC de 6,50% em 16 de maio de 2018 e, posteriormente, em 20 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa SELIC era de 6,50%. O COPOM reconfirmou a taxa SELIC de 6,50% em 6 de fevereiro de 2019, mas em 1º de agosto de 2019 reduziu a taxa SELIC para 6,00% e, em 30 de outubro de 2019, reduziu ainda mais a taxa para 5,00%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC era de 4,50%. Em 5 de fevereiro de 2020, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 4,25% e reduziu ainda mais em março de 2020, com a taxa SELIC em 3,75% em 31 de março de 2020. Em um esforço para compensar o impacto da pandemia da COVID-19 na demanda doméstica, o COPOM reduziu ainda mais a taxa SELIC em maio de 2020, em junho de 2020 e em agosto de 2020, com a taxa SELIC para 2,00%, permanecendo até março de 2021 quando o COPOM aumentou a taxa SELIC para 2,75%, voltando a aumentar a taxa SELIC em maio de 2021, para 3,50%, em junho de 2021 para 4,25%, em agosto de 2021 para 5,25%, em setembro de 2021 para 6,25%, em outubro de 2021 para 7,75% e em dezembro de 2021 para 9,25% permanecendo até a data deste Formulário de Referência.

As pressões inflacionárias poderão resultar em intervenções do governo na economia, incluindo políticas que poderão afetar negativamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderá adversamente afetar as operações e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. A inflação, as medidas para contê-la e a especulação sobre possíveis medidas a serem implementadas também poderão contribuir para significativa incerteza em relação à

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de acesso a financiamentos, incluindo acesso aos mercados de capitais internacionais.

Medidas futuras do governo brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio estrangeiro e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos na inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também poderá aumentar os custos e despesas da Companhia, e a Companhia poderá não conseguir transferir esses custos a seus clientes, reduzindo suas margens de lucro e resultado líquido. Além disso, os altos índices inflacionários geralmente aumentam as taxas de juros internas e, portanto, o serviço da dívida das parcelas do endividamento da Companhia denominado em reais e indexado a taxas flutuantes também poderá aumentar e o lucro líquido da Companhia poderá diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros internas poderão, além disso, reduzir a liquidez nos mercados domésticos de capitais e financeiro, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também poderá afetar indiretamente a Companhia, por meio de uma redução nos recursos disponíveis dos clientes da Companhia para investir em produtos e serviços por ela oferecidos. Os clientes da Companhia poderão ser afetados por altas taxas de inflação e quaisquer efeitos sofridos pelos clientes da Companhia poderão afetar negativamente a Companhia.

Variações nas taxas de juros no Brasil poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia, podendo, portanto, adversamente impactar sua estratégia de crescimento e seus resultados.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 9,15%, 1,9% e 4,40% respectivamente, e a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, foi de 5,32%, 4,55% e 5,07%, respectivamente.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para administrar as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e seu crescimento. Para complementar as necessidades de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos das principais instituições financeiras no Brasil, que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI.

O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do atual endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso, assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, como os recentes desdobramentos nos mercados financeiros globais, e especificamente em países emergentes, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado das ações de emissão de empresas brasileiras é afetado em vários graus pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, outros países da América Latina e países de mercado emergente. Acontecimentos ou condições econômicas em outros países emergentes por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultaram em consideráveis fugas de recursos do Brasil e diminuíram o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Esses riscos também

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

poderão afetar o acesso da Companhia aos mercados de capitais e afetar negativamente a capacidade da Companhia de financiar suas operações por meio de emissões de títulos (incluindo valores mobiliários) em geral ou em termos favoráveis à Companhia. Se houver uma deterioração significativa da economia global ou da situação econômica atual, os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados e o valor das ações de emissão da Companhia poderá sofrer queda.

Acontecimentos recentes envolvendo conflitos entre Rússia e Ucrânia, acarretando com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia podem causar impactos diretos ou indiretos a clientes ou à própria Companhia, dependendo da continuidade dos conflitos e o impacto social e econômico causado pelo conflito. As sanções econômicas impostas por outros países e o boicote à economia russa, suas empresas e recursos naturais culminando no isolamento da Rússia no cenário internacional, podem agravar a crise econômica que o mundo estava se recuperando devido à pandemia de COVID-19, e impactar os negócios da Companhia, especialmente na Europa e Estados Unidos.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A economia brasileira tem estado sujeita a uma série de desdobramentos e condições que afetaram significativamente a disponibilidade de crédito. Além disso, o Brasil é vulnerável aos efeitos das crises financeiras globais. Por exemplo, a crise econômica global que afetou os mercados dos Estados Unidos e da Europa a partir de 2008 (especialmente da Grécia, da Espanha, da Itália e de Portugal) reduziu significativamente a confiança dos investidores em todo o mundo.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018 e 2020, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. Tanto o rating de crédito quanto a perspectiva permaneceram em Ba2 e estável, respectivamente, desde a última avaliação, realizada em 15 de maio de 2020.

Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou ainda mais a classificação de risco soberano do Brasil para BB- com perspectiva estável. Em maio de 2020, a Fitch manteve a classificação do Brasil em BB-, mas com perspectiva negativa, considerando a deterioração do ambiente fiscal e econômico do Brasil e que ambos poderiam piorar devido às incertezas políticas, bem como incertezas quanto à duração e intensidade da pandemia da COVID-19. Em novembro de 2020 e maio de 2021, a Fitch manteve o rating em BB-, com perspectiva negativa, em ambos os casos fundamentando na severa deterioração do déficit fiscal e na alta dívida pública que se arrastam desde 2020, bem como na incerteza quanto à consolidação da recuperação econômica e fiscal. Em dezembro de 2021, tais indicadores foram mantidos, considerando a situação das finanças públicas, a credibilidade do teto de gastos, a possibilidade de aumento de gastos, incertezas fiscais, inflação, alta volatilidade da moeda; tudo isso, de acordo com a Fitch, pesará sobre a economia em 2022 e aumentará o risco de recessão, o qual poderá ser incrementado, ainda, pela polarização gerada pelas eleições.

Em dezembro de 2019, a Standard & Poor's alterou a perspectiva do rating de crédito soberano de longo prazo do Brasil de estável para positiva diante de consolidação fiscal sustentável, embora mantendo o rating BB-. Em dezembro de 2020, reafirmou o rating BB-, com perspectiva estável, tendo em vista que a pandemia da COVID-19 exacerbou algumas das principais fraquezas estruturais do país, sobretudo o baixo crescimento econômico, os grandes desequilíbrios fiscais e a alta carga de endividamento. Já em novembro de 2021, a Standard & Poor's reafirmou o rating,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

bem como a perspectiva estável, sustentando que a perspectiva de crescimento econômico é moderada apesar da recuperação econômica ter ocorrido mais rapidamente do que o esperado. Para 2022, a S&P prevê que incertezas fiscais, inflação alta e volatilidade da moeda causarão efeitos adversos na economia e aumentarão o risco de recessão; além disso, vislumbra deterioração das finanças públicas por três razões principais: (i) altos custos de empréstimos; (ii) elevação do déficit primário; e (iii) polarização política.

A classificação de crédito soberano do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Tal cenário pode se intensificar a depender das políticas a serem adotadas pelo Governo Federal.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros: (a) alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (b) restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar, o que poderá ter um impacto adverso na Companhia.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus produtos e serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente a Companhia.

Ademais, está em discussão no Congresso Nacional ampla reforma tributária, principalmente designada para aumentar a eficiência de alocação dos recursos da economia. Nos moldes em que foi apresentada, a aprovação da reforma envolverá uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluída a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) incidente sobre bens e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

serviços que substituiria diversos tributos (as contribuições sociais, o imposto federal sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras e o imposto sobre circulação de bens e serviços).

Os efeitos dessas alterações ou de quaisquer outras reformas adicionais, se aprovadas, podem trazer impactos adversos sobre os negócios da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações.

(I) Riscos cibernéticos

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em falha do sistema de segurança da Companhia de proteção das informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede e impactar adversamente a Companhia resultando em perda substancial de seus negócios, na aplicação de sanções regulatórias, em responsabilização legal e/ou em danos à sua reputação.

No curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de dados pessoais e confidenciais (incluindo dados financeiros, comerciais e pessoais de consumidores nos países onde opera). Assim, a segurança de suas redes e sistemas de tecnologia, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de tais dados, bem como o tratamento e a manutenção desses dados constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

A Companhia opera em um ambiente de alto risco de incidentes de segurança cibernética, resultantes de eventos não intencionais ou ataques deliberados de terceiros, que podem envolver métodos de ataques sofisticados que, têm como objetivo o acesso não autorizado às redes e sistemas de tecnologia de dados da Companhia, a dados confidenciais de clientes da Companhia, a manipulação ou destruição de dados, podendo causar a interrupção dos serviços da Companhia.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenizações), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, o que poderá resultar em danos adversos e significativos à sua reputação e a seus resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, já que uma violação bem-sucedida aos seus sistemas, *softwares* ou *hardwares*, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada e cessada. Além disso, uma vez que tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, a Companhia poderá não conseguir desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes em tempo hábil para evitar danos a seus produtos e à prestação de seus serviços.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediar-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Falhas nos sistemas de processamento ou em processos críticos dos sistemas automatizados da Companhia podem temporariamente interromper os negócios da Companhia, aumentando suas despesas e causando perdas e danos à sua reputação.

Os negócios da Companhia dependem da capacidade da Companhia de tratar, processar, armazenar e transmitir dados de maneira eficiente e precisa, de efetuar com segurança o processamento, armazenagem e transmissão de dados confidenciais e outras informações nos sistemas e redes de computadores, bem como no regular funcionamento, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas de tecnologias digitais, de computadores, de serviços de e-mail, de softwares e de redes.

Qualquer falha no funcionamento dos sistemas e tecnologias acima mencionados, incluindo para tratamento de dados ou de gestão empresarial integrada utilizados pela Companhia, poderá afetar negativamente e de forma relevante os negócios da Companhia e a sua capacidade de competir de forma eficaz, bem como resultar em perdas financeiras, em responsabilidade legal, na aplicação de medidas regulatórias e danos à sua reputação, impactando adversamente de maneira relevante seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia também está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, dentre os quais estão: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados, pela Companhia, em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, ou decidam não priorizar os produtos e serviços oferecidos pela Companhia, a imagem, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser afetados negativamente de forma relevante.

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

confidenciais são fenômenos frequentes no setor de atuação da Companhia e afetam computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos e serviços oferecidos pela Companhia (ou da Internet de modo geral), particularmente no que diz respeito ao armazenamento seguro de dados pessoais, podem levar determinados clientes a buscar reduzir ou postergar contratações e/ou compras futuras junto à Companhia ou a contratação e/ou compra de produtos de concorrentes da Companhia.

Além disso, os clientes atuais e futuros da Companhia também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderá postergar a adoção de novos serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

Os fornecedores da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode gerar um impacto negativo relevante na Companhia.

Os negócios dos fornecedores da Companhia incluem o armazenamento e o processamento de dados pessoais e confidenciais de clientes, inclusive de informações financeiras. Partes não autorizadas podem conseguir obter acesso aos seus sistemas de informação por diferentes formas, dentre eles, por meio de ataques de *hackers* aos sistemas de informação ou por meio da indução de seus empregados, clientes, parceiros ou outros usuários de seus sistemas. Assim, tais partes não autorizadas podem, indiretamente, obter acesso a dados pessoais dos clientes da Companhia.

Qualquer violação dos sistemas de segurança dos fornecedores da Companhia poderá ter um efeito negativo sobre a reputação e a marca da Companhia, o que poderá afetar adversamente a prestação dos serviços pela Companhia e, consequentemente, o seu negócio. Os ataques cibernéticos aos fornecedores da Companhia podem também resultar na paralisação dos sistemas operacionais da Companhia ou na indisponibilidade temporária ou permanente dos seus serviços, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de prover serviços aos seus clientes e, por conseguinte, impactar adversamente seus resultados operacionais. Em razão da pandemia da COVID-19, nossos fornecedores aumentaram o número de funcionários trabalhando remotamente, o que pode resultar em aumento na indisponibilidade dos respectivos sistemas, falhas generalizadas do sistema de segurança e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo a apropriação indevida, perda ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais, bem como qualquer falha ou não cumprimento de leis, políticas ou padrões da indústria sobre privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores, pode prejudicar as operações e a reputação da Companhia, bem como pode resultar em violação às normas de sigilo bancário, ao direito de privacidade, segurança de dados e outras normas aplicáveis, e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas, além de danos causados por publicidade negativa e perda de confiança dos clientes, impactando adversamente os negócios da Companhia.

Home Office como forma de trabalho pode gerar vulnerabilidades e os colaboradores estarem suscetíveis a ataques como por exemplo, de engenharia social e phising

Dada a situação provocada pelo Covid-19 e pelo teletrabalho, as empresas enfrentam maiores riscos e tentativas criminosas quando o assunto é segurança cibernética. Trabalhar fora das dependências físicas da empresa representa um ambiente não controlado e com menos recursos de segurança da informação em relação aos controles de segurança da empresa. Isso impõe uma série de cuidados adicionais com equipamentos e informações corporativas. É muito provável que, os funcionários recebam mensagens de phishing, e-mails fraudulentos e mensagens em WhatsApp que tentam se passar por mensagens de fontes confiáveis, mas que estão infectadas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

com malwares capazes de causar danos ao equipamento ou às informações contidas no computador.

Dentre os riscos normalmente associados ao trabalho remoto, vale destacar aqueles relacionados aos dispositivos e redes utilizados. Tais riscos decorrem do fato de que muitos colaboradores podem acabar utilizando equipamentos pessoais, ao invés de equipamentos corporativos. Em algumas situações, mesmo utilizando os recursos corporativos, podem acabar se valendo de redes wi-fi públicas ou não seguras. Essas vulnerabilidades podem aumentar os riscos de acessos indevidos à rede da organização, expondo dados pessoais, senhas e credenciais de acesso, segredos de negócios, informações de clientes e comunicações sigilosas.

Muito embora a recomendação no momento seja o isolamento social, outro problema normalmente associado aos riscos do teletrabalho diz respeito à possibilidade de roubo ou furto dos equipamentos utilizados. Afinal, o colaborador pode acabar levando o dispositivo móvel corporativo para hotéis, restaurantes, cafeterias, ambientes que estão fora do controle da companhia. Esses dispositivos, sejam notebooks ou smartphones, são suscetíveis de serem perdidos ou subtraídos, permitindo que terceiros não autorizados acessem os dados e informações confidenciais armazenados.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar as atividades da Companhia e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

Para informações adicionais, ver as informações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2021, que apresentam em sua nota explicativa nº 6, informações sobre gestão do risco financeiro.

Dentre os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, podemos destacar:

(i) Risco cambial

Os riscos cambiais decorrem da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas da Companhia atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Libra Esterlina (GBP) e Euro (EUR). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com limites definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente do dólar norte-americano, da libra esterlina e do euro. A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio projetadas pelo Banco Central para o final do ano 2021, e a partir deste, quatro cenários com deterioração de 10% e 20% para mais e para menos, da variável de risco.

O efetivo comportamento dos saldos das correspondentes contas, demonstrado na análise de sensibilidade, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Risco	Provável	+10%	+20%	-10%	-20%
Ativos						RS	5,60	RS	6,16	RS
Caixa e Equivalentes de Caixa	USD 3.703	USD 1.544	RS 20.665	RS 8.024	Dólar					
Contas a Receber	USD 424	USD 420	RS 2.366	RS 2.183	Dólar					
Outros Ativos	USD 2	USD 3	RS 10	RS 13	Dólar					
	USD 4.129	USD 1.967	RS 23.041	RS 10.220		RS 81	RS 2.393	RS 4.705	RS (2.232)	RS (4.544)
Passivos						RS	7	RS 222	RS 436	RS (207)
Contas a Pagar	USD 383	USD 432	RS 2.135	RS 2.246	Dólar					
	USD 383	USD 432	RS 2.135	RS 2.246		RS 74	RS 2.171	RS 4.269	RS (2.025)	RS (4.123)
Efeito Líquido	USD 3.746	USD 1.534	RS 20.906	RS 7.974		RS	7.55	RS 8.31	RS 9.06	RS 6.80
Ativos						RS				
Caixa e Equivalentes de Caixa	GBP -	GBP 587	RS -	RS 4.167	Libra Esterlina					
Contas a Receber	GBP -	GBP -	RS -	RS -	Libra Esterlina					
Outros Ativos	GBP -	GBP 77	RS -	RS 544	Libra Esterlina					
	GBP -	GBP 663	RS -	RS 4.711		RS	-	RS -	RS -	RS -
Passivos						RS				
Contas a Pagar	GBP -	GBP 4	RS -	RS 26	Libra Esterlina					
	GBP -	GBP 4	RS -	RS 26		RS	-	RS -	RS -	RS -
Efeito Líquido	GBP -	GBP 660	RS -	RS 4.685		RS	-	RS -	RS -	RS -
Ativos						RS	6,34	RS	6,97	RS
Caixa e Equivalentes de Caixa	EUR 938	EUR 790	RS 5.928	RS 5.041	Euro					
Contas a Receber	EUR 284	EUR 466	RS 1.794	RS 2.974	Euro					
Outros Ativos	EUR -	EUR -	RS -	RS -	Euro					
	EUR 1.222	EUR 1.257	RS 7.722	RS 8.015		RS 23	RS 798	RS 1.572	RS (751)	RS (1.526)
Passivos						RS				
Contas a Pagar	EUR 8	EUR 159	RS 53	RS 1.015	Euro					
	EUR 8	EUR 159	RS 53	RS 1.015		RS -	RS 6	RS 11	RS (5)	RS (11)
Efeito Líquido	EUR 1.214	EUR 1.098	RS 7.669	RS 7.000		RS 23	RS 792	RS 1.561	RS (746)	RS (1.515)
Efeito Líquido Geral						RS 97	RS 2.963	RS 5.830	RS (2.771)	RS (5.638)

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures que estão atrelados à variação do CDI, TLP e IPCA, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação de:

- (i) Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa e as debêntures emitidas em 2019; e
- (ii) IPCA para financiamento junto ao FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice acumulado até dezembro de 2021, que foi de 11,50% ao ano, e este definido como cenário I provável; a partir deste, foram de 10% (cenário II) e 20% (cenário III).

2021					
	Saldos	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicação Financeira Consolidada	279.204	Redução CDI (ano)	11,50%	10,0%	20,0%
Receita Financeira			R\$ 32.108	R\$ 28.898	R\$ 25.687

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Análise de sensibilidade dos passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores dos indicadores de CDI e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável (cenário I) para o final do ano de 2021 e, a partir dele, calculadas variações de 10% (cenário II) e 20% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

				2021		
	Saldos	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	
Capital de Giro - Debentures <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 68.694	Aumento CDI + 2,8% a.a.	14,62% R\$ 10.043	10,0% R\$ 11.046	20,0% R\$ 12.049	
Capital de Giro - Folha <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 114	Aumento 3,75% a.a.	3,75% R\$ 4	10,0% R\$ 5	20,0% R\$ 5	
Capital de Giro - Pronampe <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 48	Aumento SELIC + 1,27% a.a.	12,92% R\$ 6	10,0% R\$ 7	20,0% R\$ 7	
Capital de Giro – BDMG <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 709	Aumento 6,3% a.a.	6,30% R\$ 45	10,0% R\$ 49	20,0% R\$ 54	
Financiamentos FINEP <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 13.916	Aumento TJLP 4,5% a.a.	9,76% R\$ 1.358	10,0% R\$ 1.493	20,0% R\$ 1.630	
Financiamento - BNDES <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 35	Aumento 3,72% a.a.	3,72% R\$ 1	10,0% R\$ 1	20,0% R\$ 2	

(b) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	96.456	114.417
Aplicações financeiras de curto prazo	214.496	251.203
Contas a receber de clientes	54.948	42.497
Total	365.900	408.117

(a) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos	30.458	27.700	21.024	-
Fornecedores e outras obrigações	3.629	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	36.395	63.629	12.942	-
Fornecedores e outras obrigações	3.798	-	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos	33.253	30.585	26.220	6.563
Fornecedores e outras obrigações	11.383	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.411	2.353	1.381	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	39.221	68.490	17.601	7.698
Fornecedores e outras obrigações	8.427	-	-	-
Passivo de arrendamento	5.468	2.371	105	-

(b) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza trabalhista em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

(ii) Tributários

Em 31 de dezembro de 2021, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

(iii) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza cível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

(iv) Outros

Em 31 de dezembro de 2021, não há outros processos judiciais e/ou administrativos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte que foram considerados como individualmente relevantes e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total provisionado para os processos judiciais, administrativos ou arbitrais da Companhia totalizam R\$ 470 mil.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4- Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Tendo em vista que inexistem processos relevantes descritos no item 4.4 acima, este item não é aplicável.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, dado que não existem processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam partes.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens 4.1 a 4.6 deste Formulário de Referência, exceto conforme abaixo descrito:

TAC

Em 23 de abril de 2018, a Neogrid Software S.A (sociedade incorporada pela Neogrid Informática Ltda.) e o Ministério Público do Trabalho (“MPT”), por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, firmaram o “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta”, nos autos do inquérito civil nº 003488.2017.04.000/7 (“TAC”).

Dentre as obrigações contraídas por referida sociedade controlada, estão: (i) abster-se de prorrogar a jornada normal de trabalho para além do limite legal de 2 horas diárias sem a necessidade de justificativa legal, respeitando o disposto na CLT, em seu artigo 59, salvo se, ocorrer necessidade imperiosa ou motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto; (ii) conceder período mínimo de 11 horas consecutivas de descanso entre duas jornadas de trabalho, nos termos do artigo 66 da CLT.

O TAC tem vigência por tempo indeterminado, podendo ser revisto a qualquer tempo, com abrangência em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Eventual inadimplemento, sujeitará a sociedade ao pagamento de uma multa de R\$500,00, em cada verificação de descumprimento de cláusula, por trabalhador, sem prejuízo da obrigação assumida.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável, dado que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”) que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as disposições constantes da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Código Brasileiro de Governança Corporativa); e (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de novembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração”), dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”), da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.neogrid.com).

- b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos conforme sua natureza:

- Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).
- Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:
 - (i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços das *commodities*;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (ii) *Riscos de Crédito:* são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros e decorrem da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes; e
- (iii) *Riscos de Liquidez:* consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.
- Riscos de Conformidade/Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos; corrupção e crimes cibernéticos.
 - Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (*marketing, vendas, comercial e logística*), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (*administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais*).
 - Riscos de Segurança da Informação: são aqueles que decorrem de ataques cibernéticos ou violações efetuados por agentes externos (empresas, pessoas que não são funcionários da Companhia) ou internos (pessoas pertencentes à organização), se prevalecendo das vulnerabilidades apresentadas no sistema, ou por uso de engenharia social, que pode resultar em indisponibilidades imprevisíveis.
 - Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A definição dos critérios para gestão de riscos analisa o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento é feito por meio de:

- a) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;
- b) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- c) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;
- d) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- e) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- f) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados,
- g) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado;
- h) Acompanhamento das mudanças legislativas que possam afetar os negócios, e de boas práticas de governança, controles internos, riscos e *compliance*; e
- i) Acompanhamento de novas tecnologias de segurança de informação visando manter o ambiente operacional da Companhia o mais seguro possível.

A abordagem de gerenciamento de riscos considera as seguintes etapas:

Identificação de riscos: Nesta etapa do processo os riscos são identificados, reconhecidos e descritos com base no contexto, comunicação e consulta estabelecidos com as partes interessadas, internas e externas. Para coleta de dados e informações, sobre o porquê e como os riscos podem ocorrer, a Companhia utiliza os métodos de pesquisa documental e/ou entrevistas. As entrevistas envolvem pessoas com conhecimento adequado e que são diretamente responsáveis pela execução do processo, permitindo que os riscos sejam identificados e detalhados apropriadamente.

Análise de riscos: A categorização conforme natureza e a classificação do nível de risco, expresso pela combinação de probabilidade de ocorrência do evento e seu impacto potencial, são resultados desta etapa do processo. A Companhia classifica o nível de risco, conforme escala qualitativa, em: (i) risco inerente: representa o nível de risco geral, sem considerar os controles mitigatórios existentes; e (ii) risco residual: representa a medida de risco remanescente após a aplicação do controle.

Avaliação de riscos: Nesta etapa a Companhia define quais riscos necessitam de tratamento e qual prioridade de implementação deste, com base nos resultados da análise de riscos. Todos os riscos classificados como de alto nível são considerados riscos-chave e devem ter a implementação do tratamento priorizada pois, possivelmente, farão parte do escopo de auditoria definido no cronograma anual. Os riscos classificados com nível médio também podem ser considerados como chave, conforme entendimento do processo e suas principais atividades. Para os riscos considerados não-chave, a implementação do tratamento deve levar em conta a viabilidade e a relevância para o processo.

Tratamento de riscos: A Companhia define a resposta que será adotada para modificar o nível do risco e elabora um plano de tratamento. As respostas a riscos estão classificadas nas categorias: (i) evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos; (ii) reduzir: adoção de medidas que reduzem a probabilidade ou o impacto dos riscos; (iii) transferir/compartilhar: redução da probabilidade ou impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco; e (iv) aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Monitoramento: O monitoramento contínuo e a análise crítica, dos riscos e seus tratamentos, realizados pela Companhia permite que mudanças no contexto externo e interno sejam detectadas, bem como, que melhores práticas sejam adotadas no processo de gestão de riscos e que os controles sejam eficazes e eficientes em seu desenho e operação. As avaliações independentes, realizadas anualmente pela auditoria (interna e/ou externa) e relacionadas à eficácia do processo de gerenciamento de riscos, fazem parte desta etapa e geram resultados que são apresentados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da companhia.

Comunicação: Durante todo processo de gestão de riscos existe uma efetiva comunicação informativa e consultiva entre as partes interessadas, internas e externas, permitindo: (i) que as necessidades, suposições, conceitos e preocupações sejam alinhadas; (ii) que as diferentes áreas de especialização sejam envolvidas no mapeamento dos riscos; e (iii) que todos os envolvidos estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, bem como, confirmem e apoiem o tratamento dos riscos.

Os processos da Companhia são auditados e avaliados ao menos uma vez por ano por um auditor interno independente, conforme cronograma. A Companhia possui uma área de controles internos, *compliance* e risco, assim como uma área de auditoria interna, de modo a atender as exigências do novo mercado, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Durante estes processos, a matriz de riscos é compilada e atualizada. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de identificação possíveis ameaças/fraquezas. Além disso, anualmente a Companhia recebe a Carta de Controles Internos do auditor independente, onde são indicadas as principais deficiências no ambiente de controles internos da Companhia. A Companhia realiza a avaliação desta carta e busca se adequar a todas as exigências solicitadas pelo auditor externo independente.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Ricos a Companhia contará com uma auditoria interna que atuará de forma independente e objetiva e reportar-se-á ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. A auditoria interna terá por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2020 e entrou em vigor na referida data. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração e os comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Comitê de Segurança da Informação), possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. Outros comitês de assessoramento estatutários ou não poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o monitoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

A Companhia estruturou áreas de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e demais áreas de assessoramento devem coordenar o processo de gestão de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações

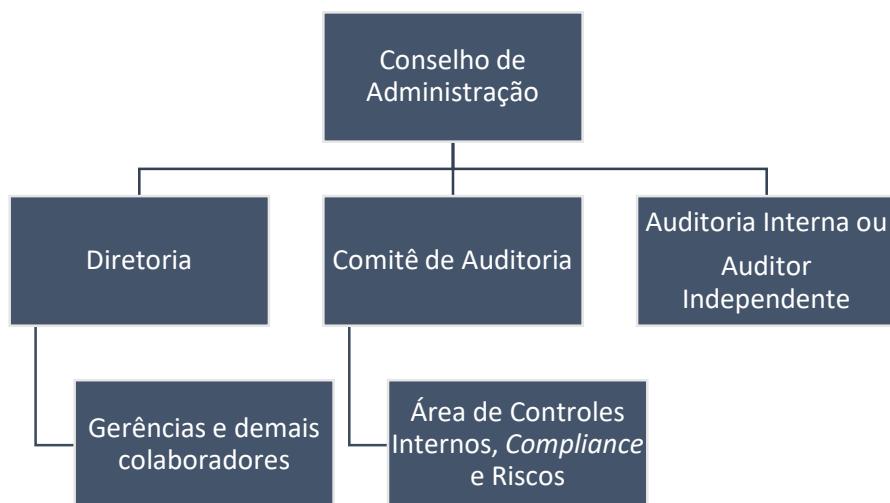
5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

financeiras e informações trimestrais da Companhia.

Linhas de Defesa

- 1^a Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos): Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da empresa. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.
- 2^a Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos): Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ela reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.
- 3^a Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo): Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:



Conselho de Administração

Órgão responsável por aprovar a presente Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelecer diretrizes gerais na gestão de riscos e por auxiliar a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

Diretoria

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Órgão responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas Reuniões (conforme definido abaixo), utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo (i) fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade e efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia, inclusive o monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iii) acompanhar as atividades da Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta é suficiente ao desempenho de suas funções. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Área de Controles Internos, Compliance e Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria. A Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos tem por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia. Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Reporta-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Tem por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração. Até a criação da Auditoria Interna, o auditor independente registrado na CVM, contratado pela Companhia, será responsável por essa função.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Controles internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entendem suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A última versão da política foi aprovada, pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”), da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.neogrid.com/ri).

Esta política tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia.

Para administrar os impactos nos resultados em cenários adversos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e parâmetros definidos pela política mencionada.

No processo de gestão de riscos de mercado são feitas a identificação, avaliação, implementação das estratégias e contratação de instrumentos financeiros de proteção aos riscos.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de Gerenciamento de Riscos (conforme discutido na seção 4.2 e 5.1 “b” acima).

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio, risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

Para mais informações sobre riscos de mercado, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*). Este risco, caso identificado, deverá seguir os procedimentos descritos na Política de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Gerenciamento de Riscos. No entanto, a Companhia realiza a análise do fluxo de caixa com liquidez diária, bem como a gestão dos ativos, conforme procedimento de investimentos que contêm as respectivas diretrizes e medidas a serem adotadas.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais. Não excluímos a hipótese, no entanto, de utilizar tais instrumentos, caso haja necessidade de minimizar o risco das operações de empréstimos e financiamentos e transações corporativas. No entanto, a Companhia realiza a análise do fluxo de caixa com liquidez diária, bem como a gestão dos ativos, conforme procedimento de investimentos que contêm as respectivas diretrizes e medidas a serem adotadas.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para cada exposição da Companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção. Uma vez que a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, aplicam-se ao gerenciamento de tais riscos os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados na Política de Gerenciamento de Riscos, e a definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos. Os parâmetros de proteção e o gerenciamento dos riscos de mercado se dá pelo monitoramento da exposição dos passivos a moedas estrangeiras, índice de alavancagem, concentração de aplicações por instituição financeira, cronograma de liquidez de aplicações associado às previsões de fluxo de caixa e acompanhamento das perspectivas macroeconômicas como curva futura do dólar, cupom cambial, juros futuros e conjuntura político-econômica. No âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Além dos parâmetros indicados no parágrafo anterior, tal gerenciamento, tem por premissa a manutenção dos riscos, por meio da: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

Para mais informações sobre os riscos relativos às políticas e às estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos vide item 4.1 deste Formulário de Referência – Fatores de Riscos – “*A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia*”.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza. No entanto, a Companhia realiza a análise do fluxo de caixa com liquidez diária, bem como a gestão dos ativos, conforme procedimento de investimentos que contêm as respectivas diretrizes e medidas a serem adotadas.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020, estabelece que as áreas responsáveis serão a Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos, o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e Gerências e demais colaboradores

A estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos da Companhia foi estruturada e busca abranger todos os riscos aos quais a Companhia está exposta de forma multidisciplinar (riscos gerais e riscos de mercado).

Para mais informações sobre a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia, vide item 5.1, subitem “b.iii”, deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Gerenciamento de Riscos, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade gestão de riscos de mercado, visto que possui um sistema definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas.

Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados pela Administração à medida que julgados necessários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que seus procedimentos de controles gerenciais são adequados para proteger e preservar os ativos da Companhia, garantir informações corretas e adequadas, promover a eficiência operacional da organização e estimular a obediência e o respeito às políticas corporativas. Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

Além disso, possuímos um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) que é um conjunto de procedimentos documentados que direcionam a organização a responder, recuperar, retomar e restaurar um nível de operação pré-definido após a ocorrência de interrupção na operação / situações emergenciais. O PCN é composto pelos seguintes processos:

- Análise de impacto no negócio (BIA - *Business Impact Analysis*): analisa todos os processos da empresa para identificar os processos de negócio críticos de acordo com critérios estabelecidos pela empresa.
- Plano de Contingência Operacional (PCO): visa listar os procedimentos para operar em contingência, ou seja, é a solução paliativa para a interrupção do processo ou do ativo.
- Plano de Recuperação de Desastre (PRD): visa listar os procedimentos para recuperar um ativo de TI retornando-o à operação normal.
- Plano de Comunicação: trata da comunicação interna e externa (com clientes e meios de comunicação) acerca de situações de crise e contingência.

Adicionalmente, a Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020, tem como principal objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e ataques cibernéticos e defesa da concorrência, implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração. Ademais, a Companhia disponibiliza à sua administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Contabilidade é a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Resultados Abrangentes e notas explicativas.

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de contabilidade e *compliance*, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.

O auditor externo independente é contratado para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, e que, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela área de Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediar-las.

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de controles internos e área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos.
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- A avaliação e o monitoramento as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas incorridas em nome da companhia;
- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

evidenciações;

- A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2021, oportunidade em que os auditores independentes, apesar de não identificarem deficiências significativas, relataram os Principais Assuntos de Auditoria (PAA), considerados os mais relevantes na execução da auditoria: (i) combinação de negócios ocorridos durante o exercício; (ii) reconhecimento de receita; e (iii) recuperabilidade dos ágios.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, visto que no exame das demonstrações financeiras realizado pela auditoria externa independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram apontadas deficiências.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Através do programa de integridade, a Companhia adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

O programa de integridade da Companhia está estruturado da seguinte forma: (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncia; e (iii) Política de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos no item 5.4 a, (ii) deste Formulário de Referência.

- (i) **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) o Código de Conduta; e (ii) a Política de Gerenciamento de Riscos. Sendo tais mecanismos e procedimentos atualizados em linha com a reavaliação dos riscos, conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia é aplicável a todos os colaboradores e administradores da Companhia e tem como objetivo descrever os princípios que regem os negócios e as atividades da Companhia e as normas de conduta que deverão ser aplicáveis aos seus colaboradores, fornecedores e intermediários. Sendo assim, o Código endereça as principais diretrizes e regras relativas: (i) ao relacionamento da Companhia e de seus colaboradores com (a) fornecedores; (b) clientes; (c) concorrentes; (d) órgãos governamentais; e (e) associações de classe; (ii) relacionadas a situações de conflito de interesses; (iii) ao oferecimento e recebimento de presentes e brindes; (iv) à proteção de informações sensíveis; (v) aos contatos com a imprensa; (vi) à responsabilidade socioambiental da Companhia; e (vii) as medidas disciplinares aplicáveis em casos de violação ao próprio Código de Conduta. Os colaboradores da Companhia devem participar de treinamentos sobre (i) as disposições do Código de Conduta; (ii) o cumprimento das leis anticorrupção; e (iii) as demais políticas da Companhia.

Política de Gerenciamento de Riscos: A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos que tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados por todos os colaboradores e administradores, no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos dos negócios da Companhia.

Canal de Denúncias: A Companhia possui canal de denúncias, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma identificada ou anônima, observando o absoluto sigilo. As denúncias recebidas são apuradas detalhadamente e, se necessário, podem levar à imposição de medidas disciplinares internas aplicáveis, como (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e (iv) demissão por justa causa. As penalidades serão aplicadas após avaliação e recomendação da Comissão de Ética de acordo com a gravidade da transgressão, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas em lei.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Política Anticorrupção: A Companhia possui a Política Anticorrupção que tem como objetivo definir diretrizes e regras a serem adotadas pela Companhia para: (i) impedir a ocorrência de práticas de corrupção e evitar que tais atos que possam refletir adversamente sobre a integridade e a reputação da Companhia; (ii) estabelecer as responsabilidades e os limites de atuação dos empregados da Companhia, reforçando a cultura interna e priorizando as ações necessárias; e (iii) formalizar a determinação da Companhia em adequar-se às leis aplicáveis, fortalecendo o negócio, as parcerias, as relações com clientes, fornecedores, empregados e com a sociedade.

Para mais informações sobre mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, vide itens 5.1 a 5.3 deste Formulário de Referência.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente

A implementação, aplicação e monitoramento do funcionamento, cumprimento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos descritos no Código de Conduta são de responsabilidade do Comitê de Ética da Companhia. O Comitê de Ética da Companhia atua juntamente com os departamentos de Recursos Humanos, Controladoria e Jurídico. Estes departamentos atuam de forma contínua, com o objetivo de disseminar e consolidar uma cultura corporativa ética, bem como, prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, as Leis Anticorrupção.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta descrito na seção 5.4 a,(i) acima, foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores, membros do seu conselho de administração, do seu conselho fiscal, dos comitês do conselho de administração, bem como de quaisquer outros órgãos com funções técnicas e/ou destinados a aconselhar os administradores (“Colaboradores”).

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os colaboradores da Companhia, após ingressarem, tomam ciência e participam de treinamentos sobre as políticas da Companhia, incluindo o Código de Conduta, Política Anticorrupção, bem como declararam por escrito, através de termo específico, que estão cientes de todo o seu conteúdo. Tais treinamentos são obrigatórios a todos os Colaboradores da Companhia. Tais treinamentos são obrigatórios aos Colaboradores e são realizados, no mínimo, uma vez a cada ano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Atualmente, a Companhia tem como objetivo realizar um treinamento ao ano exclusivamente focado no combate à corrupção e fraudes, como forma de complementar todo o trabalho já realizado pelo Comitê de Ética, em conjunto com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Os Colaboradores que praticarem qualquer violação ao Código de Conduta estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no próprio Código de Conduta: (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e/ou (iv) demissão por justa causa.

Cabe ressaltar, que mesmo após a aplicação de qualquer destas penalidades ou sanções, a Companhia poderá adotar medidas legais necessárias ao resarcimento de eventuais danos sofridos por ela, ou notificar as autoridades competentes sobre eventuais atos ilícitos ou crimes que tenham sido praticados por tal Colaborador.

Caso as violações tenham sido praticadas por fornecedores e/ou intermediários, a Companhia poderá determinar o encerramento dos vínculos contratuais existentes e buscar eventuais medidas judiciais cabíveis para possíveis resarcimentos.

Eventuais medidas disciplinares e/ou sancionatórias deverão ser aplicadas de forma gradual e proporcional ao dano causado e à irregularidade identificada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2020 e está disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza um Canal de Denúncias a todos os Colaboradores e terceiros que tenham interesse em comunicar uma preocupação, suspeita ou ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

O Canal de Denúncias da Companhia pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana através dos seguintes canais de contato:

- Website: <https://www.contatoseguro.com.br/pt/neogrid/relato/denuncia>
- Telefone: +55 51 3086 1800
- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia é administrado pela empresa Contato Seguro – Canal de Ética.

O Canal de Denúncias está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias pode ser acessado por colaboradores, fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia é um veículo para receber, registrar e tratar denúncias feitas por Colaboradores e terceiros, cujo anonimato será rigorosamente mantido, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer forma de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias e, caso ocorra, tal retaliação ou perseguição está sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas através do Canal de Denúncias serão encaminhadas ao Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. O Comitê de Ética reportará o recebimento e o resultado da apuração das comunicações feitas por meio do Canal de Denúncias da Companhia ao Comitê de Auditoria, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e, caso seja cabível, aplicar as medidas disciplinares a cada caso específico.

- c) **Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia busca envidar melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias a qual participa ou venha participar, contudo não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

- d) **Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota através do Código de Conduta da Companhia, Política Anticorrupção, regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, gerenciando todas as medidas adotadas durante o ano de 2021, que incluem: (i) criação de Comitê de Crise, acionado por demanda, que desenvolve diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores; (ii) adoção da prática de trabalho remoto via home office para todas suas unidades, bem como avaliação e preparação do retorno gradual no formato híbrido e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades; (iii) promoção de ações remotas voltada a gestão de saúde integral, incluindo momentos de ginástica laboral, meditação, telemedicina, entre outros; (iv) redução significativa das viagens nacionais e internacionais, com retomada gradual para públicos específicos e respeitando as medidas de segurança; e (v) criação de Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo a receita operacional afetada em aproximadamente 1% da receita anual. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e, até o presente momento, não identificou impacto nos *covenants* financeiros.

A respeito do fator de risco “*A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios*”, a Companhia apresenta a seguir as principais informações relativas às apólices de seguros relativos contratadas:

Empresa	Tipo de Seguro	Vigência	Cobertura 22/23
Neogrid Netherlands	D&O (Directors and Officers)	01/04/22 a 01/04/23	USD 1.000.000
Neogrid Netherlands	E&O (Erros and Omissions)	01/01/22 a 01/01/23	EUR 2.500.000
Neogrid Participações	D&O (Directors and Officers)	01/04/22 a 01/04/23	BRL 30.000.000
Neogrid Participações	Cyber + E&O (Erros and Omissions)	31/03/22 a 31/03/23	BRL 25.000.000
Neogrid Participações	Property	15/05/22 a 15/05/23	Em renovação
Neogrid North America	Auto	01/04/22 a 01/04/23	USD 1.000.000
Neogrid North America	General Liability	01/04/22 a 01/04/23	USD 1.000.000
Neogrid North America	Foreign Package	01/04/22 a 01/04/23	USD 1.000.000
Neogrid North America	D&O (Directors and Officers)	01/04/22 a 01/04/23	USD 1.000.000
Neogrid North America	Crime	01/04/22 a 01/04/23	USD 1.000.000
Neogrid North America	Cyber + E&O (Erros and Omissions)	01/04/22 a 01/04/23	USD 10.000.000

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**5.6 – Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	01/07/2008
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	15/12/2020

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Neogrid nasceu em 1999, em Joinville-SC, a partir do ideal de Miguel Abuhab, seu fundador, de construir uma rede colaborativa para gerir o fluxo de informações e processos entre empresas, conectando a indústria e o varejo de bens de consumo.

Na época, com a evolução da internet, o empresário entendeu que seria possível resolver um dos grandes problemas das indústrias: monitorar o estoque de seus produtos na casa de seus clientes. Aplicou seu conhecimento de software de gestão interna para integrar os diferentes sistemas de ERPs das indústrias com seus parceiros e garantir o fluxo constante de mercadorias na cadeia de suprimentos – e, assim, evitar faltas e excessos de produtos nos pontos de venda, aumentar o giro de estoques das empresas, reduzir a necessidade de capital de giro e aumentar o retorno sobre o capital investido em estoques. Em 2007, a Neogrid realizou sua primeira aquisição estratégica, a Mercador, companhia especializada na implementação de projetos de integração e portais colaborativos, que pertencia à Telefônica.

Um ano depois, a Neogrid deu mais um grande passo. Iniciou seu processo de internacionalização com a compra da Agentrics, empresa americana de software para redes de varejo presente, na época, em mais de 24 países, tendo como clientes Carrefour, Casino, Best Buy, Diageo e Walgreens. Ainda em 2008, a Neogrid adquiriu também a VivaCadena, empresa holandesa que fornecia algoritmos para reposição de estoque baseado em Demand Driven, e a XPLAN Business Solutions, voltada à consultoria para cadeia de suprimentos. A Neogrid passava, então, a ter presença global, com escritórios nos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e Japão.

Nos anos seguintes, 2009 e 2010, a empresa ampliou seu portfólio de soluções com a Suite Fiscal Neogrid e passou a oferecer para as indústrias relatórios e análises de visibilidade do ponto de venda, despontando no mercado nacional como uma empresa consolidada.

Em 2012, atingiu a marca de R\$100 milhões em receita líquida. No ano seguinte, realizou sua quinta aquisição e incorporou a provedora de software fiscal G2KA Sistemas, que trazia soluções de Nota Fiscal Eletrônica (“NF-e”), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (“NFS-e”), Conhecimento de Transporte Eletrônico (“CTe”) e gestão de entrada de documentos e atendia mais de 3 mil clientes. A sexta aquisição veio em 2014, com a incorporação da BIS Company, fornecedora de soluções de visibilidade de estoque e vendas para indústria e varejo.

Em 2018, a Neogrid realizou mais uma operação no mercado de tecnologia brasileiro ao anunciar a aquisição da Accera. Essa transação trouxe maior inteligência às suas soluções e possibilitou uma expansão significativa de sua rede de dados e ecossistema de negócios.

Com essa transação, em 31 de dezembro de 2018, a Neogrid somava mais de R\$ 190 milhões em receita recorrente combinada líquida. Em 2019, superou a marca de R\$200 milhões em receita líquida. No ano de 2020, apresentou crescimento de 2,6% na receita líquida, chegando a R\$213 milhões.

Em 2021, primeiro ano como Companhia de Capital Aberto e seguindo a estratégia inorgânica de crescimento, a Neogrid realizou, entre investimentos e aquisições, transações com 5 empresas. A primeira foi a aquisição da Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão EIRELI, uma plataforma com ferramentas de gestão e criação de ofertas e trade marketing por meio de inteligência de dados, oferece soluções que facilitam a tomada de decisões mais seguras e estratégicas no dia a dia do varejo. As três próximas transações ocorreram durante o terceiro trimestre do ano, dentre elas um investimento minoritário na GRG Inovações e Tecnologia S.A. (Horus), uma companhia SaaS de inteligência de mercado, que possui soluções para entregar insights estratégicos aos seus clientes, seja a indústria ou o varejo, sobre o perfil e hábitos dos consumidores, criando uma plataforma de dados de consumo incluindo preços, produtos, marcas, categorias, volume e presença no ponto de venda. A aquisição totalidade do capital social da

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda, que oferece um portfólio de soluções focadas em Revenue Growth, para auxiliar as empresas no impulsionamento e gestão das ações de Trade Promotion, com módulos de planejamento orçamentário e distribuição de verbas comerciais, além de inteligência e análise de dados sobre consumo, ciclo de vida de promoções, e efetividade das ações. E aquisição da Lett Serviços de Informação S.A. que é uma companhia especialista em Trade Marketing Digital, e tem como objetivo conectar marcas e consumidores para criar a jornada de compras perfeita no e-commerce, oferecendo ferramentas de inteligência de dados em tempo real, que auxiliam marcas e varejos a alavancarem suas vendas por meio de uma plataforma de análise de KPIs de sortimento, disponibilidade de estoque, preço, conteúdo digital (imagens, título, descrição, avaliações e comentários). Por fim, no quarto trimestre de 2021 a Neogrid realizou investimento majoritário e aquisição de controle da Predify Tech Ltda., especialista em especificação de produtos e serviços, por meio de inteligência artificial e integração com diversos ERPs, coleta de preços no mercado e entrega soluções dinâmicas para impulsionar os negócios e tornar as empresas mais lucrativas e sustentáveis.

Há 23 anos a Neogrid oferece soluções para sincronização da cadeia de suprimentos para diversos países do mundo.

Sobre o fundador

Miguel Abuhab formou-se engenheiro mecânico de produção no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), em 1964. Mais de uma década depois, em 1978, Miguel fundou a Datasul, empresa que tinha como objetivo auxiliar as indústrias da região a implantarem sistemas de informática voltados ao controle de produção. Em 1998, a Datasul lançou seu sistema de gestão empresarial, o Datasul EMS, e, mais tarde, abriu o capital social em 2006.

Em 1999, o empresário fundou a Neogrid, onde atua, hoje, como Presidente do Conselho de Administração.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 – Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhum pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 6.1 a 6.5 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Visão Geral da Companhia

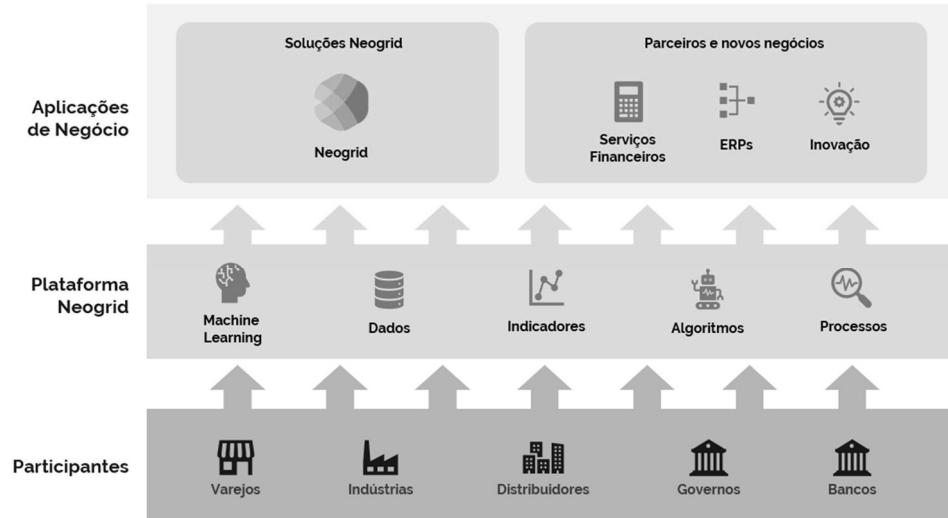
Fundada em 1999, a Neogrid é uma empresa de *Software as a Service (“SaaS”)*, *data* e tecnologia que resolve os desafios da cadeia de suprimentos global ao conectar parceiros de negócios (indústrias, distribuidores e varejistas), integrando e sincronizando suas operações através de um portfólio completo e modular de soluções eficientes, precisas e inteligentes. O poder da tecnologia Neogrid é aumentar a disponibilidade dos produtos nas prateleiras, ao mesmo tempo em que reduz os estoques na cadeia de suprimentos. A Neogrid, através de sua ampla rede e plataforma, coloca as empresas no ritmo do consumidor de forma que todos que fazem parte deste ecossistema sejam beneficiados com redução de investimentos nos estoques, liberando assim o capital de giro.

“Num mundo onde os produtos viraram commodities e preços não são mais diferenciais, o giro de estoque passa a ser a vantagem competitiva decisiva.” – Miguel Abuhab

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de:		
Em R\$ mil	2021	2020
Receita líquida	245.604	212.581
Lucro Bruto	163.405	138.943
EBITDA	44.021	50.481
Lucro Líquido	14.610	12.359
		8.654

O modelo Neogrid*

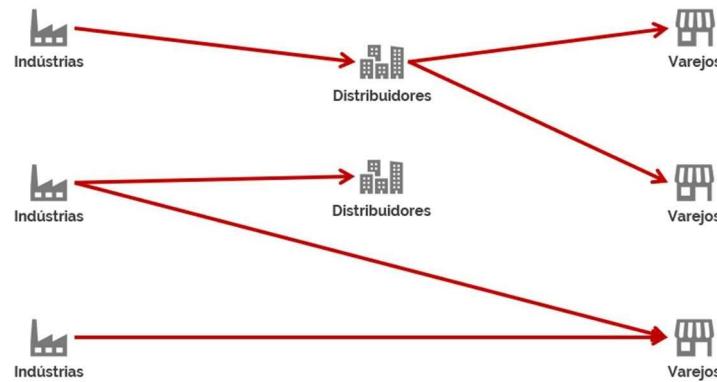


*Modelo esquemático da relação entre empresas, plataforma e aplicações.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

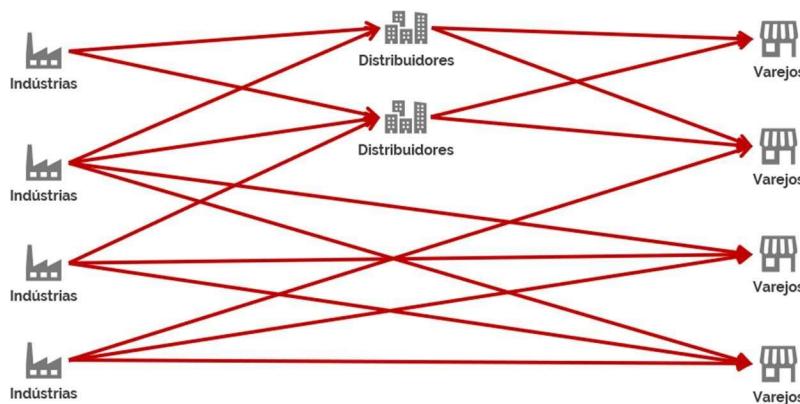
Participantes (A rede Neogrid)

A rede Neogrid conta atualmente com quase 37 mil de empresas participantes da cadeia de suprimentos que são conectadas com a plataforma Neogrid. Basicamente toda a cadeia de suprimentos pode participar da rede Neogrid, desde (i) os fabricantes de matéria prima; (ii) as manufaturas de produção dos bens de consumo; (iii) os distribuidores; (iv) os varejistas (grandes redes de varejo, supermercados, farmácias, magazines, lojas de comércio online, pequenos varejistas locais, etc.); incluindo também outros participantes como (v) governos (órgãos responsáveis por documentação fiscal das transações, entre outros documentos); e (vi) bancos (responsáveis por pagamentos, etc.).



Relação de negócios entre as empresas na cadeia de suprimentos.

A rede Neogrid conta atualmente com quase 37 mil de indústrias participantes, mais de 5 mil distribuidores e mais de 250 grandes redes varejistas (que representam milhares de lojas físicas), distribuídos em todo o país e internacionalmente. Esta rede nos abastece com mais de 1 petabyte de dados brutos e 100 terabytes de dados analíticos mensalmente, e gera milhões de interconexões entre parceiros de negócio, permitindo infinitas possibilidades de ganhos para todas as partes envolvidas neste ecossistema.



Potencial de interconexões entre as empresas da rede.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Plataforma Neogrid

A Neogrid possui uma plataforma tecnológica de ponta que permite sistematizar todo o processo de colaboração e interconexão da rede Neogrid. Além de possibilitar a conexão dos diversos participantes da rede Neogrid e seus sistemas (ERPs, CRMs, Apps, etc), nossa tecnologia permite a captura de volumes massivos de dados e informações dos milhares de participantes da rede, que por sua vez são depurados, qualificados e explorados através desta plataforma que possui alta capacidade de organização e análise de dados. Estes dados são então traduzidos para os nossos clientes em interfaces *user-friendly* que fornecem suporte e automatizam de forma inteligente suas tomadas de decisão, de acordo com a solução contratada e com sua necessidade de negócio.

Entre as principais informações e dados disponíveis na nossa plataforma estão: pedidos de compras, notas fiscais, relatórios de vendas, níveis de estoques (em lojas, centros de distribuição e fábricas), cupons fiscais, ocorrências logísticas (embarque de mercadorias, carregamento, transporte, entrega, agendamento, etc), ordens de pagamentos, cobranças, dentre diversas outras informações de grande relevância para a cadeia de suprimentos. Todos os dias em nossa plataforma são monitorados milhões de produtos, trafegados milhões de pedidos e notas fiscais, além de milhões de outros documentos, informações e processos compartilhados entre os participantes da rede Neogrid.

Para sustentação técnica da nossa plataforma são utilizadas as mais recentes ferramentas tecnológicas de armazenamento e consulta a grandes volumes de dados (“*big data*”) do mercado, algoritmos capazes de calcular processos complexos e tomar decisões estratégicas rapidamente, sistemas de *Machine Learning* que conseguem interpretar padrões e identificar oportunidades, Interfaces de Programação de Aplicativos (*Application Programming Interfaces*, “APIs”) de integração, e uma infraestrutura em nuvem (“*cloud*”) com tecnologia Microsoft (Microsoft Azure).

Nossa plataforma também nos permite fácil conexão com diversas aplicações de terceiros, o que nos torna agnósticos quanto a outros softwares eventualmente utilizados pelos nossos clientes. Isto, além de facilitar a implementação das soluções Neogrid, também possibilita a criação e desenvolvimento de novas soluções com parceiros (interessados em explorar comercialmente a rede Neogrid) para capitalizar diferentes verticais, clientes ou tipos de negócios que porventura hoje não são explorados pela própria Neogrid ou que necessitem de competências fora do nosso escopo atual. Alguns exemplos de parceiros Neogrid são Nielsen e Fast Channel (maiores detalhes sobre as parcerias na seção de Soluções Neogrid abaixo).

As Soluções Neogrid

As soluções Neogrid são as aplicações de negócio que operam sobre a plataforma Neogrid para gerar habilidades como a coleta de dados, a visualização, insights e análises, execução e gerenciamento e medição de resultados.

Coleta de Dados: Habilidade da plataforma de se conectar em diversas fontes de informações para medir os resultados gerados pelas ações do negócio (trade) realizadas durante um período nos mais diferentes canais.

Visualização: Habilidade do cliente de visualizar os dados de todos os seus canais de vendas, comparando o histórico desses dados sob o ponto de vista temporal, acumulado, real vs. meta, por meio de diferentes filtros.

Insights e Análises: Capacidade de gerar insights e ideias de maneira ativa baseado em dados e comportamentos de toda a cadeia de vendas e estoque que serão ativados para diferentes pessoas do cliente e seus canais.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Execução e Gerenciamento: Habilidade de gerar e administrar ações executivas de forma automatizada e/ou periódica que ocorram tanto internamente na indústria quanto de maneira direta nos canais de venda.

Medir Resultados: Habilidade da plataforma de se conectar em diversas fontes de informações para medir os resultados gerados pelas ações do negócio (trade) realizadas durante um período nos mais diferentes canais.



A Neogrid, através de suas soluções, busca então resolver um dos maiores desafios da cadeia de suprimentos global: possuir um fluxo de produtos contínuo, eficiente, eficaz, que aumente vendas e que não gere perdas, desperdícios ou atrasos. Buscamos ditar o ritmo das operações dos participantes da rede Neogrid com base no ritmo de compras do consumidor final, e fazemos isso por meio da sincronização das cadeias de suprimentos, automatização dos processos e entrega de decisões mais inteligentes para toda a rede Neogrid.

Para isso, ao longo de sua jornada, a Neogrid desenvolveu um portfólio de soluções completo e modular que permite atender as mais diversas necessidades de cada tipo de cliente (indústria, distribuidores, varejistas), adaptando-se de acordo com as especificidades, realidade, tamanho e maturidade técnica de cada empresa.

Atualmente, acreditamos ser a única companhia no Brasil que oferece um portfólio de soluções de cadeia de suprimentos tão completo e de grande escala. Abaixo, apresentamos a lista das principais soluções que fazem parte do atual portfólio de soluções Neogrid:

Soluções para a Indústria

- ***Integration***
 - Recebimento de Pedidos de Compras dos varejos e distribuidores (EDI)
 - Emissão de Documentos Fiscais eletrônicos aos varejos e distribuidores
 - Emissão de cobranças bancárias e recebimentos (EDI)

- ***Demand Activation***
 - *Data analytics* sobre o desempenho dos produtos nas redes de varejos
 - *Data analytics* sobre o desempenho de vendas nos distribuidores autorizados
 - Gestão operacional sobre o processo de trade marketing nas lojas físicas dos varejos

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- ***Replenishment***
 - Planejamento de Vendas e Operações (S&OP)
 - Agendamento do envio de mercadorias aos varejos e distribuidores
 - Otimização da Distribuição de mercadorias (DRP e DDR)
 - Automação do Abastecimento aos varejos e distribuidores (VMI)

Soluções para Varejistas e Distribuidores

- ***Integration***
 - Realização de cotações de compras com fornecedores do mercado (*Sourcing*)
 - Envio de Pedidos de Compras para fornecedores (EDI)
 - Recebimento de Documentos Fiscais eletrônicos dos fornecedores
 - Pagamentos e extratos bancários (EDI)
- ***Demand Activation***
 - *Data analytics* sobre o desempenho dos produtos nas lojas
- ***Replenishment***
 - Agendamento de docas para recebimento de mercadorias dos fornecedores
 - Otimização da distribuição de mercadorias e abastecimento das lojas (DRP e DDR)

Todas as soluções Neogrid estão inseridas em um processo operacional amplo e contínuo, englobando Vendas, Distribuição e Monitoramento mercadológico do desempenho dos produtos junto ao consumidor final. Ou seja, todas as soluções se interconectam de alguma forma, o que gera grande potencial sinergia para nossos clientes que contratam mais de uma solução, e fornece à Neogrid alto potencial de *cross-sell* e *up-sell*. Por ser um portfólio modular, sob uma plataforma agnóstica quanto a softwares de terceiros, e de rápida integração, nossos clientes podem facilmente expandir seus contratos com soluções adicionais. Quanto mais soluções ativadas, mais otimizada se tornará a operação do nosso cliente.

Mercado de Atuação

As atuais soluções Neogrid possuem grande aderência aos segmentos mais expostos às incertezas no comportamento do consumidor e aos que possuem maiores redes de abastecimento e distribuição.

Os segmentos de Bens de Consumo (“CPG”), Farmacêutico, Casa e Construção, Eletroeletrônicos e *Fashion* (moda e calçados) representam a maioria dos clientes em nossa base atual. Diante da amplitude das nossas soluções e da nossa capacidade de oferecê-las de maneira modular e adaptável, encontramos potencial claro de expansão para outras verticais, tais como agronegócio, *healthcare*, automotivo e serviços financeiros. As empresas de grande e médio porte extraem o máximo valor de nossas soluções devido a maior complexidade operacional e consequente maior necessidade de automatizações.

Comércio eletrônico crescente e *Omnichannel*

A diversificação dos canais de vendas dos produtos é um fator que torna a cadeia de suprimentos ainda mais complexa. A capacidade de abastecimento, distribuição e redistribuição do estoque para os pontos de venda mais performáticos é fator crítico para o sucesso de portais de comércio eletrônico e também para varejos físicos que atuam simultaneamente via internet.

A massificação do varejo eletrônico se torna uma grande oportunidade para ampliação de tamanho

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

de mercado endereçável da Neogrid, bem como adiciona ainda mais potencial de *cross-sell* e *up-sell*, por indústrias, distribuidores e varejistas, uma vez que as soluções agregam a capacidade de gerenciar o processo de abastecimento neste cenário de alta complexidade, garantindo a disponibilidade dos produtos, sem excessos.

O impacto da COVID-19 no negócio da Companhia

A pandemia da COVID-19 alterou de forma significativa a cadeia de suprimentos global, com aumentos repentinos do consumo de alguns produtos e drástica redução de outros. Este cenário reforçou ainda mais a percepção de quão crítica é a utilização de tecnologias que permitam entender padrões de consumo e reagir rapidamente a às suas variações (tecnologias como a fornecida pela Neogrid).

Neste contexto as empresas estão cada vez mais buscando não só manter como também ampliar o uso de soluções de integração e automação que permitem melhorar seu sortimento de produtos, interagir mais inteligentemente com os participantes da cadeia de suprimentos e equilibrar a operação de abastecimento como um todo. A crise da pandemia da COVID-19 nos leva a crer o quão fundamental a Neogrid é para as Indústrias e Varejos do segmento de bens de consumo.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2020, teve um crescimento relevante de 15,5%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser *Software as a Service - SaaS*, 96,4% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia

Estratégia

A estratégia da Companhia orienta-se pelos seguintes princípios:

Ampliar exploração da plataforma Neogrid

Buscamos ampliar o uso da plataforma Neogrid por meio da inclusão de mais e melhores soluções e também por meio de parceiros, de modo a expandir a proposta de valor aos nossos clientes e enriquecer os dados para melhores tomadas de decisão.

Nossa estratégia de expansão da plataforma Neogrid segue um plano claro e bem definido, tanto para o curto prazo (2022), quanto para o longo prazo. No curto prazo, temos em desenvolvimento diversas frentes de desenvolvimento e inovação que buscam melhorar ainda mais nosso portfólio, sendo algumas delas: (i) sincronização de estoque e pagamentos para redes de franquias de nossos clientes; (ii) fornecimento de análises de consumo e preços com base em indicadores macroeconômicos; entre diversos outros. No longo prazo, temos mapeados novos segmentos nos quais a Neogrid tem alto potencial para atuar, como: agronegócio, *healthcare* e serviços financeiros, entre outros. Identificamos oportunidades significativas nestes segmentos e vemos nossa plataforma como um grande ativo para fornecer soluções para clientes destas verticais. Desta forma, continuaremos expandindo a rede, a plataforma e o portfólio Neogrid, e alimentando nosso ciclo virtuoso de sucesso.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Penetrar em novos mercados através de aquisições de companhias complementares ao nosso portfólio atual

Nosso histórico de sucesso em aquisições de diversos segmentos evidencia nossa capacidade de condução de processos de M&A, desde o mapeamento de potenciais alvos até a integração completa da companhia adquirida e máxima extração de sinergias. Continuaremos buscando oportunidades que (i) ampliem nossa base de clientes; (ii) aumentem nossa receita recorrente; (iii) nos forneçam novos produtos e serviços que sejam complementares; e (iv) criem ganhos de sinergia relevantes. Como potenciais mercados de nosso interesse, vale ressaltar os segmentos de agronegócios, *healthcare*, automotivo, financeiro, entre outros, com soluções focadas em *data analytics* e *machine learning*.

Intensificar expansão internacional

A nossa extensa base de clientes no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa que possuem operação multinacional permite estender facilmente nosso modelo para outros países que estes clientes já atuam. Esta estratégia é válida tanto para indústrias quanto para distribuidores e varejistas com atuação em múltiplos países. Para nossos clientes multinacionais, a replicação de casos de sucesso e a utilização de uma única solução para todas as suas operações internacionais reduz significativamente a complexidade de suas operações e incentiva ainda mais a contratação da Neogrid para outras geografias.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**7.1-A – Informações específicas de sociedades de economia mista****(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Segmento	Descrição
Software	<p>A Companhia oferece ao mercado uma plataforma que possibilita a conexão de diversas empresas (indústrias, distribuidores, varejistas, etc.), negócios e sistemas (ERPs, CRMs, Apps, entre outros) dos mais variados setores (“<u>Plataforma Neogrid</u>”). Através da Plataforma Neogrid, os clientes da Companhia passam a fornecer e acessar informações, além de contratar as soluções disponíveis para a sua necessidade de negócio, sendo elas: (i) <i>Integration</i>; (ii) <i>Demand Activation</i>; e (iii) <i>Replenishment</i>. Para maiores detalhes e informações das soluções apresentadas pela Companhia, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.</p> <p>Esta tecnologia permite a Companhia integrar e sistematizar todo o processo de colaboração e conexão entre os milhares de parceiros de negócios presentes na malha Neogrid e, com isso, entregar decisões mais inteligentes à operação de seus clientes. O produto permite a captura de um número bastante relevante em termos de volumes de dados e informações que, por sua vez, podem ser ainda mais depurados, qualificados e explorados, de acordo com o caso e objetivo de cada cliente.</p> <p>Entre as principais informações e dados presentes na Plataforma Neogrid, estão: (i) os pedidos de compras; (ii) notas fiscais; (iii) relatórios de vendas; (iv) níveis de estoques (em lojas físicas, centros de distribuições e fábricas); (v) cupons fiscais; (vi) ocorrências logísticas (transporte de mercadorias, carregamento, entrega, agendamento, etc.); (vii) ordens de pagamentos; (viii) cobranças; e (ix) entre outros.</p> <p>Atualmente, dentro da Plataforma Neogrid são diariamente monitorados milhões de produtos e trafegados milhões de pedidos, notas fiscais, entre outros documentos compartilhados entre indústrias e varejistas.</p> <p>Em relação a base tecnológica da Plataforma Neogrid, são construídas as aplicações e negócios que utilizam este grande volume de informações e que são as atuais soluções ofertadas aos clientes. As soluções construídas sobre a plataforma são o que de fato geram a receita desta grande rede de empresas conectadas. Para mais informações sobre de onde é proveniente a receita, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.</p>

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo ilustra a composição da receita líquida operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

Exercício social findo em 31 de dezembro de

Em R\$ mil Segmento	2021		2020		2019	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Software	245.604	100,00	212.581	100,00	207.099	100,00
Receita Total	245.604	100,00	212.581	100,00	207.099	100,00

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A tabela abaixo ilustra a composição do lucro ou prejuízo operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

Exercício social findo em 31 de dezembro de

Em R\$ milhares Segmento	2021		2020		2019	
	Lucro	% do total	Lucro	% do total	Lucro	% do total
Software	14.610	100,00	12.359	100,00	8.654	100,00
Lucro Líquido	14.610	100,00	12.359	100,00	8.654	100,00
Total						

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a. características do processo de produção

Devido à complexidade da cadeia de suprimentos e dos desafios enfrentados pelos clientes da Companhia diante das variações no comportamento do consumidor e multicanalidade, a Companhia entende que seu processo produtivo necessita, desde o início, ser muito alinhado aos objetivos e necessidades de seus clientes, visando gerar e entregar o máximo resultado para estes. Isso envolve um alto nível de atenção com a experiência oferecida aos clientes, agilidade e velocidade dos processos de desenvolvimento, vendas e atendimento.

Toda a estrutura de construção, sustentação e capitalização dos produtos que a Companhia provê é pensada de forma a atender as mais complexas demandas e desafios que seus clientes possuem, ao mesmo tempo entregar uma experiência positiva de resultados incrementais desde a primeira interação com a Companhia.

Tecnologia e Desenvolvimento

Apesar de ser um ciclo contínuo que se retroalimenta, consideramos a estruturação tecnológica como a primeira etapa do processo de produção, pois ela provê as capacidades que sustentarão as operações e etapas seguintes e, ao mesmo tempo, gera um ambiente onde as oportunidades de negócio possam se desenvolver. A estrutura operacional de tecnologia se divide da seguinte forma:

- **Arquitetura de dados**
 - Engenharia, planejamento e estruturação de dados – Garante a pavimentação para melhorar o fluxo de informação, desempenho e capacidade de armazenamento;
 - Ingestão de dados – Responsável pela leitura, transformação, tradução de dados e informações que vão compor o *Datalake Neogrid*;
 - Qualidade e enriquecimento de dados – Complementa informações aos dados com base em algoritmos e inteligência artificial ao mesmo tempo que identifica incorreções e *outliers* dentro da base;
 - Governança de dados – Administra e garante o funcionamento dos processos de qualificação e segurança que atestam a qualidade, consistência e segurança dos dados presentes na base; e
 - Ciência de dados – Gera leituras, estatísticas e *insights* sobre os dados estruturados e qualificados na base.
- **Desenvolvimento e Arquitetura de Produtos**
 - Desenvolve e mantém aplicações e APIs que acessam as informações da plataforma e geram ações que são consumidas pelos clientes e demais sistemas da companhia, bem como as interfaces de operação dos clientes da Companhia. Fornece *frameworks* tecnológicos para a construção dos sistemas da Companhia dentro de um padrão de qualidade, UX, UI, Design, garantindo assim a congruência e integração entre os diversos módulos, bem como a padronização da experiência dos clientes com aplicações da Companhia.
- **Cloud Services**
 - Fornece, planeja e administra os recursos de nuvem utilizados pelas aplicações e dados da Companhia. Garante a otimização dos recursos no sentido extrair o máximo deles com o custo adequado de cada operação. Provê a infraestrutura tecnológica para conectividade, armazenamento e segurança da informação.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Produto e Inovação

Com processos focados no planejamento e no entendimento dos desafios enfrentados pelos clientes da Companhia em seus segmentos do mercado, bem como o desenho da experiência dos clientes com o uso da plataforma e dos módulos da Companhia, os times de produtos são responsáveis pela elaboração de soluções de negócios e tradução para os times de tecnologia nas visões de curto, médio e longo prazo de nossa estratégia. Para promover o aprofundamento das equipes nas realidades de cada cliente, as equipes são estruturadas de forma segmentada:

- **Estratégia de Portfólio de Produtos**
 - Planeja e gerencia a conexão entre os produtos da Companhia, bem como a gestão do ciclo de vida dos produtos no mercado.
- **Produtos Manufatura**
 - Foco em compreender e planejar o *roadmap* de soluções voltadas às indústrias e manufaturas clientes e potenciais clientes da Companhia.
- **Produtos Varejo e Distribuidores**
 - Foco em compreender e planejar o *roadmap* de soluções que atendem os desafios de varejos e distribuidores.
- **Inovação**
 - Equipe responsável pela pesquisa e descoberta de novas linhas de negócio e novas aplicações tecnológicas nos mercados onde a Companhia atua e novos mercados. Possui um time de desenvolvimento próprio para a geração de *Minimum Viable Products - MVPs* (produtos minimamente viáveis) que validam hipóteses de negócios junto aos clientes e parceiros.

Customer Success

Com foco no cliente, todo o processo de atendimento da Companhia é compreendido como “Customer Success”, devido ao fato de estar presente nas diversas interações com os clientes (atendimento a dúvidas, implantação, configurações, treinamentos etc.) para melhorar o uso dos produtos e a experiência que a Companhia oferece. Possui também um viés analítico uma vez que identifica os clientes, através dos objetivos e necessidades, oportunidades de melhorias no processo como um todo. Essa visão proativa automaticamente gera novas oportunidades nos clientes tanto através do melhor uso dos produtos já contratados, como através da contratação de novos módulos (*up-selling* e *cross-selling*).

A atividade de *Customer Success* ocorre de forma personalizada, segmentada por mercado de atuação, porte e nível de maturidade de cada cliente garantindo mais agilidade e flexibilidade em clientes com cenários simples ao mesmo tempo que permite o aprofundamento em clientes com cenários operacionais mais complexos.

- **Entrega**
 - Responsável pelo *onboarding* do cliente na Companhia, passando pela implantação, configuração, integração com ERPs e sistemas internos até o treinamento de uso dos produtos.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- Pós Entrega
 - Consiste no atendimento aos clientes usuários dos produtos da Companhia, através de *chat*, telefone, e-mail e ferramentas internas de atendimento. As principais atividades desenvolvidas são atendimento a dúvidas operacionais, suporte a configurações e tratamento de problemas voltados a desempenho, segurança, integração e evoluções dos produtos.
- Customer Success Varejos/Distribuidores
 - Foco em analisar e apoiar o melhor aproveitamento das soluções que atendem os desafios de clientes nos setores de varejos e distribuidores.
- Customer Success Indústrias
 - Foco em analisar e apoiar o melhor aproveitamento das soluções que atendem os desafios de clientes de indústrias e manufaturas.

b. características do processo de distribuição

A forte atuação da Companhia nos diversos setores de mercado (Indústria, Distribuidores e Varejo), em diversos segmentos, portes e países onde a Companhia atua, demanda uma estratégia de vendas bem estruturada, uma equipe bem preparada e, principalmente, processos maduros que permitam o ganho de escala com excelência. Estes 3 (três) pilares combinados garantem à Companhia sucesso no processo de vendas ano após ano, sempre superando as metas definidas e resultando na abertura de novos mercados.

Além de um processo de *Customer Success* favorecer a geração de oportunidades da base, o processo de vendas é composto por dois pilares: (i) fluxo de marketing voltado para as vendas; e (ii) uma equipe comercial estruturada para atendimento dos diversos segmentos e perfis de clientes.

Equipe de Marketing

Oferece através de eventos, *webinars*, *e-books*, *newsletters*, vídeos e relacionamento com clientes por telefone, visando a geração de um fluxo contínuo de novas oportunidades nos diversos produtos oferecidos em nosso portfólio.

- Branding
 - Além da marca em si, *rebranded* em 2017, a Companhia gera conteúdo relevante para a imprensa escrita, rádio e TV mantendo desta forma portas abertas para fornecimento de níveis maiores de informações que se transformam em oportunidades de negócios.
- Marketing Digital
 - Geração de conteúdo para internet, *webinars*, *e-books*, *newsletters*, vídeos, vinculados ao fluxo de vendas *Inbound* e *Sales Development*.
- Sales Development
 - Equipe que apoia os clientes na interpretação e descobertas de novas oportunidades ao mesmo tempo endereçando os desafios às corretas soluções. Os principais materiais da equipe são campanhas de marketing digital e dados da própria plataforma da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Equipe Comercial

A Companhia conta com um maduro processo comercial que garante o atendimento aos mais diversos segmentos de mercado e aos mais diversos portes de clientes através de operações diferentemente estruturadas para vendas complexas, vendas em escala e vendas através de parceiros e canais.

- **Vendas Diretas**
 - Voltados a contas de alto potencial, possui uma equipe de experientes Gerentes de Negócio que atuam em parceria com *Customer Success* para apoiar os clientes na otimização de seus processos e de suas cadeias de abastecimentos.
- **Inside Sales**
 - Atendendo demandas oriundas de clientes (*inbound*) e impulsionando campanhas de marketing (*outbound*), o *Inside Sales* é o processo de vendas em escala com alcance nacional e internacional, utilizando-se das melhores ferramentas para frequência e cadênciâna abordagem de potenciais clientes.
- **Canais e Parceiros**
 - Focado no desenvolvimento de parceiros de vendas que podem distribuir produtos da Companhia, desde empresas de consultoria até sistemas ERPs que podem de forma integrada incluir a tecnologia da Companhia em seus negócios.
- **Arquitetura de Soluções**
 - Equipe técnica que apoia vendas complexas onde se faz necessário a análise e construção de cenários para viabilizar o fechamento de negócios. O arquiteto de soluções possui uma visão global da plataforma e das soluções da Companhia de modo a visualizar a melhor adequação das mesmas nos mais diversos clientes da Companhia.

Estratégias de atuação

O crescimento de vendas está baseado na ampliação do uso dos produtos pelos clientes atuais (*up-selling*) e na aquisição de novos clientes em segmentos ainda pouco explorados pela Companhia. O trabalho de atendimento a grandes contas, *Customer Success* e marketing digital são as bases para o crescimento de vendas diretas, ao passo que a construção de novas parcerias é fundamental para o crescimento das vendas indiretas.

- **Clientes atuais**
 - **Up-sell e Cross-sell**
 - Impulsionado pelo contínuo processo de *Customer Success*, atendimento comercial a contas estratégicas e marketing digital.
 - **Expansão Internacional**
 - O aproveitamento da grande base de clientes multinacionais no Brasil, tem como resultado a expansão para a América Latina, Ásia e Europa, replicando bons resultados entregues no Brasil, em um cenário internacional.
- **Novos clientes, novos segmentos**
 - As experiências de sucesso da Companhia em segmentos como: (i) bens de consumo; (ii) eletroeletrônicos; (iii) farmacêutico; (iv) etc., chamam a atenção de outros mercados com desafios similares para o abastecimento de produtos. Segmentos como: (i) agronegócio, (ii) saúde humana; (iii) saúde animal; (iv)automotivo; (v) entre outros, são possibilidades de expansão, pois não contam em seus segmentos com uma plataforma completa e soluções maduras como as fornecidas pela Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Modelos de precificação por solução

A precificação de nossas soluções é composta por um fator fixo (assinatura mensal), que é definido baseada na segmentação e porte de clientes da Companhia, e por fator variável adicional, conforme detalhado abaixo:

- **Integration**
 - Volume de transações – A solução *Integration* e seus módulos utilizam como principal *driver* para precificação o volume de transações, dependendo dos módulos, ora traduzido em volume de documentos, ora traduzido em volume de *kilobytes* (kB) trafegados nas soluções. Este modelo permite a cobrança proporcional ao espaço e ao processamento necessário para cada operação.
- **Demand Activation**

Quantidade de conexões – A solução *Demand Activation* oferece principalmente uma relação entre os parceiros de negócios (tal como uma indústria e o varejista), sendo desta forma o modelo de cobrança traduzido na quantidade de empresas conectadas pelo cliente. Sendo assim, por exemplo, quanto mais redes de varejo uma indústria nos contratar para acompanhamento, maior será o preço final da receita recorrente paga por ela. A quantidade de empresas monitoradas é o fator de cobrança para esta solução.
- **Replenishment**
 - Tamanho da operação – A medição de tamanho da operação, reflete a complexidade específica do processo de abastecimento da empresa. As variáveis que formam este porte operacional (ou seja, o dimensionamento feito pela Companhia para apurar o tamanho da atividade/operação do cliente) envolvem: (i) a quantidade de lojas; (ii) quantidade de CDs abastecidos; (iii) quantidade de SKUs (produtos) envolvidos na operação; etc. Estas variáveis dimensionam a operação, ditando o nível de preço aplicado para o cliente.

c. características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados

Segmentos de Atuação

Por ser um ecossistema que atua em toda a cadeia de suprimentos conectando indústrias, distribuidores e varejos, a Companhia possui naturalmente soluções para estes 3 (três) diferentes setores. Ainda assim, os desafios enfrentados pelos diferentes segmentos alinham e englobam os produtos da Companhia, linguagem de atendimento e vendas às realidades dos clientes nos principais setores que atualmente atendemos:

- Bens de Consumo
 - Indústrias de alimentos, bebidas, produtos de higiene e beleza, produtos de limpeza, laticínios, papéis, grãos a farináceos, bazar, etc.
 - Redes de supermercados, atacadados, hipermercados e-commerce.
- Farma
 - Indústrias de higiene e beleza, cosméticos e medicamentos.
 - Redes de farmácias e e-commerce.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- Casa e Construção
 - Indústrias de materiais de construção, móveis, tecidos, eletrônicos, materiais elétricos, cerâmicas etc.
 - *Home centers* e e-commerce.
- Eletroeletrônicos
 - Indústrias de eletrônicos, linha branca, linha marrom, linha azul, etc.
 - Magazines, lojas de eletros e e-commerce.
- Moda
 - Indústrias de calçados, *fast-fashion*, etc.
 - Lojas de departamentos e franquias.

Brasil

A Companhia se consolida forte no mercado brasileiro, com mais de 7.000 (sete mil) clientes, distribuídos em todas as soluções e segmentos. De fato, não encontramos atualmente no país uma companhia que ofereça um portfólio com a amplitude que a Companhia possui, sendo que entendemos ser o único player capaz de entregar resultados completos no que tange a sincronização de vendas, estoques, documentos e operações relativas a cadeia de suprimentos como um todo.

Mundo

A Companhia tem expandido sua presença no mercado internacional desde 2008, com uma base de aproximadamente 300 clientes. Contando com grandes projetos nos Estados Unidos e na Europa, a expansão internacional é uma grande oportunidade de crescimento para a Companhia, visto que o processo de vendas ainda não focou no ganho de escala em outros países. Mesmo assim, os projetos fechados nas unidades internacionais mostram uma aderência e aceitação de soluções muito alta e ótimos níveis de relacionamentos. Os produtos estão preparados para cenários multi-idiomas e multi-moedas, quando necessário. As ofertas da Neogrid são utilizadas em mais de 140 países.

Visão Geral Mercado de *Software & Tecnologia*

A indústria de *software/IT* começou a se desenvolver mais fortemente a partir da década de 1990 e se consolidou em diversas geografias conforme os computadores se tornaram parte fundamental da vida cotidiana de pessoas e empresas ao redor do mundo. A indústria de *software* é composta por peças importantes, como programadores, *designers*, profissionais de *marketing* e vendedores. Enquanto alguns programas são projetados para uso geral, outros programas são projetados de acordo com as necessidades específicas do cliente em questão.

O mercado mundial e brasileiro de *software* – junto com o seu macro setor (tecnologia) – apresentou um ritmo acelerado de crescimento ao longo da última década, devido à conjunção de novos usuários e engajamento crescente. O setor foi um dos líderes de performance em bolsas de valores mundiais ao longo de 2019 e, mesmo durante o desafiador período de retomada econômica pós COVID-19, continua a performar acima de setores de forte crescimento histórico, como infraestrutura e consumo.

Dada a forte ligação entre o setor de *software* e demais subsegmentos de tecnologia, e por ser formado por empresas com histórico de inovações e que sempre estão no foco de criação de novas tecnologias, existe uma tendência positiva entre especialistas e investidores do setor sobre o potencial de crescimento e de fluxos futuros para as empresas setor deste segmento.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

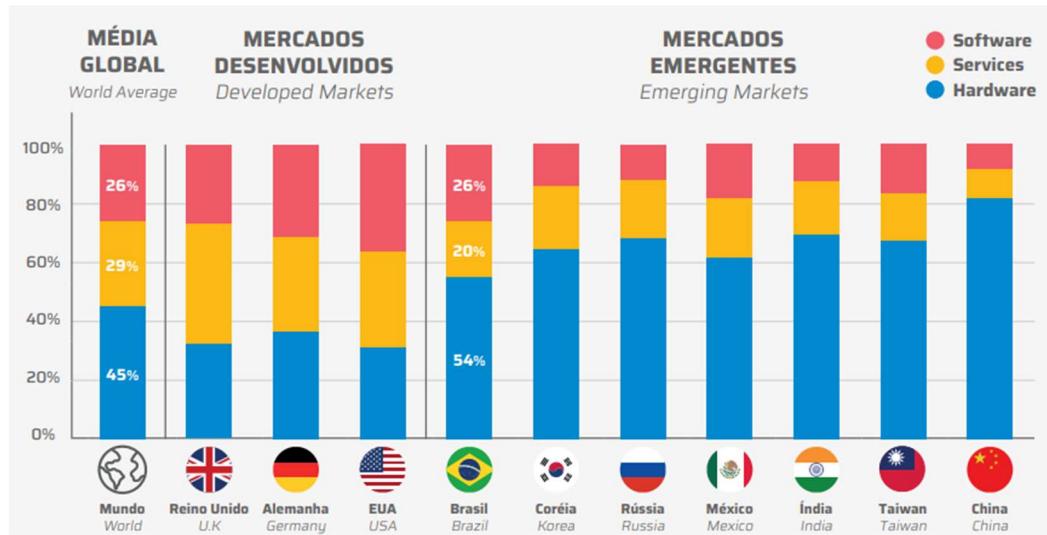
Tecnologia da Informação

Mercados Globais

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES), a produção mundial de TI apresentou em 2020 um crescimento de 2,5%, alcançando um mercado mundial de US\$ 2.395 bilhões. Atualmente os Estados Unidos lideram esse ranking com um mercado total de US\$ 914 bilhões, seguido por China (US\$ 266 bilhões) e Japão (US\$ 145 bilhões).

Este mercado está globalmente distribuído entre Softwares (26%), Serviços (29%) e Hardware (45%), e a participação dos subsegmentos no mercado total de TI em cada país varia e está correlacionada com o nível de desenvolvimento e penetração de ferramental tecnológico. Países menos desenvolvidos, no geral, possuem um subsegmento de Hardware mais predominante do que os de Software e Serviços.

Esse fenômeno pode ocorrer tanto pela falta de investimentos em tecnologia - que inibe o desenvolvimento dos subsegmentos de Software e Serviços - quanto por altos níveis históricos de investimentos em manufaturas, processo que fomentou altos níveis de produção de produtos como os de Hardware, como é o caso de China, Taiwan e Índia.



Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

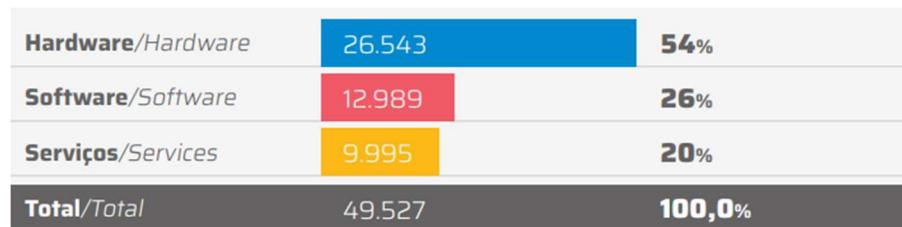
América Latina e Brasil

Já na América Latina, o mercado total do segmento de Tecnologia da Informação representa US\$ 112 bilhões, onde o Brasil é líder e compõe 44% do montante com US\$ 49,5 bilhões. Em seguida está o México, com US\$ 22 bilhões e 20% de participação do mercado total, e Colômbia com US\$ 9,7 bilhões e 9% de participação.

No Brasil, o mercado de TI foi duramente impactado pela pandemia mundial, após um ciclo de crescimento dos anos anteriores. O PIB per capita recuou 4,8%, em termos reais, alcançando R\$35.172,00 em 2020. Apenas a agropecuária cresceu aproximadamente 2%, enquanto a indústria recuou 3,5% e serviços 4,5%.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Embora os resultados da economia tenham sido bastante recessivos no mercado interno, os investimentos em TI apresentaram crescimento, atingindo cerca de 2,8% do PIB. Se olharmos apenas para o mercado de software e serviços, o Brasil também retomou a 9ª posição no ranking mundial, com participação de 1,8%, recuperando o espaço que havia perdido para Holanda e Itália no ano de 2019.



Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

Também, percebe-se a alta representatividade do segmento de Hardware na composição do mercado de TI Brasileiro, onde metade (54%) do faturamento do setor vêm desse segmento. Nota-se também a relevância do mercado doméstico em relação ao setor, já que apenas ~1% do faturamento do setor de TI é destinado à exportação.

SEGMENTAÇÃO DE MERCADO	MERCADO DOMÉSTICO	MERCADO DE EXPORTAÇÃO	MERCADO TOTAL
MARKET SEGMENTATION	DOMESTIC MARKET	EXPORT MARKET	TOTAL MARKET
Software / Software	12.989	232	13.221
Serviços / Services	9.995	591	10.586
Hardware / Hardware	26.543	361	26.904
SUBTOTAL TI / IT SUBTOTAL	49.527	1.184	50.711
Telecom / Telecom	43.900	-	43.900
TOTAL TIC / ITC TOTAL	93.427	1.184	94.611

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

Software e Serviços

Global

Segundo a ABES, o mercado mundial de Software e Serviços atingiu em 2020 o valor de US\$ 1.349,6 bilhões, e o Brasil voltou a ocupar a 9ª posição no ranking mundial, com um mercado interno de aproximadamente US\$ 22,9 bilhões. De forma similar ao mercado de TI, os Estados Unidos dominam o ranking com US\$ 635,1 de mercado total e basicamente a metade (47,1%) de participação na receita, seguido do Japão (6,2% de participação) e Reino Unido (6%).

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

PAÍS COUNTRY	US\$ BILHÕES BILLION	PARTICIPA- ÇÃO SHARE
 Estados Unidos	635,1	47,1%
 Japão	84,1	6,2%
 Reino Unido	80,6	6,0%
 Alemanha	70,5	5,2%
 China	53,4	4,0%
 França	50,8	3,8%
 Canadá	32,4	2,4%
 Austrália	26,1	1,9%
 Brasil	22,9	1,8%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

América Latina e Brasil

Dentro do segmento de Tecnologia da Informação, pela primeira vez em muitos anos, o setor de software apresentou crescimento mais acentuado do que o setor de serviços, com crescimento de 28,7% em 2020, em relação a uma redução de 4,5% no mercado doméstico de serviços.

O crescimento do setor de software pode ser atribuído à forma como as empresas foram obrigadas a mudar sua estrutura de trabalho, em função de confinamentos e do aumento da modalidade home-office que se seguiu. Para poder continuar a conduzir seus negócios, as empresas apostaram na introdução de novos produtos, no aumento da segurança em TI, no aumento da produtividade e na redução de custos.

Atualmente, considerando apenas as 6.454 empresas brasileiras que são dedicadas ao Desenvolvimento e Produção de Software e que foram utilizadas como amostra para o estudo, temos a seguinte divisão por porte - Cerca de 48% das empresas de Software possuem menos que dez empregados, e outros ~47% das empresas possuem menos que 99 empregados. Nesse sentido, percebe-se a alta representatividade de Micro e Pequenas Empresas no segmento.

EMPRESA COMPANY	QUANTIDADE QUANTITY	PARTICIPAÇÃO PARTICIPATION
Micro Empresa (< 10 empregados) <i>Micro Company (< 10 employes)</i>	3.112	48,2%
Pequena Empresa (10-99 empregados) <i>Small Company (10 - 99 employes)</i>	3.017	46,8%
Média Empresa (100-500 empregados) <i>Medium Company (100 - 500 employes)</i>	281	4,4%
Grande Empresa (> 500 empregados) <i>Big Company (> 500 employes)</i>	44	0,7%
Total/Total	6.454	100%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Quando comparamos a evolução do segmento de software entre empresas que desenvolvem e produzem, empresas que distribuem e empresas que prestam serviços, entende-se que a participação relacionada à empresas de Serviços no segmento têm aumentado continuamente, dobrando a sua participação de 19% em 2004 para 42% ao final de 2020.



Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

Cerca de 20% do mercado brasileiro de Softwares e Serviços é composto por produção local, e aproximadamente 78% é referente à softwares produzidos e desenvolvidos no exterior. Mudanças no modelo de negócios das empresas de tecnologia têm facilitado aquisição de softwares produzidos fora do Brasil, com a adoção de modelos de assinatura e *software as a service*. Ainda assim, nota-se a baixa representatividade de softwares produzidos no Brasil e exportados, compondo apenas 8,6% de participação no mercado total.

Ao analisar a perspectiva de Serviços, a relação se inverte - o Mercado de Serviços Local hoje representa 81% do segmento no Brasil, enquanto serviços de desenvolvimento no exterior representam menos de 1% do total. Conclui-se que mesmo adotando de forma agressiva soluções e tecnologias estrangeiras, o mercado de softwares e serviços brasileiro ainda depende bastante da mão de obra local, muito influenciado pela relação de câmbio entre o Real e o Dólar.

ORIGEM ORIGIN	US\$ MILHÕES MILLION	PARTICIPAÇÃO PARTICIPATION	2020/ 2019
Produção Local / Domestic Software Production	2.699	20,4%	35,2%
Desenvol. no Exterior / Foreign Software Develop.	10.290	77,8%	27,6%
Produção Local Exportação / Domestic Produc. for Export	232	1,8%	8,6%
SUBTOTAL SOFTWARE / SOFTWARE SUBTOTAL	13.221	100%	28,7%
Mercado de Serviços Local / Domestic Services Market	8.577	81%	-8,8%
Produção Local Sob Encomenda Domestic Taylor Made Software	1.346	12,7%	34,1%
Desenvol. no Exterior / Foreign Service Development	72	0,7%	5,8%
Serviços para Exportação / Domestic Produc. for Export	591	5,6%	-2,8%
SUBTOTAL SERVIÇOS / SERVICES SUBTOTAL	10.586	100,0 %	-4,5%
Total Software e Serviços /Software and Services	23.807	—	11,5%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Ainda segundo a ABES, ao observar a participação dos segmentos no mercado de softwares e serviços brasileiros, percebemos a alta representatividade dos segmentos de Serviços e Telecom (26%, com um crescimento de 44% entre 2019 e 2020), Finanças (24%) e da Indústria (18%). Somadas, estas três categorias representam quase 3/4 do mercado total de Softwares e Serviços.

SEGMENTO SEGMENT	US\$ MILHÕES US\$ MILLION	PARTICIPAÇÃO PARTICIPATION	2020/ 2019
Serviços e Telecom / Services and Telecom	3.798	26,5%	44,5%
Finanças / Finances	3.461	24,1%	18,1%
Indústria / Industry	2.635	18,4%	18,2%
Comércio / Commerce	1.772	12,4%	55,8%
Governo / Government	875	6,1%	26,3%
Óleo e Gás / Oil and Gas	527	3,7%	33,2%
Agroindústria / Agricultural Industry	263	1,8%	33,1%
Outros / Other	1.004	7,0%	11,9%
Total / Total	14.335	100%	+ 29,6%

Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

Tendências e Previsões do Mercado Global e Latino-americano

Além do aumento da penetração de uso e comercialização em plataformas online, observa-se uma tendência de mudança comportamental que tem dificultado os processos de abastecimento e logística de varejistas: consumo de alimentos orgânicos e com menor industrialização junto ao fortalecimento de indústrias de nicho estão mudando a cesta de compras dos consumidores e afetando a cadeia de abastecimento como um todo. Os principais efeitos são o desequilíbrio em estoques (excesso de alguns produtos e faltas de outros) e a necessidade de direcionamento de outros esforços, como marketing, para atender essas necessidades específicas. Um exemplo muito claro é o fato de que muitos supermercados já estão dedicando seções inteiras para alimentação saudável, dado o crescimento da demanda.

Eventos sociais e naturais também afetam diretamente o abastecimento e plano de logística das companhias. Eventos inesperados como a crise advinda da pandemia do COVID-19, crise dos caminhoneiros, greve dos transportes e mudanças climáticas vem gerando constantes mudanças nos preços e nas ofertas de itens, exigindo cada vez mais planos logísticos rápidos e eficazes, a fim de contornar e mitigar os custos condicionados a esses acontecimentos.

Todas as transformações observadas e mencionadas acima, tem gerado um aumento relevante de demanda por parte das empresas dos mais diversos portes por serviços avançados e integrados de supply chain, os quais permitem minimizar custos e tempo de resposta para atender ao mercado que evolui por meio dessas tendências e acontecimentos.

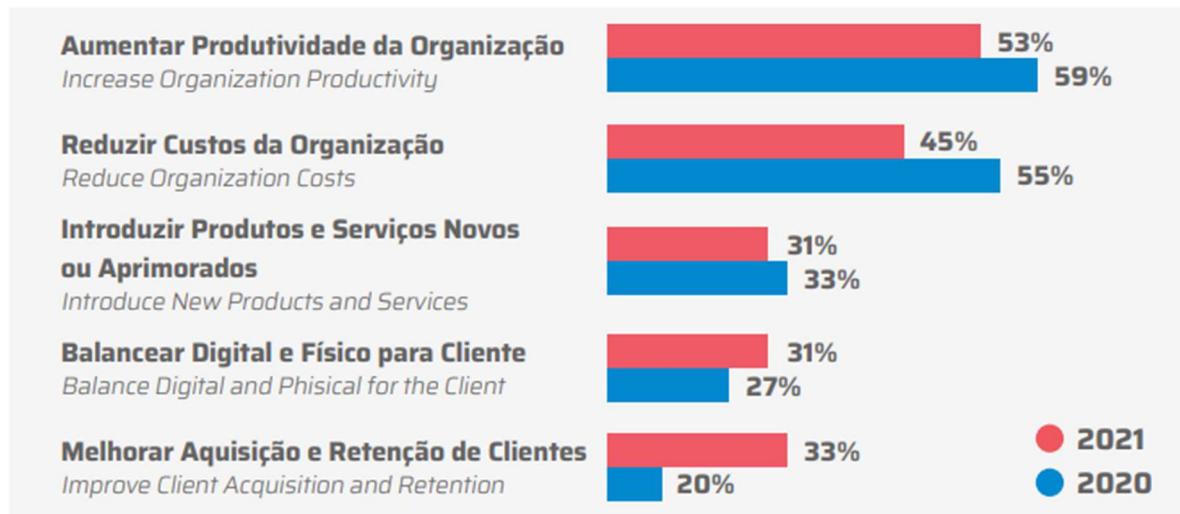
O processo de atualização tecnológica se torna cada mais vez essencial às empresas que buscam se adaptar para sustentar seus negócios, e tem se mostrado necessário nos mais diversos segmentos. Alguns exemplos mais recentes são as revoluções do sistema bancário com a implementação de novas soluções como PIX, com a consolidação de bancos digitais e fintechs e o surgimento de novas APIs que buscam complementar os serviços oferecidos ao cliente final.

Em outros setores, como a agroindústria e saúde, observa-se um aumento na demanda por novas técnicas e tecnologias. Todos os setores vêm sendo atingidos pela evolução e reinvenção de

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

práticas advindas de novas tecnologias impactando profundamente a maneira como as demandas dos consumidores e as cadeias de suprimentos são gerenciadas.

Segundo a ABES, a tendência é que em 2021 haja um crescimento de 7,1% em investimentos de TI e Telecom no Brasil, e o mercado de Softwares e Serviços vai crescer 11%. Um fator importante é que melhorar a aquisição e retenção de clientes tornou-se uma prioridade para as empresas entrevistadas pelo estudo, enquanto reduzir custos e aumentar a produtividade da organização perderá relevância entre 2020 e 2021:



Fonte: Estudo do Mercado Brasileiro de Software, 2021.

Também, a ABES coloca uma série de previsões para 2021 em diante relacionadas ao segmento de Tecnologia da Informação e Software e Serviços. Abaixo relacionamos algumas das mais relevantes:

- **Ampliação da Rede de 5g:** Leilões de frequências e implementações em larga escala irão aumentar a adoção da rede de 5g no Brasil. Com a grande penetração do serviço móvel, a elevada adoção dos smartphones e o uso de serviços de dados, a 5ª geração surge com ênfase no segmento B2B e como grande facilitador de outras tecnologias. Ao entregar elevada taxa de transferência, baixa latência e alta densidade de conexões, serão rompidas as barreiras de conectividade que restringiam a adoção de outros serviços.
- **Conectividade Redefinida e Infraestrutura em Nuvem:** Torna-se cada vez mais claro que as arquiteturas de rede legadas não serão suficientes em um mundo dominado pela mobilidade e nuvem, em que a conectividade é oferecida com grande largura de banda e baixa latência para milhares de dispositivos. Esta percepção está causando uma rearquitetura das redes com base nos princípios distribuídos, que podem ser dimensionadas com segurança para atender às necessidades dos negócios digitais.
- **Modernização de infraestrutura:** A necessidade de implantar e gerenciar uma gama crescente de infraestrutura, aplicações e conjuntos de dados em locais geograficamente dispersos, vinculados a recursos de nuvem centralizados, aumentará. Lidar com a probabilidade cada vez maior de que grande parte da infraestrutura subjacente não esteja sob a propriedade ou controle da corporação (em que ela pertence / é operada por uma rede ou provedor de nuvem) se tornará um novo e importante desafio.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- **Recursos de Inteligência Artificial:** As organizações darão preferência às soluções que tenham capacidades de IA embarcadas como uma forma de otimizar sua força de trabalho por meio de automação com inteligência, liberando tempo das pessoas. A demanda por profissionais especializados e por provedores de serviços acentuará a concorrência neste segmento. É esperada a aceleração do movimento de fusões e aquisições com empresas e startups que tenham expertise nessa área.
- **Segurança:** As empresas terão que introduzir soluções que tragam maior inteligência (como IA e ML), permitindo maior automação da análise dos eventos de segurança. Isso é especialmente importante numa realidade de equipes enxutas e quantidade crescente de eventos. Soluções com aderência aos ambientes de nuvem terão que ser avaliadas e colocadas para funcionar. Isso fará com que as estratégias priorizem a proteção de dados e de workloads.

Outros fatores globais relevantes à cadeia de suprimentos

Além do aumento da penetração de uso e comercialização em plataformas online, observa-se uma tendência de mudança comportamental que tem dificultado os processos de abastecimento e logística de varejistas: consumo de alimentos orgânicos e com menor industrialização junto ao fortalecimento de indústrias de nicho estão mudando a cesta de compras dos consumidores e afetando a cadeia de abastecimento como um todo. Os principais efeitos são o desequilíbrio em estoques (excesso de alguns produtos e faltas de outros) e a necessidade de direcionamento de outros esforços, como marketing, para atender essas necessidades específicas. Um exemplo muito claro é o fato de que muitos supermercados já estão dedicando seções inteiras para alimentação saudável, dado o crescimento da demanda.

Eventos sociais e naturais também afetam diretamente o abastecimento e plano de logística das companhias. Eventos inesperados como a crise advinda da pandemia do COVID-19, crise dos caminhoneiros, greve dos transportes e mudanças climáticas vem gerando constantes mudanças nos preços e nas ofertas de itens, exigindo cada vez mais planos logísticos rápidos e eficazes, a fim de contornar e mitigar os custos condicionados a esses acontecimentos.

Todas as transformações observadas e mencionadas acima, tem gerado um aumento relevante de demanda por parte das empresas dos mais diversos portes por serviços avançados e integrados de *supply chain*, os quais permitem minimizar custos e tempo de resposta para atender ao mercado que evolui por meio dessas tendências e acontecimentos.

O processo de atualização tecnológica se torna cada mais vez essencial às empresas que buscam se adaptar para sustentar seus negócios, e tem se mostrado necessário nos mais diversos segmentos. Alguns exemplos mais recentes são as revoluções do sistema bancário com a implementação de novas soluções como PIX, com a consolidação de bancos digitais e fintechs e o surgimento de novas APIs que buscam complementar os serviços oferecidos ao cliente final. Em outros setores, como a agroindústria e saúde, observa-se um aumento na demanda por novas técnicas e tecnologias. Todos os setores vêm sendo atingidos pela evolução e reinvenção de práticas advindas de novas tecnologias impactando profundamente a maneira como as demandas dos consumidores e as cadeias de suprimentos são gerenciadas.

d. Eventual sazonalidade

Não há significativa sazonalidade no negócio.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

- (ii) eventual dependência de poucos fornecedores**

Não há eventual dependência de poucos fornecedores por parte da Companhia, dada pela interoperabilidade dos *frameworks* e tecnologias utilizadas.

Os serviços de “nuvem” são fornecidos pela Microsoft, principal parceiro tecnológico da Companhia.

- (iii) eventual volatilidade em seus preços**

Não há volatilidade significativa de preços nos negócios da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, que a Companhia não possuía e possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não possuía e possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia não dependem de autorizações, licenças ou alvarás expedidos por entidades governamentais para condução de seu regular exercício. A despeito de não haver necessidade de autorizações e/ou licenças de reguladores, e/ou de qualquer outro tipo de poder concedente, as atividades da Companhia estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis e existe obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal.

As atividades exercidas pela Companhia em seus estabelecimentos dependem de licenças, alvarás e autorizações exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais podemos destacar: (i) alvará de licença de uso e funcionamento emitido pelas Prefeituras Municipais da localidade de cada escritório (ALUF); e (ii) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado em que se localiza cada escritório (AVBC). A Companhia possui todas as licenças, alvarás e autorizações relevantes que entende como necessárias para operar e envida melhores esforços para a renovação das licenças, alvarás e autorizações existentes em prazos adequados.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças, alvarás e autorizações e/ou a incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações, apreensão de produtos, interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações federais, estaduais e municipais.

Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados pessoais no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados por organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais setoriais, dentre as quais as citadas abaixo:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade e à vida privada;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que estabeleceu critérios para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, prevendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa e estabeleceu critérios mínimos de segurança da informação.

No entanto, a partir de agosto de 2018, quando foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – “LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

O objetivo da LGPD é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas. A LGPD, por exemplo, estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, em ambientes digitais ou físicos, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a lei estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

Relevante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável pela observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processos administrativos; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

Ademais, relevante esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), cuja entrada em vigor está prevista para ocorrer no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário, todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes de 1º agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, em 1º de agosto de 2021, a Companhia estará sujeita, de forma isolada ou cumulativa, às seguintes penalidades: advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia uma certa quantidade de dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios, no entanto o maior volume de dados tratados pela Companhia referem-se a dados comerciais. Tais dados pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

A Companhia pode enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica e da efetiva implementação da ANPD. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, a Companhia pode ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em virtude na natureza dos serviços prestados pela Companhia, entendemos que não há impactos negativos significativos ao meio ambiente. Até a data deste Formulário de Referência, não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

Na data de fechamento do presente deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abrangendo, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Neogrid Informática S.A. (antiga denominação social de Neogrid Informática Ltda.) é titular de 10 registros de marcas consideradas relevantes concedidos no Brasil pelo INPI, destacando-se a marca “Neogrid”, registrada nas classes relativas a atividades relacionadas à tecnologia (incluindo as classes 09, 35 e 42). Além disso, a marca “Neogrid” está registrada em 15 outros países.

Nomes de domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos nomes dos domínios, registrados no Brasil e no exterior, em nome da Neogrid Informática Ltda., dentre os quais destacam-se os seguintes: <neogrid.com>, e <neogrid.com.br>.

Softwares

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. No Brasil, programas de computador (“softwares”) são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do decreto nº 75.699/75, e a lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com lei nº 9.609/98 (“Lei

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

de Software”), de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro. No entanto, o registro de software, concedido pelo INPI, é a forma mais segura de garantir a propriedade do software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos programas de computador desenvolvidos internamente ou terceiros, todos devidamente regularizados, nos termos da legislação vigente aplicável.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, veja o item 9.1.b (Bens do ativo não circulante relevantes - outros) deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

País Sede do Emissor	31/12/2021	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Brasil	196.732	80,1%

País Sede do Emissor	31/12/2020	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Brasil	171.597	80,7%

País Sede do Emissor	31/12/2019	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Brasil	168.307	81,3%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Países Estrangeiros	31/12/2021	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Estados Unidos	24.499	10,0%
Holanda	24.373	9,9%
Total	48.872	19,9%

Países Estrangeiros	31/12/2020	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Estados Unidos	19.549	9,2%
Holanda	21.429	10,1%
Total	40.978	19,3%

Países Estrangeiros	31/12/2019	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Estados Unidos	16.711	8,1%
Reino Unido	5.209	2,5%
Japão	7.382	3,6%
Holanda	9.495	4,5%
Total	38.247	19,0%

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

	31/12/2021	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Total Países Estrangeiros	48.872	19,9%

	31/12/2020	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Total Países Estrangeiros	40.978	19,3%

	31/12/2019	
	Soma de Receita Líquida (R\$ mil)	Participação na Receita Líquida (%)
Total Países Estrangeiros	39.247	19,0%

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita a efeitos relevantes da regulação de países estrangeiros em suas atividades, uma vez que a representatividade de suas operações fora do mercado nacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 foi de 19,8%, 19,3% e 19,0%, respectivamente, total de suas receitas em tais períodos, sendo que tais percentuais ainda são pulverizados em diferentes países, conforme indicado no item 7.6 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

a. divulgação de informações sociais e ambientais

A Companhia não possui uma política de responsabilidade socioambiental e não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório específico, porque entendemos que as nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

d. o link direto de onde essas informações podem ser encontradas no site da Companhia

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

e. se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades**7.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 7.1 a 7.8 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

A Companhia não realizou, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de ativos relevantes que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia, além daquelas descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios**8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais. Para informações sobre recentes alterações na estrutura societária da Companhia, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**8.4 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 8.1 a 8.3 deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9.1 - Bens do ativo não circulante relevantes**

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante que não estejam descritos nos quadros 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois a Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente, até a data deste Formulário de Referência, ativos imobilizados relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: accera.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.	04/10/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: acceravisibilidade.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.	29/05/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: agentrics.com de titularidade da Neogrid Informática S.A.	28/05/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: agentrics.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.	23/06/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: biscompany.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.	02/02/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: corp.neogrid.com de titularidade da Neogrid Informática S.A.	02/06/2024	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: foreeasy.com.br de titularidade da Accera Sistemas Estratégicos Ltda.	01/02/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: mercador.com de titularidade da NeoGrid Software S.A.	13/08/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: mercador.com.br de titularidade da NeoGrid Software S.A.	23/07/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: neogrid.com de titularidade da NeoGrid Software S.A.	02/06/2024	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: neogrid.com.br de titularidade da NeoGrid Software S.A.	04/05/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: neogridpartner.com de titularidade da NeoGrid Software S.A.	11/12/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	ACCERA (Processo no 31/10/2027 909786097, Ncl(10)35, Brasil) de titul. da Accera Sistemas Estratégicos S.A.		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	ACCERA (Processo no 12/03/2029 909786410 Ncl(10)35, Brasil)de titularidade da Accera Sistemas Estratégicos S.A.		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 1529640, 09/35/42, União Europeia) titularidade da Neogrid Informática Ltda.	28/02/2029	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 799731, Ncl(10)42, Chile) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	26/10/2027	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	ACCERA(Processo no 909786690, Ncl(10)41, Brasil)de titularidade da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	31/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ACCERA (Processo no 909787379 Ncl(10)42, Brasil) de titularidade da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	31/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 821622889, Ncl(8) 42, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	03/12/2032	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 901369993, Ncl(9) 35, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	15/03/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 901370088, Ncl(9) 09, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	15/03/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 904321606, Ncl(9) 09 Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/01/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 904322092, Ncl(9) 35, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/01/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: arker.com.br de titularidade da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software	12/06/2024	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: digitalcustomexperiencce.com.br de titularidade Supermerkatus Serv. Info Lt	17/05/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: guiaondecomprar.com.br de titularidade da Supermerkatus Serviços de Informaç	27/03/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: lett.com.br de titularidade da Supermerkatus Serviços de Informação Ltda ME	26/02/2024	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: lettinsights.com.br de titularidade da Supermerkatus Serviços de Informação	11/04/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: placeholder.com.br de titularidade da Supermerkatus Serviços de Informação Lt	05/01/2024	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: 2buycdn.com de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	09/12/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: comprepetfood.com de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	05/07/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: digitaltrademarketing.com de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	15/06/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: lactaemcasa.com de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	26/03/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: lettcdn.com de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	16/05/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: eqi.digital de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	31/05/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: lett.digital de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	02/02/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: lett.global de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	20/07/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGGRID (Processo no 904322572, Ncl(9) 42, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/01/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: placeholder.global de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A	20/07/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: guiaondecomprar.com de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	23/03/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na AWS: locatestore.online de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	04/11/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na 101domain: 2b.uy de titularidade da Lett Serviços de Informação S.A.	26/11/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Godaddy: predify.me de titularidade da Predify Tech Ltda	10/01/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: predify.com.br de titularidade da Predify Tech Ltda	10/01/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: pricego.com.br de titularidade da Predify Tech Ltda	03/08/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	LETT (Processo no 909745862, Ncl(10) 35, Brasil) de titularidade da Lett Serviços de Informação Ltda	14/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de validade sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	SMARKET (Processo no 914426877, Ncl(10) 45, Brasil) de titularidade da Smarket Solutions Software de	24/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de validade sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SMARKET (Processo no 921899319, Ncl(11) 45, Brasil) de titularidade da Smarket Solutions Software de	21/12/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 918082510, Ncl(11) 09, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	06/04/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 918082560, Ncl(11) 35, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	05/01/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 918082617, Ncl(11) 42, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	05/01/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 6311364, 09, Estados Unidos) titularidade da Neogrid Informática S.A.	06/04/2031	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 1529640, 09, Japão) titularidade da Neogrid Informática S.A.	28/02/2030	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no UK00801519640, 09/35/42, Reino Unido) titularidade da Neogrid Informática S.A.	28/02/2030	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Locaweb: accera.com de titularidade da Neogrid Informática S.A.	11/08/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	TRADEFORCE (Processo no 905082826, Ncl(10) 35, Brasil)	01/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	TRADEFORCE (Processo no 905082834, Ncl(10) 42, Brasil)	01/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca figurativa (Processo no 906574854, Ncl(10) 09, Brasil)	01/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	Marca figurativa (Processo no 906574960, Ncl(10) 42, Brasil)	01/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGGRID(Processo no 08/08/2028 1440008040, Ncl (10)42, Arábia Saudita)de titularidade da Neogrid Informática S.A	08/08/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 123765, Ncl(10)42, Barém) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	12/09/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 301621, Ncl(10)42, Emirados Árabes Unidos) titularidade da Neogrid Informática	14/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 381149, Ncl(10)09, Egito) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	22/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 381150, Ncl(10)35 Egito) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 1968642, Ncl(10)35, México) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	07/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 1968640, Ncl(10) 42, México) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	07/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 618593, Ncl(10)35, Colômbia) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	14/05/2029	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 618584, Ncl(10)42, Colômbia) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	14/05/2029	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 1299517, Ncl(10)35, Chile) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	20/06/2029	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 4596537, 09/35/41/42, Estados Unidos) titularidade da Neogrid Informática S.A.	02/09/2024	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: smarketsolutions.com.br de titularidade de Marcela Viegas Graziano	18/02/2025	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda	35.835.579/0001-97	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços de tecnologia como o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis	100,000000
							Valor mercado	
31/12/2021	182,980000	0,000000	0,00		Valor contábil	31/12/2021	2.365.962,61	
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A operação é um passo relevante para a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia, a integração da Arker no ecossistema da Neogrid possui um elevado potencial sinérgico, em que a complementaridade das ofertas compõe um portfólio mais abrangente e que se beneficia dos dados e conexões da plataforma Neogrid.								
GRG Inovações e Tecnologia S.A.	24.019.428/0001-44	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Assessoria a empresas Estudos e pesquisas Processamento de dados Análise e programação de sistemas Digitação Geração de programas de computador Fornecimento de serviços qualificados Treinamento de pessoal Consultoria para empresas	24,140000
							Valor mercado	
31/12/2021	0,487900	0,000000	0,00		Valor contábil	31/12/2021	7.034.152,77	
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Lett Serviços de Informação S.A.	19.646.084/0001-63	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda Intermediação, mediação de negócios ou serviços, promovendo a integração entre profissionais e empresas	100,000000
Valor mercado								
31/12/2021	14.540000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	2.096.624,82		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A operação é um passo relevante para a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia, a integração da Lett no ecossistema da Neogrid possui um elevado potencial sinérgico, em que a complementaridade das ofertas compõe um portfólio mais abrangente e que se beneficia dos dados e conexões da plataforma Neogrid.								
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01	-	Controlada	Brasil	SC	Joinville	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis . Consultoria em tecnologia da informação . Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2021	2.864687	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	232.574.986,91		
31/12/2020	9.143834	0,000000	5.760.000,00					
31/12/2019	108.204633	0,000000	5.150.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
É a principal empresa operacional da Neogrid.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Predify Tech Ltda	30.548.292/0001-62	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação Consultoria em gestão empresarial, definição de métodos e procedimentos de controle de orçamento	51,100000
					Valor mercado			
31/12/2021	-7.400000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-16.163,18		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A operação é um passo relevante para a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia, a integração da Predify no ecossistema da Neogrid possui um elevado potencial sinérgico, em que a complementaridade das ofertas compõe um portfólio mais abrangente e que se beneficia dos dados e conexões da plataforma Neogrid.								
Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda	18.617.503/0001-76	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Licenciamento de programas de computador customizáveis Instalação de software e equipamentos Treinamentos Suporte técnico para empresas e usuários.	100,000000
					Valor mercado			
31/12/2021	40.380000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	-1.044.432,75		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A operação está em linha com a estratégia da Companhia, agregando a solução à plataforma de empresas conectadas, ampliando o portfólio de ofertas inteligentes ao ecossistema de varejo e indústrias com as ferramentas desenvolvidas pela Smarket, explorando sinergias e potencial de crescimento orgânico junto aos participantes da malha Neogrid.								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.**9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas no item 9.1 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, e 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* ou “IFRS”), aplicáveis à empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Certas tabelas do item 10 deste Formulário contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (www.ri.neogrid.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

Endividamento

O endividamento líquido da Companhia é calculado com base nas demonstrações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2021	2020
Endividamento Bruto	83.516	120.471
Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras	310.952	365.620
Endividamento Líquido	(227.436)	(245.149)

A variação da dívida líquida da Companhia entre os exercícios analisados decorre principalmente da amortização da dívida.

Disponibilidade de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encerrou com caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 310,9 milhões, em comparação a R\$ 365,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. A redução de caixa se deu pela amortização da dívida, (R\$ 44.540) e devido ao início dos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamentos relacionados às aquisições (R\$ 57.720). A redução não foi neste montante porque a geração de caixa do período equalizou parte destas retiradas.

Indicadores Financeiros

A liquidez corrente é calculada através da razão entre ativo circulante e passivo circulante. A variação deste índice quando comparado entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, deve-se a amortização da dívida, aos pagamentos das primeiras parcelas das aquisições e ao saldo do Contas a Pagar destas mesmas aquisições.

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2021	2020
Ativo Circulante	376.389	418.980
Passivo Circulante	127.873	84.683
Liquidez Corrente	2,94	4,95

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 467,9 milhões, comparado a R\$ 453,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. A oscilação no patrimônio líquido foi pelo resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 60,78% de capital próprio (patrimônio líquido) e 39,22% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2020 era composta por 68,64% de capital próprio e 31,36% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimentos (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de			
	2021	AV%	2020	AV%
Patrimônio Líquido	467.868	60,78%	453.669	68,64%
Passivo Total	301.899	39,22%	207.264	31,36%
Total	769.767	100,0%	660.933	100,0%

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômico-financeira é consequência de do valor que sua tecnologia entrega para o cliente, da base robusta e resiliente de clientes e da forte geração de caixa operacional.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de liquidez corrente foi de 2,94 e o índice de endividamento líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ficou negativo de -5,17 consequência ainda dos recursos captados pelo processo de IPO em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de liquidez corrente foi de 4,95 e o índice de endividamento líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ficou negativo de -4,84 consequência dos recursos captados pelo processo de IPO em 2020.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e anterior, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo, o Banco do Brasil.

No exercício social corrente as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$ 33,6 milhões, ante R\$ 45,7 milhões em 2020, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma aplicação de caixa líquido de R\$ 45,2 milhões, ante uma geração de R\$ 299,3 milhões em 2020, impactado naquele ano, principalmente pelo processo de IPO.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide alínea “f” abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são empréstimos do tipo capital de giro para coberturas de curto prazo e em casos específicos fontes de financiamentos de ativos não circulantes, debentures podem ser avaliadas como uma opção alternativa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 83,5 milhões, ante R\$ 120,5 milhões em 2020. A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou (R\$ 227,4) milhões em 31 de dezembro de 2021, ante (R\$ 245,1) milhões em 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade	Moeda	Encargos em 2021	Ano de vencimento	Consolidado	
				2021	2020
Capital de giro (nacional)	Real	CDI + 2,75% a.a.	2024	68.694	92.370
Capital de giro (nacional)	Real	3,75% a.a.	2023	114	-
Capital de giro (nacional)	Real	CDI + 6,80% a.a.	2022	-	12.037
Capital de giro (nacional)	Real	CDI + 9,66% a.a.	2021	-	175
BNDES	Real	3,72% a.a.	2023	35	-
BDMG	Real	6,3% a.a	2024	709	-
FINEP	Real	TJLP+4,5% a.a.	2029	13.916	15.889
Pronampe	Real	SELIC + 1,27% a.a	2023	48	-
Dívida Bruta				83.516	120.471
Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras				310.952	365.620
Dívida Líquida				(227.436)	(245.149)

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de: R\$ 110,0 milhões Código ISIN: BRNGRDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

As Debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2024, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total (“Data de Vencimento”). Serão remuneradas com CDI + 2,75% a.m.

Banco Depositário: Banco do Brasil S.A.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social corrente e anterior a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo garantias reais (cartas fiança) e garantias quirografárias (garantias de imóveis).

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia, vide nota 20 das Demonstrações Financeiras 2021 publicadas.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

- iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de: R\$ 110,0 milhões Código ISIN: BRNGRDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação “Dívida Financeira Líquida (*) / EBITDA” menor que 3,8 X em 2019 e 2,5 X a partir de 2020, onde:

(*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

Em 2021 o resultado alcançado foi de -5,17 ante -4,84 em 2020.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, no exercício social corrente e anterior, quaisquer empréstimos e financiamentos para projetos de longo prazo (*project finance*) com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas demonstrações financeiras:

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

	2021	AV %	2020	AV %	AH %
Receita líquida de vendas	245.604	100,0%	212.581	100,0%	15,5%
Custo dos serviços prestados	(82.199)	-33,5%	(73.638)	-34,6%	11,6%
Resultado bruto	163.405	66,5%	138.943	65,4%	17,6%
 Receitas (despesas) operacionais	 (136.372)	 -55,5%	 (105.007)	 -49,4%	 29,9%
Despesas com vendas	(32.451)	-13,2%	(25.275)	-11,9%	28,4%
Despesas gerais e administrativas	(56.499)	-23,0%	(40.711)	-19,2%	38,8%
Pesquisa e desenvolvimento	(44.148)	-18,0%	(33.319)	-15,7%	32,5%
Opções outorgadas reconhecidas	(391)	-0,2%	(5.159)	-2,4%	-92,4%
Outros ganhos/(perdas) líquidos	(2.883)	-1,2%	(543)	-0,3%	430,9%
 Resultado antes das receitas e despesas financeiras	 27.033	 11,0%	 33.936	 16,0%	 -20,3%
 Receitas financeiras	 13.942	 5,7%	 1.433	 0,7%	 873,1%
Despesas financeiras	(15.932)	-6,5%	(10.981)	-5,2%	45,1%
 Receitas (despesas) financeiras, líquidas	 (1.990)	 -0,8%	 (9.548)	 -4,5%	 -79,2%
 Resultado de equivalência patrimonial	 (1.575)	 -0,6%	 184	 0,1%	 -956,0%
 Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	 23.468	 9,6%	 24.572	 11,6%	 -4,5%
 Imposto de renda e contribuição social correntes	 (5.074)	 -2,1%	 (3.537)	 -1,7%	 43,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.814)	-1,6%	(8.676)	-4,1%	-56,0%
 Lucro líquido do exercício	 14.580	 5,9%	 12.359	 5,8%	 18,0%
 Lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	14.610	5,9%	12.359	5,8%	18,2%
Participação dos acionistas não controladores	(30)	-0,0%	-	0,0%	100,0%
 Lucro líquido do exercício	 14.580	 5,9%	 12.359	 5,8%	 18,0%
Outros resultados abrangentes	1.835	0,7%	1.461	0,7%	25,6%
 Resultado abrangente do exercício	 16.415	 6,7%	 13.820	 6,5%	 18,8%

Receita Operacional Líquida

Em 2021 a receita totalizou R\$ 245,6 milhões, representando 15,5% de crescimento em relação a 2020, contando com 96,4% de recorrência dos contratos SaaS. Os crescimentos de receita seguiram a dinâmica da Companhia, que mantém um elevado tempo médio de contratos ativos junto aos clientes, e explora oportunidades de expansão tanto com aquisição de novos clientes, como em operações de cross e up-sell entre a malha de empresas conectadas.

Custo dos Serviços Prestados

Os custos em 2021 totalizaram R\$ 82,2 milhões ante R\$ 73,6 milhões em 2020, um aumento de 11,6%. A elevação dos custos no período é resultado do processo de migração para nuvem, promovido pela Companhia visando maior eficiência em médio e longo prazos, com aumento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

engajamento e possibilidade de ganho de escala por meio de uma solução com maior flexibilidade de uso e menor atrito operacional, tanto para os clientes como para o ambiente tecnológico da Companhia.

Resultado Bruto

Devido às variações mencionadas, tivemos um aumento de 17,6% no resultado em 2021 se comparado a 2020, representando um aumento de R\$ 24,5 milhões.

Receitas (Despesas) Operacionais

No período findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 29,9%, passando de R\$ 105,0 milhões em 2020 para R\$ 136,4 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 31,4 milhões. Este aumento se deve a diversos fatores, dentre os principais, os gastos com o processo de M&A, amortização das mais-valias dos ativos adquiridos e investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento, além da consolidação das empresas adquiridas.

Despesas comerciais

As despesas comerciais da Companhia aumentaram em R\$ 7,1 milhões ou 28,4%, alcançando R\$ 32,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 25,3 milhões no mesmo período de 2020. O aumento deu-se principalmente em decorrência de um aumento dos times de marketing, além de uma política mais agressiva de comissionamento.

Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia aumentaram em R\$ 15,8 milhões ou 38,8%, alcançando R\$ 56,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 40,7 milhões no mesmo período de 2020. Esse aumento teve como fatores os gastos com o processo de M&A, amortização das mais-valias dos ativos adquiridos, inflação do período e a consolidação das empresas adquiridas.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentaram em R\$ 10,8 milhões ou 32,5%, alcançando R\$ 44,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 33,3 milhões no mesmo período de 2020. O aumento é decorrente da aceleração de investimento com o objetivo de melhorar a arquitetura e requisitos de produto sob a ótica tecnológica, a fim de otimizar ganhos com eficiência operacional.

Opções outorgadas reconhecidas

As despesas com planos de opções outorgadas foram antecipadas em função da abertura de capital da Companhia em dezembro de 2020, gerando impacto incremental no resultado de R\$ 5,2 milhões em 2020. Em 2021 as despesas foram de R\$ 0,4 mil.

Outras receitas (despesas) líquidas

Nesta rubrica basicamente estão registradas as provisões para contingências, receitas extraordinárias e aquelas despesas não usuais. As outras despesas líquidas da Companhia em 2021

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

totalizaram R\$ 2,9 milhões ante R\$ 0,5 mil de 2020. Esta evolução basicamente foi provocada pelos gastos com M&A.

Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia diminuiu 20,3%, passando de R\$ 33,9 milhões no exercício de 2020 para R\$ 27,0 milhões no mesmo período de 2021, representando uma diminuição de R\$ 6,9 milhões. Esta diminuição ocorreu devido às variações mencionadas acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia reduziu em R\$ 7,6 milhões, mas ainda representou um resultado líquido negativo de R\$ 1,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 9,5 milhões no mesmo período de 2020. A redução é decorrente principalmente da receita financeira dos recursos captados no processo do IPO e que estão aplicados.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 2020 a Companhia possuía apenas a R&B Rastreabilidade Brasil S.A como uma Coligada, cujo percentual de participação era de 5,78%. Em 20 de julho de 2021, a controlada Neogrid Informática adquiriu participação de 24,14% na GRG Inovações e Tecnologia S.A. (“Horus”), provocando a referida oscilação neste resultado.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Devido às variações mencionadas acima, no exercício de 2021, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu R\$ 1,1 milhões, passando de um resultado de R\$ 24,6 milhões em 2020 para R\$ 23,5 milhões positivo no mesmo período de 2021.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu em R\$ 3,3 milhões, alcançando R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 12,2 milhões no mesmo período de 2020. A redução é explicada pelo fato de que o ano 2020 foi impactado por diversos ajustes provocados pelo processo do IPO, refletido na rubrica de imposto deferido. Analisando separadamente o imposto corrente, percebemos um aumento, devido ao fato de o lucro fiscal em 2021 ser superior a 2020, pois a amortização de mais valia de ativos adquiridos neste ano, ainda não é utilizada como benefício fiscal, tendo em vista que estes investimentos ainda não foram incorporados.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia em 2021 aumentou R\$ 2,2 milhões, passando de R\$ 12,4 milhões em 2020 para um lucro líquido de R\$ 14,6 milhões no mesmo período de 2021. Os avanços na rentabilidade da Companhia refletem o ganho de eficiência nas operações, a partir da sinergia e integração das soluções na plataforma SaaS da Neogrid na nuvem.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ milhares)	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Circulante	376.389	48,9%	418.980	63,4%	-10,2%
Caixa e equivalente de caixa	96.456	12,5%	114.417	17,3%	-15,7%
Aplicações financeiras de curto prazo	214.496	27,9%	251.203	38,0%	-14,6%
Contas a receber de clientes	54.948	7,1%	42.497	6,4%	29,3%
Impostos a recuperar	3.901	0,5%	2.622	0,4%	48,8%
Adiantamentos	736	0,1%	1.108	0,2%	-33,6%
Despesas antecipadas	5.320	0,7%	3.307	0,5%	60,9%
Outros créditos	532	0,1%	3.826	0,6%	-86,1%
Não Circulante	393.378	51,1%	241.953	36,6%	62,6%
Realizável a longo prazo	355	0,0%	1.273	0,2%	-72,1%
Despesas antecipadas	259	0,0%	478	0,1%	-45,8%
Outros créditos	96	0,0%	795	0,1%	-87,9%
Investimentos	7.034	0,9%	242	0,0%	2806,6%
Ativos de direito de uso de arrendamento	8.417	1,1%	9.477	1,4%	-11,2%
Imobilizado	4.081	0,5%	5.071	0,8%	-19,5%
Intangível	373.491	48,5%	225.890	34,2%	65,3%
Total do ativo	769.767	100,0%	660.933	100,0%	16,5%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	127.873	16,6%	84.683	12,8%	51,0%
Fornecedores e outras contas a pagar	11.566	1,5%	8.427	1,3%	37,2%
Empréstimos e financiamentos	26.487	3,4%	34.322	5,2%	-22,8%
Obrigações sociais e trabalhistas	16.257	2,1%	13.155	2,0%	23,6%
Impostos e contribuições a recolher	9.519	1,2%	6.089	0,9%	56,3%
Provisão de custos e despesas	9.633	1,3%	10.131	1,5%	-4,9%
Obrigações por aquisição de investimentos	41.343	5,4%	-	0,0%	100,0%
Passivo de arrendamento	3.067	0,4%	5.182	0,8%	-40,8%
Receitas diferidas	10.001	1,3%	7.377	1,1%	35,6%
Passivo Não Circulante	174.026	22,6%	122.581	18,5%	42,0%
Empréstimos e financiamentos	57.029	7,4%	86.149	13,0%	-33,8%
Impostos e contribuições a recolher	193	0,0%	-	0,0%	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66.419	8,6%	33.732	5,1%	96,9%
Obrigações por aquisição de investimentos	46.330	6,0%	-	0,0%	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para contingências	470	0,1%	370	0,1%	27,0%
Outras contas a pagar	11	0,0%	-	0,0%	100,0%
Passivo de arrendamento	3.574	0,5%	2.330	0,4%	53,4%
Patrimônio Líquido	467.868	60,8%	453.669	68,6%	3,1%
Capital social	469.908	61,0%	469.908	71,1%	0,0%
Gastos com emissões de Ações	(29.800)	-3,9%	(29.800)	-4,5%	0,0%
Ágio em transações de capital	(16.016)	-2,1%	(16.016)	-2,4%	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	5.371	0,7%	3.536	0,5%	51,9%
Opções Outorgadas	5.550	0,7%	5.159	0,8%	7,6%
Reservas de lucros	34.441	4,5%	22.819	3,5%	50,9%
Ações em Tesouraria	(1.571)	-0,2%	(1.937)	-0,3%	-18,9%
Participação de não controladores	(15)	0,0%	-	0,0%	100,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	769.767	100,0%	660.933	100,0%	16,5%

ATIVO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento de seus ativos de R\$ 108,8 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento se deu principalmente pelo processo de M&A. Efetuamos neste ano de 2021 ato todo, 05 aquisições, a saber, Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda adquirida em 22/03/2021 no valor total de R\$ 26.120; GRG Inovações e Tecnologia S.A. que tornou-se coligada da Neogrid Informática Ltda a partir de 20/07/2021 pelo valor total de R\$ 7.000; Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda adquirida em 16/09/2021 no valor total de R\$ 55.358; Lett Serviços de Informação S.A. adquirida em 30/09/2021 no valor total de R\$ 69.057 e Predify Tech Ltda, cujo controle foi adquirido em 14/12/2021 pelo valor de R\$ 4.350.

Ativo Circulante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia diminuiu 10,2%, passando de R\$ 419,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 376,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma diminuição de R\$ 42,6 milhões. A redução se deu principalmente pela amortização da dívida e aos pagamentos relacionados às aquisições.

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa da Companhia diminuiu em R\$ 18,0 milhões ou 15,7%, alcançando R\$ 96,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 114,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A redução se deu principalmente pela amortização da dívida, (R\$ 44.540). A redução não foi neste montante porque a geração de caixa do período equalizou.

Aplicações financeiras de curto prazo

As aplicações financeiras de curto prazo diminuíram em R\$ 36,7 milhões ou 14,6%, representando R\$ 214,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

251,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A redução se deu principalmente pelos pagamentos relacionados às aquisições (R\$ 57.720). A redução não foi neste montante porque a geração de caixa do período equalizou parte destas retiradas.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$ 12,5 milhões ou 29,3%, alcançando R\$ 55,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 42,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta oscilação se deve ao aumento da carteira, seja pelas aquisições bem como pelo crescimento orgânico.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes da Companhia diminuíram em R\$ 0,4 milhões ou 3,4%, alcançando R\$ 10,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 10,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta diminuição é reflexo, principalmente, pela compensação de impostos a recuperar, e o recebimento de outros créditos.

Ativo Não Circulante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante da Companhia aumentou 62,6%, passando de R\$ 242,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 393,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 151,4 milhões. O aumento é reflexo das aquisições efetuadas em 2021, mencionadas no primeiro parágrafo desta seção “Ativo”.

Imobilizado e ativos de direito de uso

O imobilizado da Companhia diminuiu em R\$ 1,0 milhão ou 19,5%, alcançando R\$ 4,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 5,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, reflexo da depreciação do período. Já os ativos de direito de uso de arrendamento diminuíram em R\$ 1,1 milhões ou 11,2%, alcançando R\$ 8,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação ao montante de R\$ 9,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta redução ocorre pela amortização durante o prazo dos contratos de arrendamentos.

Intangível

O intangível da Companhia aumentou em R\$ 147,6 milhões ou 65,3%, alcançando R\$ 373,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 225,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento é reflexo das aquisições efetuadas em 2021. Adquirimos 05 empresas este ano, a saber, Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda; GRG Inovações e Tecnologia S.A.; Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda; Lett Serviços de Informação S.A. e Predify Tech Ltda.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de R\$ 108,8 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento está concentrado na rubrica de “Obrigações por aquisição de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

investimentos”, reflexo do processo de M&A adotado pela Companhia. Outro fator é a reserva de lucros dado o resultado observado no período.

Passivo Circulante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia aumentou 51,8%, passando de R\$ 84,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 127,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 43,2 milhões. Este aumento ocorreu devido as variações mencionadas abaixo.

Fornecedores

Os fornecedores da Companhia aumentaram em R\$ 3,2 milhões ou 37,2%, alcançando R\$ 11,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 8,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta evolução se deu por alguns faturamentos concentrados no final do período, oscilação que pode ser percebida na rubrica de “Despesas Antecipadas”, e também pelo aumento no Lucro Líquido da empresa, o que gera maior obrigação de pagamento de dividendos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia diminuíram em R\$ 7,8 milhões ou 22,8%, alcançando R\$ 26,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 34,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta redução é pela amortização da dívida.

Salários, férias e encargos sociais

Os salários, férias e encargos sociais a pagar da Companhia aumentaram em R\$ 3,1 milhões ou 23,6%, ficando em R\$ 16,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 13,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta oscilação se deve ao crescimento da Companhia e por fatores como inflação do período e a consolidação das empresas adquiridas.

Outras contas a pagar

A provisão de custos e despesas da Companhia diminuiu em R\$ 0,5 milhões ou 4,9%, alcançando R\$ 9,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 10,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta redução se deve ao fato da menor necessidade de provisão daqueles gastos em que o documento fiscal ainda não chegou na empresa para registro.

Outros passivos circulantes

Os outros passivos circulantes da Companhia aumentaram em R\$ 4,0 milhões ou 21,0%, alcançando R\$ 22,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 18,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Aumento provocado principalmente pela evolução na receita, através de maior volume de impostos a recolher, e pelo diferimento de algumas receitas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante da Companhia aumentou 42,0%, passando de R\$ 122,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 174,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 51,4 milhões. Esta evolução é reflexo das aquisições efetuadas. Adquirimos 05 empresas no ano de 2021.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia diminuíram em R\$ 29,1 milhões ou 33,8%, alcançando R\$ 57,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 86,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa diminuição ocorreu pela transferência para curto prazo das parcelas vincendas das obrigações das debentures.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia aumentou em R\$ 32,7 milhões ou 96,9%, alcançando R\$ 66,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 33,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento se deve principalmente pela constituição de IR/CS diferido passivo sobre amortização fiscal de ágio.

Outros passivos não circulantes

Os outros passivos não circulantes da Companhia aumentaram em R\$ 1,3 milhões ou 41,7%, alcançando R\$ 4,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 2,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento se deve a novos contratos de arrendamento mercantil do longo prazo.

Patrimônio Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 3,1%, passando de R\$ 453,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 467,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 14,2 milhões. A oscilação basicamente é o resultado do exercício e os ajustes de conversão das taxas cambiais.

Capital social

O capital social da Companhia se manteve na ordem de R\$ 469,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Reservas de lucros

As reservas de lucros da Companhia aumentaram em R\$ 11,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 22,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 34,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento deu-se em decorrência do resultado auferido no período analisado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão da Companhia aumentaram em R\$ 1,8 milhões, alcançando R\$ 5,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 3,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deu-se em decorrência de efeitos de ajustes de conversão das taxas cambiais.

Ações em tesouraria

Ações em tesouraria da Companhia diminuíram em R\$ 0,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 1,9 milhões para R\$ 1,6 milhões no período analisado, isto porque foram transferidas 449.000 ações ordinárias da tesouraria para os beneficiários do plano de opção de ações, em decorrência do exercício da opção de subscrição, com reconhecimento de lucro na venda das referidas ações registrado em reservas de lucros.

FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(em R\$ milhares)	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	33.469	-186,3%	45.719	51,1%	-26,8%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	-6.176	34,4%	-255.558	-285,5%	-97,6%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	-45.254	252,0%	299.348	334,4%	-115,1%
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	-17.961	100,0%	89.509	100,0%	-120,1%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	114.417		24.908		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	96.456		114.417		

No exercício de 2021, a geração de caixa total da Companhia resultou em uma diminuição de R\$ 18,0 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, enquanto o aumento no mesmo período de 2020 resultou em um incremento de caixa do exercício de R\$ 89,5 milhões.

Esta redução se deu principalmente pelas aquisições efetuadas em 2021 somado a amortização da dívida.

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou uma diminuição de R\$ 12,2 milhões ou 26,8% no exercício de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$ 45,7 milhões para R\$ 33,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Este desempenho é reflexo das variações normais do capital de giro da Companhia e também da consolidação das empresas adquiridas, que são empresas com perfil scale up e que nesse momento apresentam crescimento acelerado, em detrimento de rentabilidade e geração de caixa.

Atividades de investimentos

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$ 249,4 milhões no exercício de 2021 comparado ao mesmo período de 2020 quando o consumo foi de R\$ 255,6 milhões. A disparidade aqui na comparação com 2020 é porque naquele ano ocorreu a captação via processo de IPO. Em 2021 a aplicação foi para quitar as parcelas pertinentes às obrigações contraídas por conta das aquisições.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma redução de R\$ 344,6 milhões no exercício de 2021 comparado ao mesmo período de 2020. A disparidade aqui na comparação com 2020 é porque naquele ano ocorreu a captação via processo de IPO. Em 2021 a aplicação foi para amortizar a dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportaram que a receita da Companhia é composta por receita derivada do pagamento de assinatura mensal da plataforma Neogrid no modelo *SaaS – Software as a Service*. Dessa forma, as variações na receita estão relacionadas à variação no valor da mensalidade do uso do software, caso ocorra, e à variação dos documentos trafegados pela plataforma Neogrid.

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, as receitas têm variado principalmente em função do crescimento orgânico, que ocorre no curso normal dos negócios da Companhia, como desenvolvimento de novas ofertas, maior taxa de conversão do time de vendas e resultados derivados de campanhas de marketing e em função do crescimento inorgânico, derivado das aquisições.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios findos nos anos de 2021 e 2020, não existem fatores externos que influenciaram significativamente os resultados operacionais da Companhia no exercício social. Em 2020, os efeitos da crise decorrente da pandemia da COVID-19 foi avaliada pela Administração como imaterial, gerando efeitos que representaram 1,0% das receitas operacionais daquele ano. Para uma análise detalhada das principais variações percebidas nos resultados do exercício corrente, vide item 10.1 deste Formulário.

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciados por condições macroeconômicas e afetados por fatores como: (i) taxa de inflação; (ii) valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$); (iii) crescimento do PIB; (iv) distribuição de renda; (v) taxa de desemprego; (vi) variação real do salário; (vii) disponibilidade de crédito; (viii) taxa de juros; e (ix) grau de confiança dos consumidores.

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia para ganho de eficiência do ambiente B2B, provendo soluções integradas em ERP's. Nossas operações consistem principalmente em fornecer inteligência para indústria, distribuidores e varejistas. Assim, destacamos os seguintes impactos em nossos resultados operacionais resultantes de fatores macroeconômicos:

- a. taxa de inflação: Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário.
- b. valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$): Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 10.2(b) deste Formulário.
- c. custo dos nossos principais insumos: nossos principais insumos são investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa). Um aumento no custo de tais insumos pode ter um efeito material adverso nas nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar tal aumento para nossos clientes por meio de aumento de preços ou caso tais aumentos causem redução de nossas vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

d. investimentos em e desenvolvimento de novos produtos: os negócios da Companhia dependem de inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social corrente de 2021 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida da Companhia foi de, respectivamente, R\$ 245,6 milhões contra R\$ 212,6 milhões representando um crescimento de 15,5%.

A receita da Companhia é impactada diretamente por alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação. Os principais impactos nas variações de receitas da Companhia no exercício social corrente e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 são explicados pelo descolamento entre o IGP-M e IPCA, que prejudica o componente de preço no crescimento da receita recorrente, pelas alterações em volumes de vendas e introdução de novos produtos e serviços da Companhia a partir das aquisições ocorridas nesses períodos.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGP-M. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Historicamente, essas mudanças não têm impactado a Companhia.

Em 2020, os efeitos decorrentes da crise da pandemia da COVID-19 foram avaliados pela Administração como imaterial, gerando efeitos que representam 1,0% das receitas operacionais daquele ano.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. No entanto, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para a Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPC-A, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos das ofertas oferecidas pela Companhia, assim como nas suas despesas operacionais. O aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos, prejudicando novos negócios e reduzindo o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial.

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia se a Companhia não for capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços das ofertas que comercializa ou se tal variação causar redução das vendas da Companhia.

A variação das taxas de juros no Brasil pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes da Companhia. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia. Contudo, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 91,2% da receita financeira da Companhia findo em 31 de dezembro de 2021 e 73,7% de sua receita financeira findo 31 de dezembro de 2020.

No exercício social corrente, a companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$ 83,5 milhões atrelados à CDI e IPCA.

A administração da Companhia entende que alterações na taxa de câmbio, na inflação, na taxa de juros de longo prazo (TJLP) ou na taxa de juros não teriam impactos relevantes na lucratividade da Companhia, conforme apresentado na análise de sensibilidade com os saldos de 31 de dezembro de 2021:

				2021		
	Saldos	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	
Capital de Giro - Debentures <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 68.694	Aumento CDI + 2,8% a.a.	14,62% R\$ 10.043	10,0% R\$ 11.046	20,0% R\$ 12.049	17,54%
Capital de Giro - Folha <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 114	Aumento 3,75% a.a.	3,75% R\$ 4	10,0% R\$ 5	20,0% R\$ 5	4,50%
Capital de Giro - Pronampe <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 48	Aumento SELIC + 1,27% a.a.	12,92% R\$ 6	10,0% R\$ 7	20,0% R\$ 7	14,21% R\$ 7
Capital de Giro – BDMG <i>Despesa Financeira estimada</i>	R\$ 709	Aumento 6,3% a.a.	6,30% R\$ 45	10,0% R\$ 49	20,0% R\$ 54	6,93% R\$ 54

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Financiamentos FINEP	R\$ 13.916	Aumento TJLP 4,5% a.a	9,76%	10,0%	20,0%
<i>Despesa Financeira estimada</i>			R\$ 1.358	R\$ 1.493	R\$ 1.630
Financiamento - BNDES	R\$ 35	Aumento 3,72% a.a	3,72%	4,09%	4,46%
<i>Despesa Financeira estimada</i>			R\$ 1	R\$ 1	R\$ 2

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o período encerrado em 31 de dezembro de 2021 ou para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1º de setembro de 2020 a Neogrid Software Ltda. (“Neogrid Software”), sociedade controlada indiretamente pela Companhia, foi incorporada pela Neogrid Informática, sob seu controle direto, ocasião em que a Neogrid Software foi extinta e a Neogrid Informática passou a assumir todos os seus direitos e obrigações.

Os diretores da Companhia entendem que a realização da operação societária descrita no parágrafo anterior foi importante para a definição da segmentação da estrutura operacional da Companhia, levando em consideração a forma com a qual a administração gerencia o negócio. Apesar disso, os diretores da Companhia não identificaram e não esperam nenhum efeito relevante sobre a Companhia.

Através de Assembleia Geral Extraordinária e de Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 19 de outubro de 2020, foi aprovado o cancelamento, sem alteração do valor do capital social da Companhia, de 2.047.050 ações ordinárias e de 4.935.885 ações preferenciais de emissão da Companhia que eram mantidas em tesouraria;

Através de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de outubro de 2020, foi aprovada a conversão de 1.519.729 ações preferenciais em 1.519.729 ações ordinárias, além do aumento do limite do capital autorizado para R\$800.000.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 15 de dezembro de 2020, registrada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a fixação do preço por ação no âmbito da oferta pública de distribuição primária para emissão de ações ordinárias, no valor de R\$4,50 por ação; na mesma Ata foi aprovado também o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$337.500, mediante a emissão de 75.000.000 de ações ordinárias nominativas, objeto da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas dentro do âmbito da Oferta.

Em 22 de março de 2021 adquirimos a totalidade do capital social e dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda no valor de R\$ 27.000 com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 20 de julho de 2021 adquirimos 20,69% do capital social da GRG Inovações e Tecnologia S.A (Horus), no valor de R\$ 6.000; e 3,45% pelo preço de R\$ 1.000 pagos à vista na data do fechamento.

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor R\$ 57.658 com parcelas atreladas à Earn Out.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 30 de setembro de 2021, adquirimos a totalidade do capital social da Lett Serviços de Informação S.A., bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor de R\$ 70.369 com parcelas atreladas à Earn Out.

Em 09 de dezembro de 2021 a Neogrid Informática alienou sua participação de 5,78% na R&B pelo valor de R\$ 520.

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 51,1% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida no valor de R\$ 4.350.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 que tenham causado ou que se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia, além do próprio processo de abertura de capital ocorrida em dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Não é esperado que essas alterações de normas impactem significativamente o resultado ou o patrimônio líquido a ser divulgado pela Companhia e suas controladas nos próximos períodos.

- . **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- . **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- . **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- . **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes emitidos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não contêm ressalvas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesses relatórios.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como são formados o julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, a Companhia resumiu abaixo as principais práticas contábeis críticas, na opinião de seus Diretores.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Reconhecimento da receita

Receitas de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e suas controladas auferem receita, principalmente advinda de serviços de subscrição e, também dos serviços com a implantação das soluções Neogrid.

As receitas são reconhecidas quando: (i) da disponibilização do *software* ao cliente; (ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); (iii) todas as obrigações de desempenho tenham sido cumpridas; e (iv) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

A receita de subscrição é cobrada mensalmente, sendo que a Companhia oferta suas soluções no modelo SaaS – *Software as a Service* no qual os clientes acessam a plataforma das soluções Neogrid. A receita de subscrição pode ser especificada de forma fixa ou variável de acordo com métricas acordadas em contratos com os clientes. A receita de serviço de implantação é reconhecida contabilmente à medida da entrega do projeto ao cliente.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados acima são revertidas em contas redutoras de receita, em contrapartida das contas do passivo circulante (receitas diferidas).

Receitas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

Receitas de dividendos

Os dividendos são recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. Isso se aplica mesmo se forem pagos em relação a lucros pré-aquisição, a menos que os dividendos representem claramente a recuperação de uma parcela do custo de um investimento. Diante disso, os dividendos são reconhecidos em outros resultados abrangentes caso se relacionem a um investimento mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Imposto de Renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Nos demais países em que a Companhia e suas controladas mantêm operações, as alíquotas representam os seguintes percentuais:

País	Alíquota
Estados Unidos	Alíquota única de 21% em 2021 e 2020;
Holanda	Para o ano de 2021 aplica-se a alíquota de 15% aos primeiros EUR245,000 (19% aos primeiros EUR200,000 em 2020) de lucro tributável e 25% sobre o lucro que excede EUR245,000 (EUR200,000 em 2020);
Reino Unido	Alíquota única de 19% em 2021 e em 2020;

Os lucros gerados pelas controladas no exterior são adicionados no cálculo do imposto de renda e contribuição social da controladora no Brasil, e o imposto pago no exterior é compensado. Os prejuízos fiscais gerados pelas controladas no exterior são controlados na ECF-Escrivariação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Contábil Fiscal das controladoras no Brasil para compensação integral, sem limitação percentual, a partir da geração de lucros tributáveis futuros.

No exercício de 2021 foi apurado imposto de renda e contribuição social devidos pela controlada Neogrid Informática em decorrência da adição dos lucros apurados pela sua controlada Neogrid Netherlands; o imposto apurado pela Neogrid Netherlands sobre os lucros de 2021 serão controlados na ECF – Escrituração Contábil Fiscal da Neogrid Informática para compensação nos anos subsequentes, em função dessa compensação ser possível no Brasil somente após o pagamento do imposto (ocorrido em 2022) e apostilamento ou consularização dos comprovantes; no exercício de 2020 não houve imposto de renda e contribuição social devidos no Brasil em decorrência das adições dos lucros apurados pelas controladas no exterior, em função destes terem sido integralmente compensados com prejuízo fiscal gerado no exercício pelas controladoras no Brasil ou com os próprios prejuízos fiscais acumulados; a partir do exercício de 2018 a principal controlada no exterior, Neogrid North America, passou a gerar lucro tributável, integralmente compensado com seus prejuízos fiscais acumulados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i.arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

ii.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

iii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

iv.contratos de construção não terminada

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

v.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 que não estejam descritas no item anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados para aumentar a capacidade de negócios da plataforma Neogrid e para expansão dentro do nosso mercado.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 0,5 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 44,1 milhões e o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 6,2 milhões no referido período. Já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 2,1 milhões; os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 33,3 milhões e o caixa consumido nas atividades de investimentos foi de R\$ 255,6 milhões.

Até o final de 2021 e durante os próximos exercícios sociais, a Companhia continuará a investir no aumento da sua capacidade de negócios da plataforma Neogrid e na expansão dentro do seu mercado.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária da seguinte forma:

- 20% dos recursos para investimentos em crescimento orgânico, sendo que o crescimento orgânico da Companhia terá as seguintes principais estratégias:
 - 1- exploração do portfólio da Companhia na base atual de clientes por meio de investimentos em *marketing* para aceleração de *up-sell* e *cross-sell* nos clientes atuais;
 - 2- novas soluções e ofertas de produtos por meio de investimentos em produtos e tecnologia para construção de novas funcionalidades que possam gerar mais monetização nos clientes atuais e explorar segmentos de negócios atualmente não atendidos pelos produtos atuais;
 - 3- ampliação da participação no mercado (*Market share*) em que atuamos por meio de investimentos em desenvolvimento de produtos e ações *marketing* para buscar clientes que ainda não utilizam soluções Neogrid; e
 - 4- expansão global por meio de investimento na ampliação da atuação comercial e de *marketing* nos escritórios internacionais para ampliação da criação de oportunidades nas regiões fora do Brasil;
- 80% do volume captado para investimentos em crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições, em três estratégias:
 1. consolidação do mercado por meio da aquisição de empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia com o objetivo de acelerar a ampliação do seu *market share*;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

2. complementariedade de portfólio por meio de investimento em produtos que complementam e/ou potencializem a plataforma Neogrid, ampliando desta forma a oferta de soluções que a Neogrid entrega ao mercado; e
3. aquisição de novas tecnologias e capacidades por meio de investimento em recursos ou ferramentas tecnológicos que podem potencializar os produtos individualmente ou ainda a plataforma com o um todo, adicionando inteligência, *know-how*, ou ainda simplificando operações no sentido de ampliar o valor entregue, eficiência operacional e/ou reduzir custos.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, estes poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida tendo como prioridade o crescimento orgânico da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia considerou como fonte de financiamento para esse plano a captação da oferta primaria desta operação de oferta inicial. Entendemos que o mercado, as condições de negócios e a companhia estão em momento sinérgicos para essa operação e possibilitarão o rápido crescimento da Companhia.

Outra fonte de financiamento vai ser a própria geração de caixa operacional da Companhia. Não obstante as fontes de financiamento da Companhia terem sido suficientes no passado, os impactos da COVID-19 ou outros fatores externos nas suas operações podem justificar, no futuro, caso os diretores da Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais a Companhia tem relacionamento para financiar eventuais investimentos e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento com taxas de juros e prazos atrativos. A Companhia não descarta utilizar o mercado de capitais como fonte de recursos futura.

Para mais informações sobre a estrutura de capital e fontes de financiamento, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 22 de março de 2021 adquirimos a totalidade do capital social e dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão Ltda.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 8,5 efetuado no dia 23 de abril de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, limitada ao mesmo valor da primeira e (iii) pagamento de até R\$ 10,0 a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2023.

Em 20 de julho de 2021 adquirimos 20,69% do capital social da GRG Inovações e Tecnologia S.A (Horus), no valor de R\$ 6,0; e 3,45% pelo preço de R\$ 1,0 pagos à vista na data do fechamento.

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 20.000 efetuado no dia 16 de setembro de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, no valor de R\$ 5.558 e (iii) pagamento de até R\$ 32.100 a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2025.

Em 30 de setembro de 2021, adquirimos a totalidade do capital social da Lett Serviços de Informação S.A., bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia pelo exercício da opção de recompra estabelecida no Termo de Transação Referente aos Contratos de Mútuo Conversíveis em Participação e Outras Avenças celebrado entre a Lett e a Neogrid na data de 24 de dezembro de 2020; (ii) o pagamento de R\$ 20.865 a ser efetuado na Data do Fechamento; (iii) parcelas adicionais de R\$ 5.188 em 90 (noventa) dias contados de 31 de outubro de 2021, R\$ 5.583 a ser pago no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data do Fechamento e R\$ 5.583 a ser paga no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data do pagamento da Terceira Parcela, e; (iv) pagamento de até R\$ 33.150 a título de *Earn Out* observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2024.

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 51,1% do capital social da Predify Tech Ltda, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida. O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 1.250 e; (ii) o pagamento de R\$ 3.100 a ser efetuado na Data do Fechamento.

Os fundadores das adquiridas permanecerão na operação com cargo executivo, engajados na expansão dos negócios, estimulados por cláusula de pagamento adicional de aquisição com condição suspensiva a título de *Earn Out*, em caso de atingimento de metas de crescimento de receita recorrente (“MRR”) e resultados

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento, tecnologia e inovação são atividades críticas da Companhia, visto que esta atua como provedora de softwares, que buscam solucionar problemas e gerar valores por meio da tecnologia. Os investimentos neste sentido direcionam a Companhia a fornecer soluções cada vez mais performáticas e agregam cada vez mais valor aos clientes de suas soluções.

Explorando o potencial da plataforma tecnológica da Companhia baseada em nuvem, as principais

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iniciativas em andamento são o desenvolvimento: (i) de uma solução para indicadores econômicos em tempo real, e (ii) de um sistema inovador para sincronização de franqueadores e franqueados. Está também dentro da trilha e objetivos de pesquisa da Companhia, explorar o potencial de inserção de produtos financeiros utilizando os dados da cadeia de suprimentos presentes na plataforma Neogrid. A data de divulgação destas pesquisas em andamento é a mesma data deste formulário de referência.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$ 44,1 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 32,5% quando comparado com o período findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$ 33,3 milhões.

Maiores detalhes sobre a variação destes saldos podem ser encontrados no tópico 10.1 deste Formulário de Referência.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

As soluções Neogrid ao mesmo tempo que resolvem os desafios da cadeia de suprimentos também permitem o contínuo incremento da maturidade operacional de clientes da Companhia, gerando assim um horizonte evolutivo de seus produtos muito em linha com as oportunidades de vendas geradas por estes processos evolutivos, ou seja, as atuais ofertas da Neogrid podem ser constantemente melhoradas e aperfeiçoadas para novas e antigas necessidades de clientes da Companhia, gerando assim, maior potencial de venda cruzada (*cross-sell*) entre as atuais e as novas ofertas disponíveis na plataforma.

A Companhia está investindo na modernização da disponibilização dos dados a partir de uma arquitetura multi-cloud que possibilita a utilização dos benefícios das melhores estruturas de cada uma das nuvens, atualizando a estrutura para processar e disponibilizar os dados via Big Query na GCP, por ter o melhor potencial no mercado para o volume de dados hoje existente na Neogrid. Além disso, a família de produtos "*Demand Activaction*" começa a evoluir com a previsão de DA para Varejo-Industria e Industria-Distribuidor, bem como na utilização da nova estrutura de dados para construir e entregar a informação cada vez mais rápido para os usuários. A evolução da arquitetura dará mais robustez, segurança e possibilitará uma gama maior de recursos inclusive possibilitando novas oportunidades a partir do cruzamento de dados com as novas empresas do grupo.

Por exemplo, na solução "*Integration*", as principais melhorias previstas estão na rastreabilidade de pedidos e na integração com as novas tecnologias bancárias. Na solução "*Demand Activation*", o aprofundamento da análise sobre as categorias de produtos permitirá monitorar melhor o sortimento de produtos, promoções e a elasticidade dos preços de produtos. E finalmente, na solução "*Replenishment*" aplicamos inteligência artificial em eventos sazonais, orçamentação de compras e gestão mais completa do sortimento de produtos.

Maiores detalhes sobre as atuais ofertas da Neogrid ("*Integration*", "*Demand Activation*" e "*Replenishment*"). podem ser encontrados no tópico 7.1 do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os gastos totais dispendidos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços é igual ao gasto de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços descritos no item 10.8(c)(ii).

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Efeito de custos não recorrentes relacionados a integração de aquisições:

A Companhia incorreu em custos extraordinários relacionados, principalmente, ao processo de M&A, que totalizaram R\$ 4,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Em 2020, não houve gastos relacionados a aquisição e integração de empresas.

Efeitos da COVID-19:

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamada COVID-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muitos governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos.

No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo o estado de calamidade pública, com o objetivo de acompanhar e combater a proliferação da doença, protegendo a saúde da população, os empregos e a economia do país. Neste contexto, a Companhia adotou durante o período medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à (i) segurança de colaboradores da Companhia e partes interessadas, diretos e indiretos, (ii) manutenção da estabilidade das operações e (iii) preservação de caixa ao mesmo tempo em que buscamos eficiência financeira e operacional.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção de nosso Plano de Continuidade de Negócios, e convocação do Comitê de Gestão de Crises que desenvolveu no período e nos meses subsequentes, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto aos colaboradores, ao setor, à sociedade; (ii) adoção imediata e proativa do teletrabalho (*home office*) a partir de 16 de março de 2020, para todos os colaboradores e em todas as unidades, (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Além disso, destacamos que a Companhia não adotou até o presente momento, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, buscando preservar ao máximo a segurança de todos, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, a receita operacional da Companhia, teve impacto que representa 1,0% de receita operacional para o ano de 2020. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser *Software as a Service - SaaS*, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Além dos itens destacados acima, a Companhia permanece monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto em suas obrigações (*covenants*).

A companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, tendo adotado medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

- a. Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia (“Conselho de Administração”), tendo como atribuições principais o estabelecimento das políticas gerais de negócios e supervisão da gestão da Diretoria da Companhia (“Diretoria”).

O Conselho de Administração possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 10 de dezembro de 2020 e está disponível para consulta nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

De acordo com o artigo 13 do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”), o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, sendo ao menos 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros titulares, sendo 2 (dois) membros independentes.

Conforme artigo 15 do Estatuto Social, o Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho, quando aplicável, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto acima, desde que sejam inequivocadamente cientificados todos os demais membros do Conselho de Administração.

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, em caso de empate, o voto de qualidade.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na forma da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social determina cumprir-lhe ainda:

- (i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
- (ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (iii) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alcada não especificadas no Estatuto Social;
- (iv) atribuição ao comitê de auditoria e de eventuais outros comitês que sejam constituídos

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- pela Companhia;
- (v) determinação do orçamento do comitê de auditoria e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;
 - (vi) individualização da remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social, observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;
 - (vii) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;
 - (viii) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abranger opinião favorável ou contrária à sua aceitação abordando, no mínimo, **(a)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações, **(b)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, **(c)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, e **(d)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
 - (ix) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
 - (x) autorização de recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;
 - (xi) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;
 - (xii) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais);
 - (xiii) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - (xiv) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
 - (xv) emissão de **(a)** debêntures não conversíveis em ações, *comercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e **(b)** debêntures conversíveis em ações, observado o limite do capital autorizado;
 - (xvi) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

- (xvii) prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia (“Investidas”), quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xviii) prestação de quaisquer garantias a terceiros, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xix) locação de bens imóveis pela Companhia ou por suas controladas, cujo valor anual de custo, individualmente, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xx) transação entre a Companhia e partes relacionadas à Companhia, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xxi) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;
- (xxii) nomeação ou destituição de auditores independentes;
- (xxiii) deliberar previamente à Assembleia Geral de acionistas da Companhia sobre operações de cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
- (xxiv) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo, sem limitação, a eleição ou destituição de seus administradores;
- (xxv) resolução dos casos omissos no Estatuto Social; e
- (xxvi) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Diretoria

A Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos negócios da Companhia, ressalvados os atos que a Lei e o Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com o artigo 18 do Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 8 (oito) Diretores, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos.

O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens elencados abaixo, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia.

Compete a Diretoria, de forma geral:

- (i) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;
- (vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e
- (vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 22 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia (“Conselho Fiscal”) funcionará em caráter permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, nas condições e com as atribuições previstas em lei.

O Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, nos termos da lei, e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de abril de 2022 foi aprovada a reeleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, além da remuneração anual individual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022.

A seguir os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes eleitos e reeleitos conforme AGOE e AGO acima, respectivamente:

MEMBROS EFETIVOS

1. PIEDADE MOTA DA FONSECA, portuguesa com direitos reconhecidos, casada, contadora, e residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Lúcio Costa, nº 4000, bloco 5 apto 206, Barra da Tijuca, CEP 22.630-011, portadora da Carteira de Identidade RG nº 02931752-6, e inscrita no CPF sob nº 548.435.537-00. É graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com MBA da Amana e com STC Skills, Tools and Competencies Executive Program da FDC e da Kellogg School of Management. Possui 42 anos de experiência em Gestão, Auditoria, Avaliação de Controles Internos, Análise de Riscos e Compliance. Foi Diretora da Auditoria Interna da CSN Companhia Siderúrgica Nacional por 15 anos, onde introduziu a SOx Sarbanes Oxley Act e difundiu os conceitos de avaliação de riscos, bem como implantou o Manual da Organização, com as principais Diretrizes, Normas e Procedimentos das empresas do grupo, inclusive, as de Governança Corporativa. Atuou como membro titular dos Conselhos de Administração da Inepar FEM (em 1997), Eletropaulo (em 1998) e Condor-Tecnologias não Letais (de SET/2012 a NOV/2015), nesta última, também presidiu o Comitê Financeiro. Atuou, ainda, como membro efetivo do Conselho Deliberativo da CBS Previdência (de ABR/2003 a MAI/2013), onde também exerceu cargo de Presidente da CBS Previdência, por 3 meses e, ainda, como membro suplente do Conselho de Administração da Namisa (de ABR/2009 a MAI/2012) e como membro suplente do Conselho Fiscal da VALE (de JUN/1997 a MAR/2001). É Conselheira Fiscal na CCR S.A. Também é consultora na implantação das áreas de Auditoria Interna, Risco e Compliance.

2. ALIDOR LUEDERS, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaraguá do Sul/SC, na Rua Adolfo Sacani, nº 36, apto 1.102, Centro, CEP 89.253-075, portador da Carteira de Identidade RG nº 111.496 – SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 114.466.179-04. É graduado em Direito pela FURB - Universidade Regional de Blumenau, pós graduado em Administração de Empresas e mestrado em Administração de Negócios pela FURB - Universidade Regional de Blumenau. Foi Executivo (Gerente e Diretor) por 39 anos (1971-2010) do Grupo Weg. Exerceu cargos de Diretoria, Corporativo Administrativa/Financeira, dirigindo Departamentos de Controladoria, Finanças, Tecnologia da Informação, Jurídico, Relações com Investidores, Importação e Auditoria Interna. Além disso foi Diretor Superintendente da Weg Transformadores e Vice Presidente do Conselho Deliberativo da Weg Seguridade Social. Foi Membro do Conselho de Administração da HISA S.A. (2006 a 2011), Membro do Conselho de Administração da Zen S.A. (2001 a 2012), do qual foi Presidente. Foi Membro do Conselho Fiscal da Marisol S.A. (2001 a Jul/2012) e Membro do Conselho de Administração da Dudalina S.A. (2010 a 2013), do qual também foi Presidente. Atualmente participa em Conselhos de Administração e/ou Consultivos e é Sócio Diretor na DPL Assessoria Empresarial Ltda.

3. GLÁUCIO CUNHA BARROS, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na cidade de Jundiaí/SP, na Av Antônio Frederico Ozanan, nº 9700, casa 167, Jardim Shangai, CEP 13214-206, portador da Carteira de Identidade RG nº 15.676.572 - SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 050.850.928-99. Graduado em Administração de Empresas, pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo, tem MBA em Controladoria pela USP/FIA – Dez/02 e MBA CEO GLOBAL pela FGV/ISCTE-IUL – Dez/17. Iniciou sua carreira como auditor externo na KPMG. Atuou por 5 anos como CFO da Sony Brasil, sendo responsável pelas áreas de Finanças,

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

planejamento orçamentário, Impostos, Jurídico, RH e TI. Foi Diretor Financeiro na Hughes Telecomunicações onde implantou sistemas integrados (ERP) e liderou a captação de linhas de crédito para implantação de Hubs de Telecomunicação para empresas de telefonia celular. Em 2021 passou a ser o líder em Finanças da AMCOM Sistemas de Informação S.A., sendo responsável por M&A. Atualmente é certificado como Executivo de Finanças pelo IBEFSP/2019 e Conselheiro formado pelo IBGC/SP.

SUPLENTES

1. MÁRIO DA SILVA, brasileiro, natural de Vitor Meireles – SC, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/09/1965, contador registrado no CRC/SC sob nº 17.817, portador da carteira de identidade nº 2/C 1.478.210 SSP-SC, inscrito no CPF nº 482.865.089-04, residente e domiciliado na Rua São Carlos, 475, Bairro Iririú, CEP 89.227-016, Joinville-SC.

2. CARLOS ROBERTO ROSSKAMP, brasileiro, natural de Joinville – SC, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 10/12/1972, economista, portador da carteira de identidade nº 2.517.913-6 SSP-SC, inscrito no CPF nº 684.265.269-34, residente e domiciliado na Rua Hercílio Luz, 114, Glória, CEP 89.217-272 Joinville-SC.

3. LEONARDO SANTANA, brasileiro, natural de Joinville - SC, divorciado, nascido em 04/02/1980, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina sob o nº 18.845, e no CPF/MF sob o nº 029.430.839-33, residente e domiciliado na Rua: Orestes Guimarães, nº 786, 1º andar, Bairro: América, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.204-060

O Conselho Fiscal possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho Fiscal realizada em 25 de maio de 2021, e está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

De acordo com o regimento interno, o Conselho Fiscal reunir-se-á (i) ordinariamente, ao menos uma vez a cada trimestre para analisar as demonstrações financeiras da Companhia; e (ii) extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, ou, em sua ausência ou impedimento, por qualquer um dos Conselheiros efetivos, mediante comunicado enviado a cada membro do Conselho Fiscal com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela reunião, se houver. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas sem a observância do prazo previsto nesta Cláusula, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os membros do Conselho Fiscal.

Conforme a cláusula 7.1 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, sem prejuízo das funções previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, compete ao Conselho Fiscal:

- (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a (a) modificação do capital social, (b) emissão de debêntures ou bônus de subscrição, (c) planos de investimento ou orçamentos de capital, (d) distribuição de dividendos e (e) transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (iv) quando solicitado, assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, dando o suporte e fundamentação necessários às decisões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (v) denunciar, por qualquer de seus membros, aos demais órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
- (vi) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- (vii) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, e reportar suas conclusões aos acionistas;
- (viii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- (ix) requisitar a presença de auditores independentes da Companhia nas reuniões para eventuais esclarecimentos quanto aos demonstrativos financeiros e pareceres;
- (x) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como sobre aquelas que considerar relevantes; e
- (xi) comparecer, representado por ao menos 1 (um) de seus membros, às Assembleias Gerais e responder aos pedidos de informações formuladas pelos acionistas.

Além disso, é vedado aos membros do Conselho Fiscal, conforme a cláusula 9.1 do regimento:

- (i) receber, em razão do exercício do cargo, qualquer vantagem indevida ou desproporcional;
- (ii) usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais e de investimento de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- (iii) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia;
- (iv) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia ou que esta tenha a intenção de adquirir;
- (v) valer-se de informação privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem; e
- (vi) participar direta ou indiretamente da administração de sociedades concorrentes da Companhia ou de suas controladas.

A remuneração do Conselho Fiscal será fixada na forma da lei e do artigo 10, inciso III, do Estatuto Social, observado o disposto na Política de Remuneração da Companhia.

Os Conselheiros, efetivos ou suplentes, poderão ter reembolsadas pela Companhia as despesas de locomoção e estada necessárias ao seu comparecimento a reuniões ou ao desempenho de suas funções, mediante apresentação dos comprovantes de despesas.

Comitê de Auditoria Não Estatutário (“Comitê de Auditoria”)

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, sendo um deles designado como coordenador, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deles deve ser Conselheiro Independente, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, com mandato 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição e permitida a rotatividade entre os membros.

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras funções que podem ser atribuídas a este órgão pelo Conselho de Administração ou pela regulamentação aplicável, nos termos do item 7.1. do seu Regimento Interno:

- (i) elaborar relatório trimestral resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração, o qual deverá ser enviado ao Conselho de Administração;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (ii) sugerir alterações ao Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;
- (iii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;
- (iv) avaliar as recomendações feitas pelas auditorias interna ou auditoria independente contratada para tal função, emitindo orientação ao Conselho de Administração acerca da resolução de eventuais divergências entre os agentes envolvidos;
- (v) monitorar (a) a execução do plano de trabalho da auditoria interna da Companhia ou auditoria independente contratada para tal função, analisando a necessidade de mudanças no seu escopo e/ou no seu planejamento e (b) os relatórios dos trabalhos da auditoria interna ou auditoria independente contratada para tal função, dando conhecimento de suas conclusões ao Conselho de Administração;
- (vi) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração acerca de escolhas ou de mudanças de práticas contábeis adotadas pela administração da Companhia;
- (vii) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;
- (viii) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;
- (ix) acompanhar as atividades da auditoria independente, a fim de avaliar (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; (c) o cumprimento da legislação vigente e aplicável, bem como dos documentos internos da Companhia; e (d) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (x) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;
- (xi) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;
- (xii) supervisionar as atividades da equipe responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, monitorando a qualidade e a integridade das informações periódicas da Companhia e fazendo as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (xiii) analisar o relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, emitindo parecer para o Conselho de Administração;
- (xiv) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (xv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (xvi) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- (xvii) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria independente, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (xviii) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;
- (xix) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;
- (xx) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (xxi) aprovar anualmente um cronograma de atividades para o exercício social correspondente, sendo certo que esse cronograma poderá ser revisto ao longo do ano por deliberação do próprio Comitê de Auditoria;
- (xxii) acompanhar os ofícios e os questionamentos dirigidos ao Conselho de Administração, pelos órgãos públicos competentes e/ou pelos órgãos internos da Companhia, sobre as matérias relacionadas à área de atuação do Comitê de Auditoria;
- (xxiii) tomar conhecimento das denúncias do Canal de Ética, certificar-se de que foram devidamente endereçadas e informar ao Conselho de Administração os casos que envolvam fraude e/ou a alta administração da Companhia, bem como definir as penalidades aplicáveis aos membros da administração da Companhia e seus acionistas controladores, assim definidos na forma do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e
- (xxiv) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

De acordo com o regimento interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á (i) ao menos uma vez por bimestre, em caráter ordinário e (ii) em reuniões especiais, sempre que qualquer um dos membros julgar necessário em alinhamento com o Coordenador do Comitê de Auditoria, ou quando requerido pelas circunstâncias. As reuniões do Comitê de Auditoria serão convocadas pelo Coordenador do Comitê ou pela maioria de seus membros, mediante comunicado escrito entregue, inclusive por e-mail, acompanhado do material de apoio, se for o caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias quando ordinária e 2 (dois) dias quando extraordinária, no qual deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

O Comitê de Auditoria possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020, e está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Conforme o Regime Interno do Comitê de Auditoria, todos os membros do Comitê de Auditoria têm os seguintes deveres:

- (i) dedicar o tempo necessário para atuação no Comitê de Auditoria;
- (ii) executar suas atividades com diligência e lealdade, mantendo sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções;
- (iii) evitar situações de conflito que possam afetar os interesses da Companhia e de seus acionistas;
- (iv) prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração sempre que solicitado, respeitando a periodicidade mínima trimestral de apresentar relatório ao Conselho de Administração; e
- (v) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Além disso, é vedado aos membros do Comitê de Auditoria:

- (i) receber qualquer vantagem indevida ou desproporcional, em razão do exercício do cargo;
- (ii) usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais e de investimento de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- (iii) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia;
- (iv) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia ou que esta tenha a intenção de adquirir;
- (v) valer-se de informação privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem; e
- (vi) participar, direta ou indiretamente, da administração de sociedades concorrentes da Companhia ou de suas controladas.

Os membros do Comitê de Auditoria poderão fazer jus à uma remuneração, se não receberam outra remuneração da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a respectiva remuneração individual.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

A remuneração do Comitê de Auditoria deverá obedecer a Política de Remuneração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria serão reembolsados pela Companhia das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, mediante apresentação do respectivo comprovante, que deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Área de Controles Internos, Compliance e Riscos

Área subordinada ao Comitê de Auditoria, que a auxilia na implementação de medidas mitigadoras dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia.

Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

A área deverá reportar-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Deverá ter, por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário e suas principais atribuições e forma de funcionamento estão descritas no item “a”, subitem “(i)” acima. O Comitê de Auditoria não estatutário atende aos requisitos da regulamentação aplicável editada pela CVM e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar de a Companhia não possuir uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar o trabalho da auditoria independente. Para fins dessa avaliação, o Conselho de Administração conta com a ajuda do Comitê de Auditoria, o qual compete avaliar o desempenho dos auditores independentes e fazer recomendações ao Conselho de Administração para nomear, renomear ou solicitar a sua destituição, bem como revisar as políticas para prestações de serviços efetuados por seus auditores independentes.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Com relação às atribuições individuais dos Diretores da Companhia, o Estatuto Social da Companhia assim determina:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Diretor Presidente

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- (iii) implementar as diretrizes e executar as decisões aprovadas em Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração; e
- (iv) propor ao Conselho de Administração, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Diretor Financeiro

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;
- (ii) gerir as finanças da Companhia;
- (iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;
- (iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (ix) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- (x) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

Diretor de Relação com Investidores

- (i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações a tais órgãos e instituições, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulação aplicáveis, no país e no exterior;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
 - (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
 - (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e
 - (v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.
- c. **data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de abril de 2022 foi aprovada a reeleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, além da remuneração anual individual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022.

O Conselho Fiscal possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho Fiscal realizada em 25 de maio de 2021, e está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

- d. **se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

A Companhia possui mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e Produtos e do Comitê de Pessoas, Organização e Cultura a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020 e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: ri.neogrid.com.

- (i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

O processo de avaliação de desempenho deverá ser realizado anualmente, preferencialmente no mês de novembro, conforme artigo 2.1.1. da Política de Avaliação de Desempenho.

- (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

Conforme item 2.3. da Política de Avaliação de Desempenho, cada integrante dos Órgãos Administrativos deverá, individualmente, atender a entrevistas e/ou responder formulários, para obtenção de dados qualitativos referentes aos Órgãos Administrativos e respectivos integrantes, sendo abordado, dentre outros tópicos:

- (i) a qualidade da comunicação entre próprios integrantes dos Órgãos Administrativos, bem como em relação aos acionistas da Companhia;
- (ii) a qualidade e suficiência das informações prestadas entre os Órgãos Administrativos em

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- processos decisórios;
- (iii) a isenção e independência no desempenho de trabalhos pelos Órgãos Administrativos;
 - (iv) o alinhamento dos integrantes dos Órgãos Administrativos com a cultura e princípios corporativos da Companhia;
 - (v) a composição técnica dos Órgãos Administrativos;
 - (vi) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração para com os objetivos da Companhia;
 - (vii) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração com criação de valor para os acionistas da Companhia;
 - (viii) a adequação do número de membros de cada Órgão de Administração; e
 - (ix) a delegação de competências entre os Órgãos de Administração.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Conforme item 2.6.1. da Política de Avaliação de Desempenho, o relatório de feedback deverá indicar: (a) sempre que possível, dados comparativos em relação às avaliações anteriores; e (b) proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos integrantes dos Órgãos Administrativos, de modo individual e colegiado.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A avaliação de desempenho dos integrantes dos Órgãos Administrativos deverá ser conduzida por consultoria externa, e homologada pelo departamento de Gente & Gestão da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

a. Prazos de convocação

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, todas as assembleias gerais devem ser convocadas mediante 3 (três) publicações em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), o qual, no caso da Companhia é o jornal “Valor Econômico”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Conforme o artigo 9º parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”), a primeira convocação deve ser feita no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, contado o prazo da primeira publicação do anúncio de convocação, e a segunda convocação deve ser feita com 8 (oito) dias corridos de antecedência antes da assembleia geral. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral. A assembleia geral deverá ser instalada e presidida pelo presidente do Conselho de Administração (“Conselho de Administração”). Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer membro da diretoria da Companhia (“Diretoria”) presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o secretário da mesa, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

A Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais da Companhia seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva assembleia geral.

As assembleias gerais da Companhia poderão ainda ser convocadas pelos acionistas da Companhia, conforme disposto no artigo 123, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, e artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Competências

Compete exclusivamente aos acionistas, em sede de assembleia geral ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (iv) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Sem prejuízo das matérias previstas na lei, o artigo 10 do Estatuto Social prevê que compete aos acionistas a aprovação em assembleia geral as seguintes matérias:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;
- (iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

- demonstrações financeiras;
- (v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
 - (vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
 - (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
 - (viii) aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;
 - (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
 - (x) observadas as condições estabelecidas na regulamentação aplicável, deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social;
 - (xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração no Estatuto Social; e
 - (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Os acionistas da Companhia poderão, ainda, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao objeto social da Companhia e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: ri.neogrid.com.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados na sede social da Companhia na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89.218-105, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da Assembleia Geral na qual foi suscitado o conflito.

Sem prejuízo dos procedimentos de denúncia disciplinados no Código de Conduta, os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em função de conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

São hipóteses de impedimento de voto em razão de conflito de interesses do acionista àquelas (i) relativas a aprovação de laudo de avaliação de bens com os quais concorrer para a formação do capital social; (ii) relativas a aprovação de suas próprias contas como administrador; (iii) que possam beneficiá-lo de modo particular; (iv) que seu interesse seja conflitante com o da Companhia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência a administração não possui regras específicas, política ou prática para solicitação de procuração pública para o exercício do direito de voto em assembleias gerais da Companhia e, portanto, observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”).

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Atualmente, são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, desde que apresentadas com até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral e que o documento original do referido instrumento seja exibido à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procura (para documentos produzidos no exterior, será necessária a apresentação da respectiva tradução juramentada para língua portuguesa e a Companhia exigirá o reconhecimento de firma e/ou a sua notariação / consularização / apostilamento):

a) Pessoas Jurídicas – cópia do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração.

b) Pessoas Físicas – a procuração.

De modo a facilitar os trabalhos, os acionistas representados por procuradores devem enviar, com até 2 (dois) dias de antecedência da data das respectivas assembleias gerais, cópia dos documentos acima elencados por e-mail à Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia possibilita a participação à distância em assembleias gerais por meio do boletim de voto à distância (“Boletim de Voto”). Para participar por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o agente escriturador das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”); (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade (“Agente de Custódia”), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou (iii) a Companhia, diretamente.

É recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente Escriturador ou Agente de Custódia como e se este serviço é prestado, bem como seus custos e procedimentos.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na sede social da Companhia na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89.218-105, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@neogrid.com, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da assembleia geral.

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da assembleia geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Segundo o Artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Boletim de Voto será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia geral. Os Boletins de Voto recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia. Nos termos do Artigo 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim de Voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, motorização, consularização ou apostilamento.

No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, serão exigidos: (i) via original do Boletim de Voto; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Pessoa Física

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.
- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.
- Documento que comprove os poderes de representação.
- No caso dos fundos de investimento, regulamento consolidado e atualizado do fundo.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos do Artigo 21-L da Instrução CVM 481, caso o acionista ou o grupo de acionistas queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal no Boletim de Voto, será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência enviada à sede da Companhia, localizada na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89.218-105, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, aos cuidados da Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no Artigo 21-M, da Instrução CVM 481), ou por meio do endereço eletrônico: ri@neogrid.com, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não dispõe de fóruns e páginas na *internet* destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as assembleias gerais da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social o conselho de administração da Companhia (“Conselho de Administração”) realizou 04 reuniões ordinárias e 05 reuniões extraordinárias.

Conforme o estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), o Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, trimestrais e extraordinárias sempre que necessário.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existe acordo de acionistas em vigor na data deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política de Transações com Partes Relacionadas”) que visa a estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da Política de Transações com Partes Relacionadas, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Sem prejuízo dos procedimentos de denúncia disciplinados no Código de Conduta da Companhia, conforme descrito no item 5.4 (a)(iii) e (b) deste Formulário de Referência, os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (ri.neogrid.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), na categoria “Política de Transações entre Partes Relacionadas”.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também forem acionistas da Companhia não poderão votar nas deliberações de assembleia geral relativas:

- (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social;
- (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e
- (iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

d. Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”) e da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”) (“Política de Indicação”), a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: ri.neogrid.com.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação estabelece os critérios, requisitos mínimos e diretrizes para indicação de membros (i) ao Conselho de Administração da Companhia; (ii) aos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”); e (iii) à Diretoria da Companhia.

As principais características da Política de Indicação são: a indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria deverá observar o disposto nos documentos, legislação e regulamentação mencionados na Política de Indicação, de modo a refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses dos acionistas e do mercado em geral.

O processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com à missão, visão e valores

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

a) Conselho de Administração

O candidato a membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, trajetória profissional reconhecida, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e de legislação societária, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

- (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia;
- (ii) tiver ou representar interesse conflitantes com a Companhia; ou
- (iii) ocupar cargos públicos e com vinculação política.

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

b) Comitês

O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, estatutários ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

A indicação de membros para composição dos Comitês deverá ser realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, observado requisitos dispostos no item 3 da Política de Indicação e as regras gerais e específicas previstas no regimento interno do respectivo Comitê.

A reeleição dos membros dos Comitês deverá levar em consideração o desempenho durante o período de seu mandato, bem como a experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

c) Diretoria

O Conselho de Administração deverá indicar para a compor a Diretoria profissionais que detenham, dentre outras competências e experiências necessárias para a função, a habilidade de conciliar de modo harmônico os interesses dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

legalidade, ética, respeito aos valores e à cultura da Companhia e responsabilidade socioambiental.

Na indicação dos Diretores deverão ser observados cumulativamente os seguintes requisitos:

- (i) os processos de sucessão eventualmente em curso na Companhia;
- (ii) boa reputação e aderência aos critérios de integridade (*compliance*);
- (iii) experiência em liderança, preferencialmente no negócio ou em área correlata, incluindo experiência em cargo de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional;
- (iv) no caso de candidato interno, as avaliações de desempenho e competências aplicáveis, nos últimos 3 (três) anos, quando aplicável;
- (v) fluência no idioma inglês e desejável a fluência em espanhol; e
- (vi) desejável especialização ou pós-graduação em área afim, técnica ou de gestão.

A proposta de reeleição dos membros da Diretoria deverá ser baseada em suas respectivas avaliações anuais durante o período de seu mandato, seu contrato de gestão e seus indicadores de desempenho.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

O Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”) prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal, efetivos ou suplentes, se houver, são obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, a posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 11, parágrafo segundo e no Artigo 23, parágrafo segundo do Estatuto Social, bem como o atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Robson Alessandro Munhoz 127.945.608-67	07/12/1972 Empresário	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor sem designação específica	19/10/2022 19/10/2022	2 anos Sim	1 0%
Aury Ronan Francisco 039.730.159-61	05/11/1982 Contador	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	02/03/2023 03/03/2023	2 anos - Unificado aos demais membros Sim	0 0%
Diretor Financeiro					
Bruno Nascimento Pereira 092.495.697-69	16/04/1982 Psicólogo	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor sem designação específica	19/10/2022 19/10/2022	2 anos Sim	0 0%
Carlos Alberto Soares Pereira 014.759.429-40	29/10/1976 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor sem designação específica	19/10/2022 19/10/2022	2 anos Sim	0 0%
David Abuhab 040.324.319-06	12/08/1986 Engenheiro de Produção	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor sem designação específica	19/10/2022 19/10/2022	2 anos Sim	1 0%
Fernando Silveira Rosa Rheingantz 814.266.150-00	06/01/1980 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor sem designação específica	27/04/2023 27/04/2023	02 anos - unificado aos demais Sim	0 0%
N/A					
Felipe Guerra Fernandes de Abreu 368.129.068-75	14/01/1988 Engenheiro de Produção	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor sem designação específica	27/04/2023 27/04/2023	02 anos - unificado aos demais Sim	0 0%
Jean Carlo Klaumann 808.968.989-20	25/02/1975 Graduado em Marketing	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	19/10/2022 19/10/2022	2 anos Sim	1 0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes	23/01/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	1
346.152.454-91	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/10/2022	Sim	100%
Alberto Menache	29/09/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	0
172.636.238-89	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/10/2022	Sim	0%
Jorge Steffens	26/05/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	1
504.794.829-34	Cientista da Computação	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	19/10/2022	Sim	100%
Miguel Abuhab	15/05/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2022	2 anos	1
019.372.279-87	Engenheiro Mecânico de Produção	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/10/2022	Sim	100%
Piedade Mota da Fonseca	29/04/1957	Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	2
548.435.537-00	Auditora	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	0%
Gláucio Cunha Barros	10/03/1966	Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	2
050.850.928-99	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	0%
Leonardo Santana	04/02/1980	Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	2
029.430.839-33	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	0%
Mário da Silva	11/09/1965	Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	2

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
482.865.089-04	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	0%
Thiago Wolf Morsch	03/04/1986	Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	0
011.381.810-64	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	0%
Rafael de Souza Morsch	27/11/1990	Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano	0
012.184.570-23	Economista	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	28/04/2023	Sim	0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Robson Alessandro Munhoz - 127.945.608-67

O Sr. Robson Alessandro Munhoz é Diretor sem designação específica da Companhia. Graduou-se em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo. Possui uma especialização em administração de suprimentos, logística e materiais pela Central Michigan University e um MBA em administração de empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado. Atuou como gerente de produtos do ABN AMRO Bank N.V e gerente de desenvolvimento na GXS. Em junho de 2003, fundou a Bis Company. Atualmente é membro do conselho de administração da Blusoft Sistemas. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Robson Alessandro Munhoz declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Robson Alessandro Munhoz declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Aury Ronan Francisco - 039.730.159-61

Aury Ronan Francisco possui cerca de 20 anos de experiência na área financeira exercendo atividades como CFO e Controller da Movile (grupo controlador de empresas de tecnologia como Ifood e Sympla), Diretor de Controladoria no Grupo Dafiti e Gerente Contábil e Administrativo do Grupo Amaggi. Aury é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina, possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas, e MBA executivo em Gestão de Negócios Globais e Sustentáveis pela Fundação Dom Cabral. O Sr. Aury Francisco declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Aury Francisco declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Bruno Nascimento Pereira - 092.495.697-69

O sr. Bruno Pereira tem mais de 20 anos de experiência em Gente & Gestão para tecnologia e startups. Algumas das empresas que ele ajudou: MongoDB, Stone, Sprinklr, VTEX, Endemol, Maker Studios/Disney, Oi, Bemobi.? Sua experiência antes da Neogrid foi como VP de Pessoas e Gestão da Cortex Intelligence. Bruno é graduado em Psicologia Social e Pesquisa Científica pela UFRJ, com especialização em Gestão de RH e MBA em Gestão Empresarial pela FGV.? O Sr. Bruno Pereira declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Bruno Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Alberto Soares Pereira - 014.759.429-40

O sr. Carlos Pereira é um executivo sênior de tecnologia com mais de 25 anos de experiência na área, é formado em Tecnologia pela UDESC e possui diversas especializações na área, em instituições como Stevens Institute of Technology, Harvard Business School e MIT Sloan. Em sua trajetória profissional, destacam-se as atividades como diretor de serviços, P&D e operações no grupo TOTVS, CTO da Senior Sistemas, e em sua experiência mais recente atuava como executivo sênior de tecnologia do Mercado Livre. O Sr. Carlos Pereira declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

David Abuhab - 040.324.319-06

O Sr. David Abuhab é Diretor sem designação específica. Graduou-se em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e possui especialização em Finanças com ênfase em Fundos de Investimentos e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas, Liderança de Produtos Digitais pela Tera e Negócios pela Stanford Graduate School of Business. Foi gerente de marketing e CEO da VejoaoVivo.com.br entre agosto de 2012 e janeiro de 2014. Desde março de 2015 é investidor da Motoboy.com. Atua como membro do conselho da Rio Pardo Bioenergia, da NeoGrid Datacenter e da R&B Rasreabilidade Brasil e foi investidor e co-fundador da Camerite, plataforma de videomonitoramento em nuvem.

O Sr. David Abuhab declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. David Abuhab declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Fernando Silveira Rosa Rheingantz - 814.266.150-00

Fernando Rheingantz é formado em International Business pela Belmont Abbey College, com pós graduação na Fundação Dom Cabral e especialização na IESE e traz uma forte história de crescimento em setores como bens de consumo, varejo, saúde e telecom. Possui mais de 20 anos de experiência profissional atuando nos segmentos B2C e B2B com desenvolvimento de canais, expansão de negócios e gestão completa de P&Ls. Fernando tem passagem por importantes empresas nacionais e multinacionais como: C&A, Nokia, Ancar Ivanhoe, Vivo, Raia Drogasil e Unidas.

O Sr. Fernando Rheingantz declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Fernando Rheingantz declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Felipe Guerra Fernandes de Abreu - 368.129.068-75

Felipe é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP. Iniciou sua carreira como consultor da Brain & Company, onde atuou, principalmente, com varejo e bens de consumo em projetos de Pricing, Planejamento de Sortimento e Go to Market. Felipe atuou como Gerente Sr. na C&A nas áreas de Alocação, BI, Mardown Management e no desenvolvimento de projetos para alavancagem de venda através de Supply Chain. Sua última experiência foi como Diretor de Operações da Tok&Stok, gerenciando as 70 lojas e quase 2.000 pessoas no time de vendas.

O Sr. Felipe Guerra declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Felipe Guerra declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jean Carlo Klaumann - 808.968.989-20

Jean Carlo Klaumann é um profissional com mais de 25 anos de experiência no mercado de tecnologia, com graduação em Marketing e especializações em Gestão Executiva, Data Science, Inteligência Artificial e Governança Corporativa por instituições como Fundação Dom Cabral, University of Chicago e IBGC. Klaumann ocupou cargos como Diretor Comercial na Datasul de 2005 a 2008, Diretor de Operações na TOTVS de 2008 a 2011, e em 2011 iniciou sua história na Linx/StoneCo, nos cargos de Vice-Presidente de Operações e Digital & Omni Commerce.

Além de seu profundo conhecimento em gestão executiva e tecnologia aplicada à digitalização do ecossistema de varejo, o Sr. Jean Carlo Klaumann possui em seu currículo dois IPOs e mais de 30 aquisições. O Sr. Jean Carlo Klaumann declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Klaumann declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes - 346.152.454-91

A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, formou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em dezembro de 2007. Possui doutorado em Economia pela Universidade Berkeley da Califórnia. Desde 1998, é membro do CFA® Institute. Atualmente é membro do conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito e da OEC - Odebrecht Engenharia e Construção servindo como coordenadora de seu Comitê de Auditoria, e conselheira do Comitê de Aquisições e Fusões. Foi Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de julho de 2012 a dezembro de 2014. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da CCR (membro independente entre maio 2002 a junho 2012 e membro não independente entre agosto de 2015 a abril de 2019), da CPFL Energia (de abril 2007 a junho 2012), Metalfrio (de maio 2009 a junho 2012) e Datasul (de abril 2006 a agosto 2008). Foi também consultora do Comitê de Auditora da Companhia Siderúrgica Nacional (de agosto 2006 a julho 2011); diretora de investimentos do Pictet Modal Asset Management S.A. (de 1998 a 2003); e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (de 1995 a 1997). Trabalhou no Banco Mundial em Washington, Estados Unidos entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2003 e na Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 1991. Possui ainda tem vários artigos técnicos publicados em revistas técnicas. Ana é membro do Conselho Curador da Fundação do Câncer e do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos para Políticas Públicas e sócia fundadora da Oitis Consultoria Econômica e Financeira Eireli para avaliação de empresas e governança corporativa. A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Alberto Menache - 172.636.238-89

O Sr. Alberto Menache é empresário e possui vasta experiência no ramo de tecnologia. Foi co-fundador da Linx S.A. onde trabalhou por mais de 30 anos ocupando cargos de CEO e Vice-presidente do Conselho de Administração. Em 2020 participou do processo de venda entre Linx e Stone.co. Menache também foi Conselheiro da Arco Educação e atualmente, Sr. Menache é membro do Conselho Consultivo do Alicerce. O Sr. Alberto Menache declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Alberto Menache declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jorge Steffens - 504.794.829-34

O Sr. Jorge Steffens possui vasta experiência em empresas de tecnologia. É formado em Ciências da Computação, com pós-graduação em Engenharia da Produção e Marketing, e formação executiva pela Stanford University. Atuou na Datasul desde 1982 em diferentes áreas como desenvolvimento de produtos, suporte e comercialização de softwares. Em 2003 assumiu o cargo de Diretor Presidente da empresa, e em 2006 liderou o processo de IPO da companhia, executando um processo de expansão agressivo através de aquisições e internacionalização da Datasul. Em 2008 participou do processo de fusão da Datasul com a Totvs, empresa que deixou em novembro do mesmo ano. Em 2009 fundou a gestora Oria Capital, com foco em Private Equity no setor de Tecnologia, e atualmente é membro dos Conselhos de Administração das companhias Zenvia, Softplan, Geofusion e Knew.in. O Sr. Jorge Steffens declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jorge Steffens declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Miguel Abuhab - 019.372.279-87

O Sr. Miguel Abuhab graduou-se em Engenharia Mecânica de Produção pelo ITA - Instituto Brasileiro de Tecnologia da Aeronáutica. Logo após a graduação, trabalhou numa empresa de engenharia, onde foi responsável pelo projeto de implantação da nova fábrica de refrigeradores da Consul S.A. em Joinville/SC. Em 1978, fundou a empresa Datasul S.A., em Joinville/SC, vindo a desenvolver softwares para controle de produção que, mais tarde, tornou-se a maior empresa de software ERP do Brasil. Duas décadas depois, em 1999, fundou a Companhia, líder em soluções para a gestão automática da cadeia de suprimentos (Supply Chain Management), com sede no Brasil e escritórios nos Estados Unidos, Europa - e onde, atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Paralelamente, desde 2003, Abuhab tem trabalhado em seu Plano de Simplificação Tributária para o Brasil - Modelo Abuhab de Cobrança de IVA/IBS - que serviu como base para o relatório da reforma tributária do ex-Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, aprovado em dezembro de 2018 na comissão especial da Câmara dos Deputados. Em 5 de setembro de 2019, apresentou seu Plano à CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Sistema Tributário Nacional. Sobre o tema, escreveu o livro "Devo não nego, pago quando receber", em que descreve claramente as suas ideias de Simplificação Tributária. Abuhab incorpora em seu business expertise a Teoria das Restrições (TOC), desenvolvida por Eliyahu Goldratt, e ideias relacionadas à cadeia de suprimentos. Também é membro fundador da organização TOCICO - Theory of Constraints International Certification Organization. O empresário ainda atua fortemente em projetos de responsabilidade social, focados em educação. O programa de TOCfe (TOC for Education), patrocinado pelo Instituto Miguel Abuhab (IMA), já formou 200 professores voluntários em 40 escolas da rede pública de Joinville, atendendo mais de 10 mil crianças. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Miguel Abuhab declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Miguel Abuhab declara que não é pessoa exposta politicamente definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Piedade Mota da Fonseca - 548.435.537-00

É graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com MBA da Amana e com STC Skills, Tools and Competencies Executive Program da FDC e da Kellogg School of Management. Possui 42 anos de experiência em Gestão, Auditoria, Avaliação de Controles Internos, Análise de Riscos e Compliance. Foi Diretora da Auditoria Interna da CSN Companhia Siderúrgica Nacional por 15 anos, onde introduziu a SOX Sarbanes Oxley Act e difundiu os conceitos de avaliação de riscos, bem como implantou o Manual da Organização, com as principais Diretrizes, Normas e Procedimentos das empresas do grupo, inclusive, as de Governança Corporativa. Atuou como membro titular dos Conselhos de Administração da Inepar FEM (em 1997), Eletropaulo (em 1998) e Condor-Tecnologias não Letais (de SET/2012 a NOV/2015), nesta última, também presidiu o Comitê Financeiro. Atuou, ainda, como membro efetivo do Conselho Deliberativo da CBS Previdência (de ABR/2003 a MAI/2013), onde também exerceu cargo de Presidente da CBS Previdência, por 3 meses e, ainda, como membro suplente do Conselho de Administração da Namisa (de ABR/2009 a MAI/2012) e como membro suplente do Conselho Fiscal da VALE (de JUN/1997 a MAR/2001). É Conselheira Fiscal na CCR S.A. Também é consultora na implantação das áreas de Auditoria Interna, Risco e Compliance.

Gláucio Cunha Barros - 050.850.928-99

Graduado em Administração de Empresas, pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo, tem MBA em Controladoria pela USP/FIA – Dez/02 e MBA CEO GLOBAL pela FGV/ISCTE-IUL – Dez/17. Iniciou sua carreira como auditor externo na KPMG. Atuou por 5 anos como CFO da Sony Brasil, sendo responsável pelas áreas de Finanças, planejamento orçamentário, Impostos, Jurídico, RH e TI. Foi Diretor Financeiro na Hughes Telecomunicações onde implantou sistemas integrados (ERP) e liderou a captação de linhas de crédito para implantação de Hubs de Telecomunicação para empresas de telefonia celular. Em 2021 passou a ser o líder em Finanças da AMCOM Sistemas de Informação S.A., sendo responsável por M&A. Atualmente é certificado como Executivo de Finanças pelo IBEFSP/2019 e Conselheiro formado pelo IBGC/SP.

Leonardo Santana - 029.430.839-33

Formado em direito pela Faculdade de Direito de Joinville – FDJ, com MBA em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Possui mais de 22 anos de experiência como advogado. Foi advogado da empresa Datasul por 5 anos, e atualmente é sócio fundador do escritório de advocacia Silva, Santana & Teston Advogados, fundada em 2003. Atua em todas as áreas do Direito Empresarial, com destaque para o Direito Societário e os Processos de Fusões e Aquisições (M&A). É Presidente da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas – Ajorpeme.

Mário da Silva - 482.865.089-04

Formado em Ciências contábeis com MBA em Auditoria e Controles Gerenciais pela Universidade da Região de Joinville - Univille. Atuou por 18 anos na Tupy S.A, exercendo funções nas áreas de Contabilidade, Custos, Planejamento Econômico, Auditoria e Análise e Controle Gerencial. Trabalhou na Datasul, como Controller, tendo participado diretamente no processo de remodelagem de negócio feito pela empresa em 1999 com a criação das franquias de desenvolvimento e de vendas, se envolvendo também em todo processo que levou a empresa a abertura do capital no novo mercado. Atualmente, empreende na prestação de serviços contábeis, fiscais e de RH como Sócio Proprietário da Prossiga Contabilidade, em Joinville/SC, empresa que é referência na prestação de serviços em especial para aquelas do ramo de tecnologia.

Thiago Wolf Morsch - 011.381.810-64

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o sr. Thiago Wolf Morsch é Sócio da Zenith Asset Management Ltda, e já atuou como Membro Efetivo do Conselho Fiscal nas empresas Metalgráfica Iguaçu S/A (de 2018 a 2021) e Randon S/A Implementos e Participações (em 2022).

O Sr. Thiago Wolf Morsch declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago Wolf Morsch declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários (Gestor) habilitado pela CVM desde 2014, o sr. Rafael de Souza Morsch é Sócio e Diretor de Pesquisa na Zenith Asset Management Ltda e atua como Membro do Conselho de Administração Efetivo na SAIPOS Serviços de Software Ltda. Além disso já foi membro efetivo do Conselho de Administração nas empresas Technos S/A (em 2021 e 2022) onde exerceu funções como membro e coordenador do Comitê de Auditoria e membro do Comitê Financeiro e já atuou como membro do Conselho de Administração Efetivo na LIQ Participações S/A (2018). Rafael já atuou como membro efetivo do conselho fiscal nas empresas Sendas – Assai (2021 e 2022), Cia. Tecidos Santanense S/A (de 2016 a 2022), Coteminas S/A (de 2019 a 2022), CBD – GPA (2020), Positivo Tecnologia S/A (2019 e 2020), Encorpar S/A (2018 a 2021), Excelsior Alimentos S/A (2017 e 2018), Forjas Taurus S/A (2016) e como membro suplente do conselho fiscal nas empresas RANDON S.A. Implementos e Participações (2022), Metalgráfica Iguaçu S/A (2018), Companhia Tecidos Santanense S/A (2015) e Encorpar S/A (2014).

O Sr. Rafael de Souza Morsch declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rafael de Souza Morsch declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Robson Alessandro Munhoz - 127.945.608-67	
N/A	
Aury Ronan Francisco - 039.730.159-61	
N/A	
Bruno Nascimento Pereira - 092.495.697-69	
N/A	
Carlos Alberto Soares Pereira - 014.759.429-40	
N/A	
David Abuhab - 040.324.319-06	
N/A	
Fernando Silveira Rosa Rheingantz - 814.266.150-00	
N/A	
Felipe Guerra Fernandes de Abreu - 368.129.068-75	
N/A	
Jean Carlo Klaumann - 808.968.989-20	
N/A	
Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes - 346.152.454-91	
N/A	
Alberto Menache - 172.636.238-89	
N/A	
Jorge Steffens - 504.794.829-34	
N/A	
Miguel Abuhab - 019.372.279-87	
N/A	

Piedade Mota da Fonseca - 548.435.537-00

N/A

Gláucio Cunha Barros - 050.850.928-99

N/A

Leonardo Santana - 029.430.839-33

N/A

Mário da Silva - 482.865.089-04

N/A

Thiago Wolf Morsch - 011.381.810-64

N/A

Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes 346.152.454-91	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Economista	Outros Coordenadora do Comitê de Auditoria. Membro Independente do Conselho de Administração	23/01/1962 19/10/2022	19/10/2022 1	2 anos 100%
Não se aplica						
Paulo Sérgio Dertas Matos 219.961.055-15	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Consultor	Outros Membro do Comitê de Auditoria	30/06/1961 19/10/2022	19/10/2022 1	2 anos 100%
Não se aplica						
Marcelo Lima Tonini 126.781.888-33	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Consultor	Outros Membro do Comitê de Auditoria.	28/01/1969 19/10/2022	19/10/2022 1	2 anos 100%
Não se aplica						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes - 346.152.454-91

A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, formou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em dezembro de 2007. Possui doutorado em Economia pela Universidade Berkeley da Califórnia. Desde 1998, é membro do CFA® Institute. Atualmente é membro do conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito e da OEC - Odebrecht Engenharia e Construção servindo como coordenadora de seu Comitê de Auditoria, e conselheira do Comitê de Aquisições e Fusões. Foi Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de julho de 2012 a dezembro de 2014. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da CCR (membro independente entre maio 2002 a junho 2012 e membro não independente entre agosto de 2015 a abril de 2019), da CPFL Energia (de abril 2007 a junho 2012), Metalfrio (de maio 2009 a junho 2012) e DataSul (de abril 2006 a agosto 2008). Foi também consultora do Comitê de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional (de agosto 2006 a julho 2011); diretora de investimentos do Pictet Modal Asset Management S.A. (de 1998 a 2003); e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (de 1995 a 1997). Trabalhou no Banco Mundial em Washington, Estados Unidos entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2003 e na Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 1991. Possui ainda tem vários artigos técnicos publicados em revistas técnicas. Ana é membro do Conselho Curador da Fundação do Câncer e do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos para Políticas Públicas e sócia fundadora da Oitis Consultoria Econômica e Financeira Eireli para avaliação de empresas e governança corporativa. A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Paulo Sérgio Dertas Matos - 219.961.055-15

Paulo Sérgio Cruz Dertas Matos é formado em contabilidade e economia, conta com mais de 30 anos de experiência em auditoria financeira e em revisão e avaliação de procedimentos de controles internos para companhias nacionais e globais. Sua experiência inclui ainda a liderança em projetos de due diligence para fundos de private equity e venture capital. Foi sócio da área de Strategic Growth Markets (SGM) da Ernst & Young, focada no desenvolvimento de oportunidades para empresas de diferentes indústrias e também no processo de abertura de capital (IPOS). Dertas é também membro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). O Sr. Dertas declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Dertas declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou

organizações do terceiro setor.

Marcelo Lima Tonini - 126.781.888-33

O Sr. Marcelo Lima Tonini foi sócio responsável pelas unidades de negócios da KPMG em Santa Catarina, em Joinville e Florianópolis, durante 13 anos. É responsável técnico por diversos projetos focados em auditoria e impostos, aplicados em empresas de diversos setores da economia como Alimentício, Têxtil, Metalmecânico, Construção Civil, entre outros. O Sr. Marcelo Lima Tonini tem domínio de normas contábeis nacionais e internacionais – CPC e IFRS, experiência no uso e integração com os sistemas ERP, inscrição ativa no CRC – Conselho Regional de Contabilidade e experiência em projetos de abertura de capital na BOVESPA em empresas dos setores Têxtil e Agronegócio. Possui atuação na gestão de vários projetos simultâneos e complexos, envolvendo diferentes produtos, equipes e áreas de negócio, otimização de metas, custos, prazos e qualidade das entregas, e tem extensa experiência em gestão operacional dos projetos ao longo do ciclo de vida (cronogramas, backlogs, baselines, listas de pendências e planejamento de entregas) e gerenciamento de conflitos relacionados ao trabalho em equipe. Ainda é responsável pelo processo de melhoria no nível de engajamento dos colaboradores, atingindo índices acima da média da Organização e tem ampla experiência em processos de Planejamento Financeiro e todas as rotinas envolvidas, como Gestão de Fluxo de Caixa, Investimentos, Gestão Orçamentária, Forecast, visão sistêmica de Processos de Negócios, com facilidade para mapeamento de processos e fluxos, compreensão de modelos de negócios e propostas de melhorias.

O Sr. Marcelo Lima Tonini declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcelo Lima Tonini declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes - 346.152.454-91	
N/A	
Paulo Sérgio Dantas Matos - 219.961.055-15	
Marcelo Lima Tonini - 126.781.888-33	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Miguel Abuhab	019.372.279-87	Neogrid Participações S.A.	10.139.870/0001-08	
Presidente do Conselho				
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Abuhab	040.324.319-06	Neogrid Participações S.A.	10.139.870/0001-08	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor sem Designação Específica				
<u>Observação</u>				
O Sr. David Abuhab é diretor da Neogrid Informática Ltda., sociedade controlada da Companhia, vide item 12.10 deste Formulário de Referência.				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u>			
David Abuhab Diretor sem designação específica.	040.324.319-06	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Robson Alessandro Munhoz Diretor sem designação específica	127.945.608-67	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jean Carlo Klaumann Diretor Presidente	808.968.989-20	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor Presidente	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Aury Ronan Francisco Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	039.730.159-61	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda. Diretor Financeiro	05.794.609/0001-01		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Fernando Silveira Rosa Rheingantz Diretor sem designação específica	814.266.150-00	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Felipe Guerra Fernandes de Abreu Diretor sem designação específica	368.129.068-75	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Alberto Soares Pereira	014.759.429-40	Controle	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor sem designação específica			
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor sem designação específica			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Bruno Nascimento Pereira	092.495.697-69	Controle	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
Pessoa Relacionada			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor sem designação específica			
Observação			
N/A			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores (D&O) que prevê o pagamento ou reembolso de despesas por ela suportadas ou por seus administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia no decurso da atividade profissional exercida pelos administradores na Companhia. O limite máximo de garantia da apólice é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e o valor anual do prêmio líquido corresponde a R\$ 124.426,57 (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Além disso, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenes (i) os membros (a) do Conselho de Administração, (b) dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e (c) da Diretoria da Companhia e de suas controladas, e (ii) os empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas (“Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas, sem prejuízo da eventual contratação de seguro específico em favor de tais Beneficiários.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não prestou compromisso e/ou celebrou contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenes os Beneficiários por eventuais danos ou prejuízos efetivamente sofridos por estes por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	30/04/2021
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	58,60% das ações ordinárias.

Data	29/04/2021
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	57,90% das ações ordinárias.

Data	24/11/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,00% das ações ordinárias.

Data	27/10/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,00% das ações ordinárias.

Data	19/10/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,00% das ações ordinárias e 100,00% das ações preferenciais.

Data	14/10/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,00% das ações ordinárias e 100,00% das ações preferenciais.

Data	22/04/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,14% das ações ordinárias e 74,98% das ações preferenciais.

Data	20/01/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	95,24% das ações ordinárias e 74,98% das ações preferenciais.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Data	28/11/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 71,45% das ações preferenciais.

Data	17/09/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,29% das ações ordinárias e 71,45% das ações preferenciais

Data	12/08/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,29% das ações ordinárias e 69,10% das ações preferenciais

Data	29/04/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 75,19% das ações preferenciais.

Data	07/02/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 75,19% das ações preferenciais.

Divulgação de cargos dos membros do Conselho de Administração

Para informações sobre os cargos de administração ocupados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia em outras entidades vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração	Total de Reuniões Realizadas no último exercício social pelo respectivo órgão desde a posse do membro do conselho	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Miguel Abuhab	9	100%
David Abuhab	9	100%
José Rogério Luiz	9	100%
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes	8	89%
Marcos Guimarães Grasso	9	100%

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e fiscalizadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) a transparência; (ii) a equidade; (iii) a prestação de contas (*accountability*); e (iv) a responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, pode ser entendido que a administração da Companhia deve informar não apenas o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também os demais fatores (mesmo que intangíveis) em que é baseada a ação empresarial. Por equidade é possível entender o tratamento justo e igualitário dos grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores e/ou credores. O princípio do *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a aqueles que os elegeram. Ademais, o princípio da responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e das operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em consonância com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- não vinculação de exercício de direito de voto de administradores ou membros dos órgãos de fiscalização e controle;
- não adoção de cláusulas pétreas no Estatuto Social;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- não cumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração;
- adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária e Política de Transações com Partes Relacionadas;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 - Brasil, Bolsa e Balcão S.A. (“B3”) estabeleceu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado. A instituição desses segmentos teve como objetivo estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e a adotar um nível de divulgação de informações adicional àquele exigido pelas leis. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam de maneira voluntária a

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações. Via de regra, essas normas ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso dos segmentos da B3, pois exige um mais alto grau de práticas de governança corporativa, impondo regras que visam a conceder transparência com relação às atividades e maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, além de outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado visando a ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia (“Política de Remuneração”).

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração (“Conselho de Administração”), da Diretoria Estatutária (“Diretoria”) e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês”) (em conjunto, os “Administradores”), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) (“Conselho Fiscal”) da Companhia.

A Política de Remuneração tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia (“Assembleia Geral”), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (ri.neogrid.com) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

b. Composição da remuneração, indicando:

A remuneração global da Diretoria poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa (ii) remuneração variável; (iii) benefícios diretos e indiretos; (iv) benefícios pós-emprego; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (vi) remuneração baseada em ações; (vii) incentivos de longo prazo; e (viii) outros que o Conselho de

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Administração venha a determinar, sendo que os demais Administradores farão jus somente à remuneração fixa.

Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

Não são elementos da remuneração do Conselho de Administração: (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais <i>stakeholders</i> da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores fazem jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, convênio com farmácia, auxílio creche, seguro de responsabilidade civil (D&O), auxílio

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

	reembolso de medicamentos, estacionamento, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus diretores estatutários (<i>Stock Option Plan</i> ou SOP), cujo objetivo é aumentar a sinergia do time e fortalecer a cultura de protagonismo, colaboração e agilidade para a equipe, por meio dos valores de Responsabilidade, Excelência, Inovação e Simplicidade.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Diretoria Não Estatutária

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Diretoria Não Estatutária.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia está instalado.

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Comitês Estatutários instalados.

Comitês Não Estatutários - Comitê de Auditoria

Os membros dos Comitês Não Estatutários fazem jus somente à remuneração fixa.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2021 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	100%	92%	0%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	8%	0%	0%
TOTAL			100%		

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2020 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	0%	65%	0%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	35%	0%	0%
TOTAL			100%		

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2019 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	0%	65%	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%	35%	0%	0%
TOTAL	100%	0%	100%	0%	0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

Poderá haver membros do Conselho de Administração que também acumulem o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, e venham a contribuir no processo de determinação da remuneração dos Administradores. Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, os Conselheiros deverão abster-se de votar nas deliberações relativas a matérias com relação às quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Além disso, qualquer dos Conselheiros poderá alegar existência de conflito de interesses de outro

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

membro do Conselho de Administração, sendo certo que, em não havendo consenso com relação à existência do conflito, os demais conselheiros (exceto o agente e o paciente) votarão pela existência, ou não, do conflito, determinando, assim, a possibilidade ou não da participação de tal Conselheiro na discussão e deliberação acerca da respectiva matéria. O Regimento Interno do Conselho de Administração, adicionalmente, prevê que o Conselheiro que ocupar cargo de Diretoria da Companhia estará impedido de votar sobre a sua própria remuneração.

Para esta avaliação de cálculos e de reajuste serão consideradas como referência pesquisas de mercado vigentes e pertinentes, garantindo a melhor aderência para posicionamento estratégico do pacote de remuneração total oferecido, em relação ao mercado de atuação da Companhia. Esta medida contribui para que as alterações propostas sejam compatíveis com as práticas vigentes de mercado, evitando conflito de interesse na composição do pacote de remuneração dos administradores.

O Conselho de Administração poderá vincular a remuneração dos Administradores a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionados de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo, como por exemplo, através do aumento da receita recorrente mensal e anual, EBITDA, etc. A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais, considerando indicadores relativos à saúde financeira, penetração e cobertura de mercado, entrega de plataformas e produtos, etc.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração da administração da Companhia, sendo tal análise, realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administração considerando a análise de referências de mercado (*benchmarks*) de empresas do mesmo setor da Companhia para posições de complexidade similar, de acordo com a função, cenário macroeconômico e condições financeiras e patrimoniais da Companhia, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares:

- (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;
- (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e
- (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Diretores e membros dos Comitês de Auditoria Não Estatutário são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais, o que contempla avaliar a entrega dos indicadores anuais estabelecidos em função do planejamento estratégico, bem como a abordagem utilizada para entrega dos resultados, almejando o enquadramento cultural e aderência aos valores da Companhia.

Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do administrador que faça jus a tal remuneração, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em sistema de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais. Os principais indicadores de desempenho da própria Companhia considerados para fixação da remuneração variável consistem em (i) indicadores financeiros, tais como, por exemplo, a receita da Companhia e EBITDA. Os principais indicadores e critérios que sustentam as metas individuais consistem em (i) indicadores operacionais de produtividade e de sustentabilidade, tais como, NPS, volume de vendas junto aos parceiros e clientes e geração de receitas, a depender da esfera de competência do administrador ou atribuição do cargo de cada colaborador, e (ii) alinhamento à cultura da Companhia, sendo que tal alinhamento é avaliado de forma subjetiva por meio da verificação da aderência do administrador ou colaborador aos valores da Companhia.

Com relação aos indicadores anuais estabelecidos em função do planejamento estratégico, os parâmetros utilizados pela Companhia foram:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

- EBITDA, com meta de 17% de margem e resultado de 17% de margem;
- Receita Mensal Recorrente (MRR) Consolidada com meta de R\$12,1 milhões e resultado de R\$11,8 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

- EBITDA, com meta de 22% de margem e resultado de 23,8% de margem;
- Receita Mensal Recorrente (MRR) Consolidada com meta de R\$15,8 milhões e resultado de R\$18,0 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

- EBITDA, com meta de 26% de margem e resultado de 22,3% de margem;
- Receita Operacional Líquida - Orgânica (ROL) Consolidada com meta de 10% e resultado de 11,3%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Com relação ao alinhamento à cultura e aderência aos valores da Companhia, os parâmetros e metodologias utilizadas nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 consideravam as competências humanas, quais sejam: flexibilidade, aprendizagem contínua, comunicação eficaz, trabalho em equipe, domínio do negócio e foco em resultados. Além disso, avalia competências de liderança como: resiliência, sensibilidade intercultural, desenvolvimento de pessoas, visão estratégica, construção e manutenção de relacionamento.

No âmbito das metodologias de avaliação acima indicadas, a escala de avaliação considerava os seguintes critérios:

- (i) Não demonstra
- (ii) Demonstra Pouco
- (iii) Demonstra
- (iv) Demonstra muito
- (v) É referência

Para o exercício social de 2022 estão sendo utilizadas metodologias de avaliação de desempenho, reforçando, além da avaliação quantitativa definida usualmente em termos de EBITDA e receita operacional líquida, a parcela qualitativa, com relação a aderência do executivo aos comportamentos que representam a prática dos novos valores da Companhia. Para o exercício social corrente, tais valores passaram a ser: Responsabilidade, Excelência, Inovação e Simplicidade, tendo sido definidos no projeto de atualização cultural concluído em dezembro de 2019 e implementado em 2020. A escala de avaliação considera os seguintes critérios: (i) não demonstra, (ii) demonstra pouco, (iii) demonstra, e (iv) demonstra muito, é (v) referência. O processo é dividido em autoavaliação e avaliação pela liderança imediata que, com o apoio da área de Gente & Gestão, adequa e calibra a avaliação qualitativa com o apoio de outros membros, quando aplicável, como consultores de carreira e membros do conselho.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A Remuneração Fixa poderá ser revista, anualmente, a critério do Conselho de Administração apenas com relação à remuneração fixa dos membros da Diretoria, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

A Remuneração Variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da Companhia e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade às atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos administradores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da Companhia e dos administradores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Remuneração, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

As datas para exercício das opções de compra de ações outorgadas aos colaboradores da Companhia, conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, serão adiantadas, podendo o seu beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que houver troca de controle do capital social da Companhia e desde que o beneficiário ainda tenha vínculo contratual com a Companhia e com suas sociedades controladas

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características, além de avaliações de condições de remuneração de mercado, incluindo empresas do setor e empresas de mesmo porte.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de outubro de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado.

A Política de Remuneração será revista anualmente e, a critério do Conselho de Administração, será ajustada de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.389.260,00	5.019.168,00	365.712,12	7.774.140,12
Benefícios direto e indireto	0,00	626.400,00	0,00	626.400,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/ANUAL/2022 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/ANUAL/2022 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/ANUAL/2022 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.265.584,00	0,00	3.265.584,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/ANUAL/2022 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/ANUAL/2022 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/ANUAL/2022 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL/2022. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	2.389.260,00	8.911.152,00	365.712,12	11.666.124,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,75	2,00	13,75
Nº de membros remunerados	5,00	6,75	2,00	13,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.119.260,00	4.450.557,00	243.808,08	6.813.625,08
Benefícios direto e indireto	0,00	643.068,40	0,00	643.068,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	367.163,13	0,00	367.163,13
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros foi apurado da forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021.	
Total da remuneração	2.119.260,00	5.460.788,53	243.808,08	7.823.856,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	5,42	0,00	8,92
Nº de membros remunerados	3,50	5,42	0,00	8,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	691.746,00	4.578.820,89	0,00	5.270.566,89
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.154.836,80	0,00	1.154.836,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.390.074,00	0,00	4.390.074,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020 A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	691.746,00	10.123.731,69	0,00	10.815.477,69

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	5,30	0,00	8,80
Nº de membros remunerados	3,50	5,30	0,00	8,80
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	450.100,00	3.187.630,32	0,00	3.637.730,32
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.743.815,16	0,00	1.743.815,16
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020 A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020 A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	450.100,00	4.931.445,48	0,00	5.381.545,48

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 – Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

Dados do exercício Social previsto para 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7	3	15
Nº de membros remunerados	5	7	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ -
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 3.265.584,00	R\$ 0,00	R\$ 3.265.584,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 3.265.584,00	R\$ 0,00	R\$ 3.265.584,00

Dados do exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7	0,0	12
Nº de membros remunerados	5	7	0,0	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 2.427.256,00	R\$ 0,00	R\$ 2.427.256,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 2.427.256,00	R\$ 0,00	R\$ 2.427.256,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	R\$ 367.163,13	R\$ 0,00	R\$ 367.163,13

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Dados do exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,5	5,42	0,0	8,92
Nº de membros remunerados	3,5	5,42	0,0	8,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 2.150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.150.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 2.150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.150.000,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	R\$ 1.154.836,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Dados do exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,5	5,3	0,0	8,8
Nº de membros remunerados	3,5	5,3	0,0	8,8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 1.743.815,16	R\$ 0,00	R\$ 1.743.815,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	R\$ 1.743.815,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Até o final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de janeiro de 2020 (“Plano”).

A partir de 2022, um novo plano será submetido para aprovação em AGO e então, substituirá o plano anterior, descrito nos termos abaixo.

São elegíveis ao Plano os diretores e principais executivos da Companhia, incluindo colaboradores que façam parte do plano de sucessão de liderança e/ou que tenham alcançado uma avaliação de desempenho satisfatória nos últimos 2 ciclos, conforme prática de avaliação de desempenho estabelecida pela Companhia (“Beneficiário”).

As outorgas do direito ao recebimento de ações são realizadas mediante a celebração de instrumentos particulares de opção de aquisição de ações celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, por meio dos quais a Companhia outorga uma opção de aquisição de ações ao Beneficiário (“Contrato de Outorga”). Os Contratos de Outorga preveem, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade de ações a que o Beneficiário terá direito no âmbito do respectivo Contrato de Outorga; (ii) os termos e condições para a aquisição dessas Ações; e (iii) determinadas obrigações decorrentes da aquisição de ações pelo Beneficiário.

O Plano previa, originalmente, apenas a possibilidade de outorga de opções para aquisição de ações preferenciais da Companhia, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal. Em 19 de outubro de 2020, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada (i) a outorga de opções para aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito do Plano; (ii) o aditamento aos Contratos de Outorga já celebrados para prever, dentre outros, (a) a possibilidade de entrega ao Beneficiário de ações ordinárias de emissão da Companhia, e (b) o término, em caso de liquidação de oferta pública inicial de ações ordinária pela Companhia, de determinadas disposições do Contrato de Outorga que continham obrigações impostas aos Beneficiários em razão da aquisição de ações; e (iii) a celebração de novos Contratos de Outorga.

Em razão da celebração dos novos Contratos de Outorga, em 19 de outubro de 2020, foram outorgadas 1.800.000 opções no âmbito do Plano. Até a data deste Formulário de Referência, 8.859.327 opções foram outorgadas para os Beneficiários. Após as outorgas, um dos Beneficiários titular de opções correspondentes a 53.888 ações solicitou o seu desligamento da Companhia e, portanto, perdeu o direito de exercer tal opção de compra.

Até a data deste Formulário de Referência, foram exercidas opções de ações correspondentes a 7.005.439 ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para todos os fins, o exercício das opções por determinados beneficiários ocorreu em 30 de outubro de 2020.

Não obstante, a administração da Companhia, visando o contínuo aperfeiçoamento de suas práticas, incluindo (i) a convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

criação de valor sustentável no longo prazo; (ii) a retenção dos principais talentos e líderes da Companhia no longo prazo; e (iii) o alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração de executivos, está avaliando a aprovação de um novo plano de outorga de opções de compra de ações da Companhia.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de aquisição de ações aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (iii) atrair e estimular a permanência e desenvolvimento dos administradores, empregados e prestadores de serviço na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano confere aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia, o que a Companhia acredita que criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. O fato de os Beneficiários terem a possibilidade de permanecerem vinculados à Companhia também como acionistas incentiva a criação de valor, além de fazer com que os Beneficiários compartilhem riscos e ganhos de forma equitativa.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano garante o alinhamento entre os objetivos dos Beneficiários com os da Companhia no longo prazo, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia, a retenção de talentos, além de estar em linha com as práticas de remuneração do mercado, considerando os *players* similares à Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano prevê um diferimento da premiação ao longo do tempo, conforme permanência dos Beneficiários na Companhia. Por meio do Plano, a Companhia busca estimular a melhoria na gestão e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, o Plano visa possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previsto no Plano.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 (oito milhões e novecentas e oitenta e um mil e trezentas e trinta) ações. Na data deste Formulário de Referência, restavam 122.003 ações a serem outorgadas no âmbito do Plano.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Observado o limite no item “f” acima, o número de ações a que cada Beneficiário terá direito no

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

âmbito do Plano será definido pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários.

h. Condições de aquisição de ações

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Programas e respectivos Contratos de Outorga, o Beneficiário poderá exercer a opção de compra das ações desde que mantenha seu vínculo com a Companhia, suas controladas ou coligadas.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço para o exercício da opção é estabelecido nos Contratos de Outorga e equivale ao valor patrimonial das ações da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior à data do exercício da opção. Considera-se valor patrimonial da ação a divisão do valor do patrimônio líquido auditado da Companhia pelo número total de ações emitidas pela Companhia.

A Companhia deverá informar aos Beneficiários, até o dia 15 de março de cada exercício, o valor patrimonial das ações da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo de exercício são estabelecidos nos Contratos de Outorga, sendo que os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024.

Tendo em vista que as opções não são cumulativas, caso o Beneficiário não exerça a opção em um determinado ano, perderá o direito de aquisição de tais ações.

Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia.

k. Forma de liquidação

O preço de aquisição das ações deverá ser pago pelo Beneficiário à Companhia em três parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira da data de aquisição de tais ações e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Não obstante o acima disposto, em caso de antecipação das opções em razão do início do processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme indicado no item “j” acima, o preço de aquisição deverá ser pago à Companhia em até 15 dias contados da liquidação oferta pública inicial de ações da Companhia.

l. Restrições à transferência das ações

Conforme estabelecido em alguns dos Contratos de Outorga, o Beneficiário não poderá transferir

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

a qualquer título, quaisquer ações adquiridas no âmbito do Plano ou direitos de preferência na subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações pelo prazo de até três anos contados da data de aquisição das ações, observado o seguinte cronograma de liberação:

1/3 (um terço) das ações será liberado após 12 meses contados da data de aquisição das ações;

1/3 (um terço) das ações será liberado após 24 meses contados da data de aquisição das ações; e

1/3 (um terço) das ações será liberado após 36 meses contados da data de aquisição das ações.

Na hipótese de o controlador da Companhia alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, o Beneficiário ficará também autorizado a alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, na mesma proporção das ações alienadas pelo Controlador, ficando tais Ações liberadas restrição acima prevista.

Os demais Contratos de Outorga não preveem restrições à alienação de ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista nos Contratos de Outorga, as opções outorgadas nos termos do Plano serão extintas nos seguintes casos (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção; (iii) mediante o distrato do Contrato de Outorga; ou (iv) nas hipóteses previstas no item “n” abaixo.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso a Companhia requeira o término do vínculo do Beneficiário com a Companhia e/ou com quaisquer de suas coligadas ou controladas por qualquer motivo que não se caracterize como justa causa, nos termos do Contrato de Outorga, ou no caso de morte e/ou invalidez permanente do Beneficiário, a totalidade das ações será imediatamente liberada da restrição prevista no item “l” acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 – Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de administração e da Diretoria estatutária

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais jus à remuneração baseada em ações e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações nos últimos três exercícios sociais.

Previsão para o Exercício Social Corrente – Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	7
Nº de membros remunerados	0,00	7
<i>Data de outorga</i>	N/A	20.01.2020
<i>Quantidade de opções outorgadas</i>	N/A	6.107.303
<i>Prazo para que as opções se tornem exercíveis</i>	N/A	31.03.2021 ⁽¹⁾ 31.03.2022 ⁽¹⁾ 31.03.2023 ⁽¹⁾ 31.03.2024 ⁽¹⁾
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>	N/A	31.03.2024
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>	N/A	3 anos (1/3 a cada ano) ⁽²⁾
<i>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</i>		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 0	R\$ 0,7188
Perdidas durante o exercício social	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	6.107.303(3)
Expiradas durante o exercício social	0	0
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 0	R\$4.390.074
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	3,73% ⁽⁴⁾

(1) os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia. Em 30 de outubro de 2020, nos termos do item (i) acima, as datas das opções outorgadas aos Diretores foram antecipadas e estes exerceram integralmente as opções descritas acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

- (2) Na hipótese de o controlador da Companhia alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, o Beneficiário ficará também autorizado a alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, na mesma proporção das ações alienadas pelo Controlador, ficando tais Ações liberadas restrição acima prevista. Alguns Contratos de Outorga não possuem essa restrição.
- (3) Tais opções foram integralmente exercidas pela diretoria estatutária da Companhia em 30 de outubro de 2020.
- (4) Caso a Companhia utilize as ações que possui em tesouraria para entrega aos Beneficiários que exerçerem as opções de compra, a diluição será zero.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, tendo em vista que não havia opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria estatutária da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária

Até o exercício social corrente:

Opções exercidas em 30 de outubro de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	5,42
Nº de membros remunerados	-	5,42
Opções exercidas	-	6.107.303
Número de ações	-	6.107.303
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$0,7188
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	Não aplicável
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	6.107.303
Preço médio ponderado de aquisição	-	0,815317
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	Não aplicável

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

O nosso modelo utilizado para precificação das opções outorgadas a seus administradores é o modelo Black & Scholes, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (*drift*) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não foram outorgadas opções nos 3 últimos exercícios sociais. As informações abaixo são relativas às opções outorgadas no exercício social de 2020.

- a) Preço médio ponderado das ações: R\$ 0,7188 (valor justo dividido pela quantidade de ações outorgadas);
- b) Preço de exercício: Valor patrimonial por ação da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior à data do exercício da Opção;
- c) Volatilidade esperada: 97,8%;
- d) Prazo da vida útil da opção:

Os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia.

- e) Dividendo esperado: 0;
- f) Taxa de juros livre de risco: Taxa DI futura do período de exercício de cada opção.

	Data	DI Futuro
	31/03/2021	2,19%
Plano 1	31/03/2022	3,42%
	31/03/2023	4,88%
	31/03/2024	5,42%

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Alguns Contratos de Outorga previram ainda que as datas das opções poderiam ser antecipadas, permitindo que o Beneficiário as exercer de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia.

Para as opções, a Companhia mensura o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante a aplicação do modelo Black & Scholes de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência das opções. O modelo Black & Scholes considera em seu racional matemático as seguintes premissas: preço de compra da opção, preço de venda da opção, preço da ação no momento atual, preço do exercício, taxa de juros livre de risco, tempo para vencimento da opção (expresso em anos) e volatilidade do preço da ação. Exceto se de outra forma determinado nos respectivos contratos de opções, qualquer opção apenas poderá ser exercida na exata extensão em que o direito a exercício for adquirido.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada é calculada por meio da variação do EBITDA trimestral.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 – Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupado por órgão

Sociedade/Companhia	Número de Ações/Quotas em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.	0	Ordinárias 396.330 Preferenciais 716.324	0
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I	123.524	0	0
NEOGRID INFORMÁTIC LTDA.	1	0	0

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	6,75	5,42	5,30	5,00	3,50	3,50	3,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,75	5,42	5,30	5,00	3,00	3,00	3,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.325.308,00	1.574.000,00	1.500.000,00	889.260,00	450.100,00	450.100,00	81.269,36	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	532.125,00	594.000,00	682.200,00	240.000,00	0,00	0,00	81.269,36	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	747.279,83	1.238.401,97	930.461,41	423.852,00	128.600,00	128.600,00	81.269,36	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2022. A menor remuneração de cada órgão foi percebida considerando a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.

Conselho de Administração	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2022. A menor remuneração de cada órgão foi percebida considerando a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.
Conselho Fiscal	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2022. A menor remuneração de cada órgão foi percebida considerando a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, sem qualquer exclusão. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2022 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	5	7	3
Número de membros – parte relacionada aos controladores	1,00	1,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 2.389.260,00	R\$ 8.911.152,00	R\$ 365.712,12
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	R\$ 741.600,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	8,32%	0,00%
Exercício de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	5	6,75	3
Número de membros – parte relacionada aos controladores	1,00	1,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 2.119.260,00	R\$ 5.411.302,00	R\$ 243.808,08
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	R\$ 736.200,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	13,60%	0,00%
Exercício de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3,5	5,42	0,00
Número de membros – parte relacionada aos controladores	1,00	1,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 450.100,00	R\$ 6.712.138,70	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	R\$ 720000	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	10,73%	0,00%

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**Exercício de 2019**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3,5	5,3	0,00
Número de membros – parte relacionada aos controladores	2,00	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 450.100,00	R\$ 7.001.445,48	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	R\$ 1.320.000,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	18,85%	0,00%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Órgão	2022
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	N/A

Órgão	2021
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	N/A

Órgão	2020
Conselho de Administração	R\$ 424.053,00
Diretoria Estatutária	R\$ 720.000,00
Conselho Fiscal	N/A

Órgão	2019
Conselho de Administração	R\$ 424.053,00
Diretoria Estatutária	R\$ 653.306,30
Conselho Fiscal	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019 não fizeram jus à remuneração reconhecidas no resultado de controladas da Companhia, seus controladores diretos e indiretos e sociedades sob controle comum, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 – Outras informações que a Companhia julgue relevantes

No item 13.2 deste Formulário de Referência foi informado o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/ANUAL-2022, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Para 2022

Meses	Nº de membros
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Total	84
Média (Total/Nº de meses)	7

Para 2021

Meses	Nº de membros
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Total	81
Média (Total/Nº de meses)	6,75

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	4
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Total	65
Média (Total/Nº de meses)	5,42

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	7
Fevereiro	6
Março	6
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	64
Média (Total/Nº de meses)	5,3

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Conselho de Administração

Para 2022:

Meses	Nº de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60
Média (Total/Nº de meses)	5

Para 2021:

Meses	Nº de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60
Média (Total/Nº de meses)	5

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	42
Média (Total/Nº de meses)	3,5

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	3
Dezembro	3
Total	43
Média (Total/Nº de meses)	3,5

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Conselho Fiscal

Para 2022:

Meses	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	36
Média (Total/Nº de meses)	3

Para 2021:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 – Descrição dos recursos humanos

As informações prestadas nesta seção referem-se ao consolidado da Companhia e de suas controladas.

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Número Total de Empregados	732	721	756
Por atividade			
Pesquisa e Desenvolvimento/Área Técnica	178	178	175
Comercial/Vendas	84	97	141
<i>Compliance</i> , controles internos e riscos corporativos	5	4	4
Auditoria Interna	1	-	-
Administrativo/Gestão/Operações	464	442	436
Por localização geográfica			
Brasil	712	702	711
Internacional	20	19	45

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Número Total de Terceirizados	13	9	21
Por atividade			
Limpeza	4	4	7
Outras atividades	9	5	14
Por localização geográfica			
Joinville	10	3	8
São Paulo	2	3	7
Porto Alegre	1	3	6

c. Índice de rotatividade

A rotatividade de colaboradores (*turnover*), no contexto de Recursos Humanos, refere-se à relação entre admissões e demissões ou à taxa de substituição de empregados antigos por novos. O *turnover* é considerado um importante indicador da saúde organizacional e deve ser controlado de modo a manter o capital intelectual da empresa e evitar grandes impactos sobre as despesas administrativas com recrutamento, seleção e treinamento. O cálculo é realizado dividindo a média anual do total de admissões e desligamentos pela quantidade de colaboradores do final do exercício imediatamente anterior. O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade da

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

2021 – 31/12/2021			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	732	248	33,8%
2020 – 31/12/2020			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	721	193	26,7%
2019 – 31/12/2019			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	756	282	37,3%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 – Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve nenhuma alteração relevante no quadro de colaboradores da Companhia (incluindo suas controladas) constante do item 14.1 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

Por meio de pesquisas realizadas anualmente sobre as práticas de remuneração do mercado, a Companhia mantém a competitividade da remuneração de seus colaboradores, sendo seus respectivos salários corrigidos anualmente por meio de acordos sindicais, os quais, são, de forma geral, baseados nos índices de inflação. Apesar disso, podem ser concedidos reajustes salariais esporádicos, baseados na avaliação de desempenho, potencial de desenvolvimento e engajamento do colaborador.

Com relação à remuneração variável, a Companhia possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações. Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

b. Política de benefícios

A prática de remuneração da Companhia contempla conjunto de benefícios competitivo, oferecido aos colaboradores com o objetivo de atrair, motivar e reter talentos:

Benefícios Não Reembolsáveis

1. Assistência Médica.
2. Assistência Odontológica
3. Seguro de Vida.
4. Vale Alimentação.
5. Vale transporte
6. *Home office*
7. Horário Flexível
8. *Day-off*

Benefícios Reembolsáveis:

9. Transporte Fretado
10. Bolsa Educação e Bolsa Idiomas
11. Estacionamento
12. Auxílio Medicamento
13. Campanha Vacinação contra Gripe

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária em 20 de janeiro de 2020 (“Plano”). Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 – Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados pelo sindicato (i) SindPD – Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo, (ii) Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Informática e Similares de Joinville e Região; e (iii) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e sindicatos que os representam. A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho definidas e, na hipótese de discordância legal, busca o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. A Companhia procura se abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente.

Não houve paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 14.1 a 14.4 deste Formulário de Referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
1.926.891	0,807	0	0,000	1.926.891	0,807
David Abuhab					
040.324.319-06	Brasileira	Não	Não	15/12/2020	
721.090	0,302	0	0,000	721.090	0,302
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Miguel Abuhab					
019.372.279-87		Não	Sim	07/12/2021	
1.256.500	0,526	0	0,000	1.256.500	0,526
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
112.120.754	46,742	0	0,000	112.120.754	46,742

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Robson Alessandro Munhoz					
127.945.608-67	Brasileira	Não	Não	15/12/2020	
1.068.759	0,686	0	0,000	1.068.759	0,686
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
238.662.330	100,000	0	0,000	238.662.330	100,000
ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIM. EM PARTICIP. MULTIESTRATÉGIA					
33.701.229/0001-02	Brasileira	Não	Sim	18/12/2020	
121.568.336	50,937	0	0,000	121.568.336	50,937
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIM. EM PARTICIP. MULTIESTRATÉGIA					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
251.250	100,000	0	0,000	251.250	100,000
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I					
15.505.231/0001-24	Brasileira	Não	Sim	31/08/2020	
251.250	100,000	0	0,000	251.250	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Alidor Lueders					
114.466.179-04	Brasileira	Não	Não	08/12/2020	
200	0,077	0	0,000	200	0,077
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
David Abuhab					
040.324.319-06	Brasileira	Não	Não	20/06/2017	
58.342	22,531	0	0,000	58.342	22,531
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
DEBORAH ABUHAB					
040.324.279-76	Brasileira	Não	Não	20/06/2017	
58.342	22,531	0	0,000	58.342	22,531
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I					15.505.231/0001-24
ISAAC ABUHAB					
083.185.729-39	Brasileira	Não	Não	20/06/2017	
58.342	22,531	0	0,000	58.342	22,531
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Miguel Abuhab					
019.372.279-87	Brasileira	Não	Sim	21/08/2020	
83.720	32,330	0	0,000	83.720	32,330
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
258.946	100,000	0	0,000	258.946	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física	65.857
Quantidade acionistas pessoa jurídica	356
Quantidade investidores institucionais	54

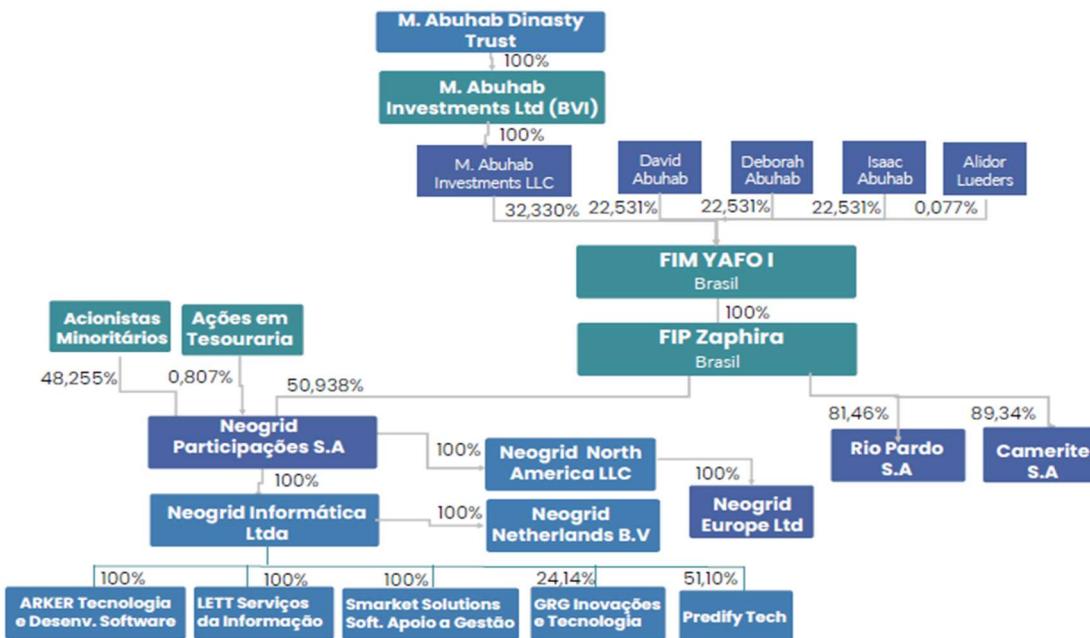
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	102.307.839	42,867%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	102.307.839	42,867%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico da Companhia



*A sociedade M. Abuhab Participações S.A. que consta das Notas Explicativas nº 26 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não é controlada ou subsidiária da Companhia e, portanto, tal sociedade não foi incluída no organograma acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm**15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente não houve aquisições ou alienações relevantes, conforme definidas no artigo 12 da Resolução CVM nº 44/21, nas participações dos membros do grupo de controle e dos administradores da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7 – Principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia, incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes

Abaixo seguem as principais operações societárias ocorridas na Companhia de 2019 a 31 de dezembro de 2021:

Exercício Social	2021
a) Evento	Aquisição da Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão S.A. (“Smarket”) em 22 de março de 2021, pela controlada direta Neogrid Informática Ltda.
b) Principais condições do negócio	<p>Em 22 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre a Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão S.A.. (“Smarket”), a Neogrid Informática, e os detentores do capital social da Smarket, por meio do qual a Neogrid Informática adquiriu 100% das ações da Smarket, além dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida.</p> <p>O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 8.500 efetuado no dia 23 de abril de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, limitada ao mesmo valor da primeira e (iii) pagamento de até R\$ 10.000 a título de Earn Out observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2023.</p> <p>A Administração considerou que o valor a ser contabilizado como melhor estimativa do valor justo da obrigação é de R\$ 23.970 (R\$ 16.692 fixo + R\$ 7.278 Earn Out), sendo R\$ 8.500 no curto prazo (parcela fixa) e R\$ 15.470 no longo prazo (R\$ 8.192 fixo + R\$ 7.278 Earn Out). Eventuais variações do valor efetivamente pago de Earn Out serão apropriadas diretamente contra o resultado do período em que for identificada a divergência.</p>
c) Sociedades envolvidas	Neogrid Informática Ltda e Smarket Solutions Software de Apoio a Gestão S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	O quadro societário da Companhia não foi alterado em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não Aplicável, em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Exercício Social	2021
a) Evento	Aquisição de 24,14% de participação na GRG Inovações e Tecnologia S.A. (“Horus”) em 19 de julho de 2021, pela controlada direta Neogrid Informática Ltda.
b) Principais condições do negócio	Em 19 de julho de 2021, foi celebrado o Contrato de Subscrição de Ações e de Compra e Venda e Outras Avenças entre a GRG Inovações e Tecnologia S.A. (“Horus”), a Neogrid Informática, e os detentores do capital social da Horus, por meio do qual a Neogrid adquiriu 24,14% das ações da Horus, além das opções de compra de participação societária para deter 51% e 100%, com vencimentos em 18 e 30 meses, respectivamente, contados a partir da Operação.
c) Sociedades envolvidas	Neogrid Informática Ltda e GRG Inovações e Tecnologia S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	O quadro societário da Companhia não foi alterado em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação Não Aplicável, em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.	
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Exercício Social	2021
a) Evento	Aquisição da Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda. (“Arker”) em 16 de setembro de 2021, pela controlada direta Neogrid Informática Ltda.
b) Principais condições do negócio	<p>Em 16 de setembro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda. (“Arker”), a Neogrid Informática, e os detentores do capital social da Arker, por meio do qual a Neogrid Informática adquiriu 100% das ações da Arker, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida</p> <p>O preço da aquisição envolve: (i) o pagamento de R\$ 20.000 efetuado no dia 16 de setembro de 2021 (data do fechamento); (ii) parcela adicional findo o período de 360 dias a partir da data do fechamento, no valor de R\$ 5.558 e (iii) pagamento de até R\$ 32.100 a título de Earn Out observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2025.</p> <p>A Administração considerou que o valor a ser contabilizado como melhor estimativa do valor justo da obrigação é de R\$ 47.279 (R\$ 23.413 fixo + R\$ 23.866 Earn Out), sendo R\$ 23.413 (parcela fixa) e R\$ 6.320 (Earn Out) no curto prazo e R\$ 17.546 no longo prazo (Earn Out). Eventuais variações do valor efetivamente pago de Earn Out serão apropriadas diretamente contra o resultado do período em que for identificada a divergência.</p>
c) Sociedades envolvidas	Neogrid Informática Ltda e Arker Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	O quadro societário da Companhia não foi alterado em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação	<p>Não Aplicável, em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.</p>
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Exercício Social	2021
a) Evento	Aquisição da Lett Serviços de Informação S.A. (“Lett”) em 30 de setembro de 2021, pela controlada direta Neogrid Informática Ltda.
b) Principais condições do negócio	<p>Em 30 de setembro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças entre a Lett Serviços de Informação S.A. (“Lett”), a Neogrid Informática, e os detentores do capital social da Lett, por meio do qual a Neogrid Informática adquiriu 100% das ações da Lett, bem como dos direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida</p> <p>O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia pelo exercício da opção de recompra estabelecida no Termo de Transação Referente aos Contratos de Mútuo Conversíveis em Participação e Outras Avenças celebrado entre a Lett e a Neogrid na data de 24 de dezembro de 2020; (ii) o pagamento de R\$ 20.865 a ser efetuado na Data do Fechamento; (iii) parcelas adicionais de R\$ 5.188 em 90 (noventa) dias contados de 31 de outubro de 2021, R\$ 5.583 a ser pago no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data do Fechamento e R\$ 5.583 a ser paga no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data do pagamento da Terceira Parcela, e; (iv) pagamento de até R\$ 33.150 a título de Earn Out observando disposições contratuais, sendo que os pagamentos serão feitos de forma parcelada entre 2021 e 2024.</p> <p>A Administração considerou que o valor a ser contabilizado como melhor estimativa do valor justo da obrigação por aquisição de investimento em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 58.893 (R\$ 33.384 fixo + R\$ 25.509 Earn Out), sendo R\$ 25.448 (parcela fixa) e R\$ 8.275 (Earn Out) no curto prazo e R\$ 7.936 (parcela fixa) e R\$ 17.234 (Earn Out) no longo prazo. Eventuais variações do valor efetivamente pago de Earn Out serão apropriadas diretamente contra o resultado do período em que for identificada a divergência.</p>
c) Sociedades envolvidas	Neogrid Informática Ltda e Lett Serviços de Informação S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	O quadro societário da Companhia não foi alterado em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não Aplicável, em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Exercício Social	2021
a) Evento	Aquisição de 51,1% de participação na Predify Tech Ltda. (“Predify”) em 14 de dezembro de 2021, pela controlada direta Neogrid Informática Ltda.
b) Principais condições do negócio	<p>Em 14 de dezembro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações e Outras Avenças entre a Predify Tech Ltda. (“Predify”), a Neogrid Informática, e os detentores do capital social da Predify, por meio do qual a Neogrid Informática adquiriu 51,1% das ações da Predify, bem como os direitos de subscrição ou opção de compra de quotas dos investidores da empresa adquirida.</p> <p>O preço da aquisição envolve: (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 1.250 e; (ii) o pagamento de R\$ 3.100 a ser efetuado na Data do Fechamento.</p>
c) Sociedades envolvidas	Neogrid Informática Ltda e Predify Tech Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	O quadro societário da Companhia não foi alterado em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação	<p>Não Aplicável, em função da referida aquisição ter sido realizada pela sua controlada direta Neogrid Informática Ltda.</p>
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Todas as informações relevantes foram descritas nos itens 15.1 a 15.7 deste Formulário de Referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 – Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

As atuais regras e práticas da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem a legislação tributária vigente e os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

Deve ser observado o Código da Conduta e a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia (“Política de Transações com Partes Relacionadas”), no que se refere à contratação direta e indireta de parentes de administradores, gestores e colaboradores.

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

No curso regular dos negócios da Companhia, são contratadas operações com partes relacionadas em condições que observem a legislação tributária vigente e os preços e condições de mercado, conforme dados constantes do item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras de governança, para afastar favorecimentos de sociedades do mesmo grupo da Companhia ou de seus controladores.

Em 19 de outubro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual estabelece que a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, as operações sejam contratadas em condições de mercado, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas (“Condições de Mercado”).

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e a auditoria independente, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que (i) se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, e (ii) as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

De acordo com o Pronunciamento Técnico, as transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação”. São exemplos de transações com partes relacionadas: (a) compras e vendas de produtos e serviços; (b) contratos de empréstimos ou adiantamentos; (c) contratos de agenciamento ou licenciamento; (d) avais, fianças e quaisquer outras formas de garantias; (e) transferência de pesquisa, tecnologia e outros recursos intelectuais; (f) compartilhamento de infraestrutura ou estrutura; e (g) patrocínios e doações, dentre outros.

Os contratos entre partes relacionadas deverão detalhar as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e neste Formulário de Referência, bem como divulgadas nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neogrid.com).

Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, ver item 12.12 deste Formulário de Referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CAMERITE SISTEMAS S.A. (CAM)	01/04/2015	20.051,76	R\$0,00 (em 31 de dezembro de 2021)	Não se aplica	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada						
Objeto contrato	Serviços de "streaming e gravação dos últimos 60 (sessenta) dias na nuvem".						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Denúncia com aviso prévio de 30 (trinta) dias de antecedência, sem multa						
Natureza e razão para a operação	Transmissão e armazenamento de imagens nas dependências da empresa em Porto Alegre, Joinville e São Paulo, com o objetivo de monitorar as áreas comuns da empresa.						
M.ABUHAB PARTICIPAÇÕES S.A. (MAP)	01/08/2007	956.389,08	R\$87.478,85	Não se aplica	31 de julho de 2024.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada						
Objeto contrato	Locação de sala comercial						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio de 6 (seis) meses						
Natureza e razão para a operação	Locação de 1200 m ² (mil e duzentos metros quadrados) (4º andar), sendo que tal área é utilizada para as atividades operacionais da Companhia.						
	Este contrato foi renovado em 01 de agosto de 2020.						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado e inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos. Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse eram apenas aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado e inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos. Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse eram apenas aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

A Companhia ressalta que, para celebração dos contratos listados no item 16.2 acima, não tomou medidas concretas para verificação do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado de tais operações e, portanto, não foram realizadas cotações de mercado, comparações com contratos similares firmados anteriormente pela Companhia com terceiros, ou elaborados laudos elaborados por terceiro independente.

Não obstante, a Companhia acredita que observou as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial, sem prejuízo dos limites impostos pelo seu estatuto social vigente à época e as demais disposições previstas em lei. Para tanto a Companhia levou em consideração, dentre outros, experiência, relevância no mercado e presença geográfica.

No entendimento da Companhia, os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

São apresentadas abaixo as medidas adotadas pela Companhia para mitigar os riscos em cada uma das transações.

(a) Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 1º de abril de 2015 entre a Camerite Sistema S.A. e a Neogrid Software S.A. (sendo a atual contratante a Neogrid Informática Ltda.): As condições desse contrato são de mercado e não indicam vantagem perante os outros prestadores de serviços. Para que essas condições fossem asseguradas, a Companhia realizou a avaliação sob o aspecto técnico de fornecimento dos serviços em tecnologia em nuvem, sem a necessidade da Companhia realizar custos de investimento e manutenção periódicas no sistema das câmeras de monitoramento de segurança interna. Não obstante, referido contrato estabelece obrigações mútuas entre as partes, comuns em quaisquer tipos de contratos de prestação de serviços, o que inclui: (i) cláusula penal em caso de descumprimento, por qualquer das partes contratantes, das obrigações que lhe são impostas, e (ii) de multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do contrato, atualizados monetariamente pelo índice de preços que melhor refletir a perda do poder aquisitivo da moeda em vigor no Brasil. A Companhia acredita que todas essas obrigações dispostas no contrato, assim como em qualquer contrato contratação de prestação de serviços, bem como a avaliação da administração, sobre o aspecto técnico de fornecimento, garantiram a comutatividade de condições e não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia e/ou suas subsidiárias ou quaisquer outras partes.

(b) Contrato de Locação de Módulos e Outras Avenças, celebrado entre M. Abuhab Participações S.A. e Neogrid Informática Ltda., em 1º de agosto de 2007, conforme renovado: As condições desse contrato são de mercado e não indicam vantagem perante os outros locadores. Para que essas condições fossem asseguradas, a Companhia realizou a avaliação do local sob aspectos estratégicos de localidade estando o mesmo situado em polo tecnológico ao lado de players nacionais e startups, segurança de acesso ao prédio, infraestrutura de TI preparada para receber empresas de tecnologia sem necessidade da Companhia realizar investimento significativos, e ainda, foi permitido dar o nome Neogrid ao prédio locado, atendendo a estratégia de *branding* e de marca empregadora. Referido contrato estabelece pagamento mensal pelo locatário, desde o início do contrato, reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Além de tais medidas, o Contrato tem sido objeto de aditamento para prever o reajuste do valor de aluguel acordado, de forma a reajustá-los às condições e preço de mercado atuais. Não obstante, conforme previsto no contrato, o locatário possui como obrigação arcar com todos os encargos de locação e as despesas dispendidas com a administração do imóvel. Em caso de não pagamento do valor do aluguel mensal, bem como dos encargos da locação ajustados no contrato, de modo a mitigar o risco de ausência de caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios inadequados, o locatário deverá pagar o aluguel mensal e encargos com os seguintes acréscimos decorrentes da mora: (i) correção monetária total das quantias em débito, calculada pela variação *pro rata die* da TR (Taxa Referencial) da data de seus respectivos vencimentos até a data de seus efetivos pagamentos; (ii) juros de mora de 1% (um inteiro por cento) ao mês ou fração; (iii) multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação; e (iv) honorários de advogado no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o total do débito, se houver cobrança judicial, purga judicial da mora ou intervenção do advogado para recebimento do débito. A Companhia acredita que todas essas obrigações dispostas no contrato, assim como em qualquer contrato contratação de prestação de serviços, garantem a comutatividade de condições.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 16.1 a 16.3 deste Formulário de Referência

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/12/2020	469.907.564,00	N/A	238.662.330	0	238.662.330
Tipo de capital	Capital Autorizado				
19/10/2020	800.000.000,00		0	0	0

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/12/2020	ARCA	15/12/2020	337,500,000.00	Subscrição pública	75,000,000	0	75,000,000	45.83000000	4.50	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado no processo de IPO da Companhia.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Naõ aplicável, tendo em vista que não houve reduções do capital social nos últimos 3 exercícios.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Na data deste Formulário de Referência, além das informações descritas nos itens 17.1 a 17.4 deste Formulário de Referência, a Companhia informa o quanto segue:

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

O plano é destinado aos diretores e principais executivos da Companhia e poderá incluir colaboradores que façam parte do plano de sucessão de liderança e/ou que tenham alcançado uma avaliação de desempenho satisfatória nos últimos 2 ciclos, conforme prática de avaliação de desempenho estabelecida pela Companhia (“Beneficiários”). Os critérios para fixação do prazo de exercício são estabelecidos nos respectivos instrumentos particulares de opção de aquisição preferencial das ações (“Contratos de Outorga”), sendo que os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Programas e respectivos Contratos de Outorga, o Beneficiário poderá exercer a opção de compra das ações desde que mantenha seu vínculo com a Companhia, suas controladas ou coligadas. Observados os termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga e considerando que as opções outorgadas não são cumulativas, caso o Beneficiário não exerça a opção em uma determinada data, perderá o direito de aquisição de tais ações. Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia. O preço de aquisição das ações deverá ser pago pelo Beneficiário à Companhia em três parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira da data de aquisição de tais ações e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Não obstante o acima disposto, em caso de antecipação das opções em razão do início do processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia, o preço de aquisição deverá ser pago à Companhia em até 15 dias contados da liquidação oferta pública inicial de ações da Companhia. O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano é de até 8.981.330 (oito milhões e novecentas e oitenta e um mil e trezentas e trinta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia.

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Do lucro líquido do exercício, apurado nos termos do Estatuto Social da Companhia, 5%, no mínimo, será destinado para a constituição da reserva legal, até que esta atinja valor equivalente a 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Do lucro que remanescer, ajustado pela destinação à reserva legal e pela eventual destinação à reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo Artigo 202 da De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral de acionistas.
	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, observada as exceções lá previstas, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado, a regulamentação vigente e o Estatuto Social, a realização de oferta pública de aquisição de ações é exigida nas hipóteses de alienação de controle, cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”) não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

No que se refere a obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, o Estatuto Social, em seu artigo 30, prevê que, em caso de alienação, direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, referida alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição (“OPA”) de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O estatuto social da Companhia não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos às estabelecidas na Lei das Sociedades por Ação, que prevê, em seu artigo 120, que a Assembleia Geral dos seus acionistas pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social, cessando a suspensão logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à suspensão. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial e não inferior a trinta dias.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social	31/12/2021					Volume financeiro negociado	Valor maior cotação	Valor menor cotação	Valor média cotação
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade
31/12/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.081.508,378	11,63	2,58 R\$ por Unidade	6,11

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real, em série única da Companhia.
Data de emissão	01/10/2019
Data de vencimento	01/10/2024
Quantidade	110.000
Unidade	
Valor total	110.000.000,00
Unidade	
Saldo Devedor em Aberto	76.491.657,86
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A oferta restrita foi destinada a investidores profissionais, considerando os investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, observado que os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor (“Instrução CVM 539” e “Investidores Profissionais”), para fins dos limites do plano de distribuição, previstos acima. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM 539, e após decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado facultativo integral das debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), a qualquer momento, a partir da Data de Emissão das Debêntures e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Escritura de Emissão. O valor a ser pago pela Companhia, aos Debenturistas, a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a Data de Pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão (“Saldo Devedor”) e do prêmio de resgate antecipado facultativo equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) flat sobre o Saldo Devedor. Para evitar quaisquer dúvidas, caso o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo ocorra em data que coincida com qualquer data de pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures e/ou da Remuneração, conforme previsto na Escritura, o prêmio de Resgate Antecipado Facultativo previsto acima não incidirá sobre o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures e/ou da Remuneração que já seria devido naquela data, desde que os pagamentos sejam devidamente realizados. Não será permitido o resgate facultativo parcial das Debêntures. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo serão resgatadas em uma única data e serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Prazo de vigência: 01/10/2024

Remuneração: As Debêntures fazem jus, a partir da data de integralização, a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com fórmula prevista na escritura de emissão.

Garantia Fidejussória: Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, Neogrid Informática Ltda., Neogrid Sowftare Ltda., Miguel Abuhab, David Abuhab, Deborah Abuhab (em conjunto, “Fiadores”) prestam fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. Os Fiadores renunciaram expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 130 e 794, do Código de Processo Civil.

Garantia Real: Em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento das obrigações garantidas previstas na Escritura de Emissão, (i) cessão fiduciária de direitos de crédito de titularidade da Neogrid Informática Ltda. em razão de conta vinculada, de movimentação restrita, de titularidade da referida empresa; e (ii) cessão fiduciária de Aplicações Financeiras de titularidade da Companhia, de modo que corresponda a no mínimo 27,30% do saldo devedor das Debêntures em Circulação (“Cessão Fiduciária”), nos termos do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária e Outras Avenças, a ser celebrado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Condições de vencimento antecipado: a Escritura de Emissão possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, sendo uma delas o descumprimento do Índice Financeiro descrito abaixo. Para mais informações, vide item 18.12 abaixo.

Restrições impostas à Companhia: Nos termos da Escritura de Emissão, a Companhia está sujeita a restrições relacionadas à distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, realização de operações societárias, entre outras.

Não aplicável.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão, a exclusivo critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. O não atendimento, durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro abaixo configurará um evento de vencimento não automático nos termos da Escritura de Emissão: Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x, sendo:

O índice financeiro será verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Até o momento a Companhia vem cumprindo com índice financeiro.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	18	1

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil. Especificamente as ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) “NGRD3”, na categoria de maior nível de governança, o “Novo Mercado”.

As debêntures de emissão da Companhia descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação na B3 – Segmento CETIP UTVM sob os códigos de negociação NGRD11.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

1^a Emissão de Debêntures

Em outubro de 2019, a Companhia realizou sua 1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, tendo emitido 110.000 (cento e dez mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“Debêntures”), no valor total de R\$110 milhões, sendo a data de emissão em 1º de outubro de 2019 e o vencimento final em 1º de outubro de 2024. Para mais informações sobre as Debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

1^a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Em 15 de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, compreendendo a distribuição: (i) primária de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia e (ii) secundária de 33.100.000 (trinta e três milhões e cem mil) de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, considerando o exercício integral da Opção de Ações do Lote Suplementar, realizada na República Federativa do Brasil com esforços de colocação das Ações no exterior, com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, ao preço de R\$4,50 por ação, perfazendo o total de R\$ 486.450.000,00 (quatro centros e oitenta e seis milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais).

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 1^a Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados por meio da 1^a (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, emsérie única, no valor total de R\$110 milhões, consistindo na emissão de 110.000 (cento e dez mil)debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“Debêntures”), emitidas em 1º de outubro de 2019, com vencimento final em 1º de outubro de 2024, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta”), foram destinados (i) ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática Ltda. (“Neogrid Informática”) em favor do Banco do Brasil S.A. e (ii) à antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera Sistemas Estratégicos S.A. (“Accera”) no âmbito da aquisição da Accera pela Neogrid Informática, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 25 de outubro de 2018, entre os antigos acionistas da Accera e a Neogrid Informática, dentreoutros.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas na escritura de emissão das Debêntures.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas na escritura de emissão das Debêntures.

1^a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Aproximadamente 20% dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de Ações, que ocorreu em 15 de dezembro de 2020, serão destinados para o crescimento orgânico por meio de Investimentos em P&D, Marketing e Vendas e aproximadamente 80% dos recursos líquidos provenientes da mesma oferta serão destinados para investimentos em crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições.

A Companhia monitora constantemente e de forma seletiva, oportunidades no seu setor de atuação e mantém constante análise de viabilidade de negócios, contudo não possui nenhuma negociação em estágio conclusivo e/ou com documentos vinculantes e não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas e nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

A Destinação de Recursos líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta Primária baseia-se em suas análises, perspectivas atuais, expectativas sobre eventos futuros e tendências, além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g. como resultado da pandemia COVID-19).

Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a Destinação de Recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua política de investimento, visando à preservação do seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável), por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**18.11 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde sua constituição.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 18.5 deste Formulário de Referência

1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia

(i) São hipóteses de vencimento antecipado automático:

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias devidas nos termos da Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data dos respectivos vencimentos;
- b. descumprimento da destinação de recursos determinada para as Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão;
- c. decretação de vencimento antecipado de quaisquer dívidas no mercado de capitais ou financeiro, das quais a Emissora ou qualquer Fiadora ou Garantidora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor unitário ou agregado, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- d. em caso de (1) decretação de falência da Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, (2) pedido de autofalência pela Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora; (3) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou Fiadoras não elidido ou rejeitado no prazo legal, (4) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora independentemente de deferimento ou homologação por juiz competente; ou (5) a dissolução ou liquidação da Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, exceto se em decorrência de uma reorganização societária permitida nos termos da Escritura de Emissão;
- e. transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade por ações para sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- f. questionamento, pela Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, da validade, exequibilidade ou eficácia da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia.

(ii) São hipóteses de vencimento antecipado não-automático:

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento de comunicação escritado referido descumprimento enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura/remediação específico na Escritura de Emissão;
- b. inadimplemento, desde que observados os eventuais prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, de qualquer dívida no mercado de capitais ou financeiro das quais a Emissora ou qualquer Fiadora ou Garantidora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor unitário ou agregado da dívida, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- c. alteração do Controle da Emissora e/ou de qualquer Fiadora Pessoa Jurídica por pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

comum, sendo “Controle” entendido, cumulativamente, como: (1) a titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora e o poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora; e (2) o uso efetivo do seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora;

- d. cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou Fiadoras Pessoas Jurídicas, sem a prévia autorização pelos Debenturistas, exceto se (1) não resultar em alteração de Controle da Emissora; ou (2) for realizada exclusivamente entre Emissora e/ou Fiadoras e/ou controladas da Emissora e/ou Fiadora; ou (3) for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- e. redução do capital social da Emissora exceto se previamente aprovado pela maioria dos debenturistas, reunidos em assembleia geral, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- f. protesto de títulos contra a Emissora e/ou Fiadoras e/ou a Garantidora cujo montante, individual ou agregado, ultrapasse R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), exceto se o referido protesto for decorrente de (1) erro ou má-fé de terceiros devidamente comprovado pela Emissora ou Fiadoras ou Garantidora, ou (2) se for revogado, sustado ou cancelado, em qualquer dos casos, em até 10 dias contados da data do respectivo protesto;
- g. descumprimento de decisão judicial de mérito transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, que imponha obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- h. verificação de que quaisquer das declarações realizadas pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora e/ou Garantidora na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, são (1) falsas ou enganosas; ou (2) materialmente incorretas ou incompletas na data e nas condições que foram prestadas, exceto, no caso do inciso (a) acima, se sanadas em 10 (dez) dias;
- i. resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora e/ou Fiadoras, caso a Emissora e/ou as Fiadoras estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou financeiras com os debenturistas ou quaisquer terceiros no âmbito de dívidas contraídas no mercado financeiro ou de capitais, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório;
- j. alienação, cessão, transferência dos bens objeto de Garantias Reais, ou constituição, pela Emissora e/ou Garantidora, a qualquer tempo durante a vigência da Escritura de Emissão, de quaisquer ônus sobre quaisquer dos bens objeto das Garantias Reais;
- k. declaração de nulidade, invalidade ou inexequibilidade da Escritura de Emissão por meio de decisão judicial, não revertida ou sem obtenção da suspensão de seus efeitos em até 30 (trinta) dias da ciência;

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

- l. declaração de nulidade, invalidade ou inexequibilidade de qualquer Contrato de Garantia, por meio de decisão judicial, exceto se, em até 30 (trinta) dias de sua ciência (1) a decisão seja revertida ou seja obtida a suspensão de seus efeitos; ou (2) as Garantias declaradas nulas ou inválidas sejam substituídas nos prazos para substituição indicados nos referidos Contratos de Garantia para substituição ou reforço de garantias;
- m. penhora, sequestro, confisco, desapropriação, ônus, encargo, determinado por autoridade judicial governamental, sobre os bens objeto das Garantias Reais, exceto se, em até 30 (trinta) dias contados da data de sua ciência, for obtida medida judicial suspendendo o respectivo ônus ou se for realizada a substituição ou reforço da garantia nos prazos para substituição e/ou reforço indicados nos referidos Contratos de Garantia para substituição ou reforço de garantias;
- n. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou Garantidora das obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;
- o. decisão judicial condenatória em face da Emissora e/ou quaisquer das Fiadoras, acerca da prática pela Emissora e/ou qualquer das Fiadoras de atos de corrupção e/ou atos lesivos contra a administração pública, nacionais ou estrangeiras, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, do Decreto nº 2.848 de 7 de setembro de 1940, conforme alterada, e, conforme aplicáveis, do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*;
- p. em caso de declaração judicial de insolvência ou incapacidade civil não sanada em 30 (trinta) dias ou qualquer decisão ou reconhecimento público e notório que gere impacto de natureza similar e impacte adversa e materialmente quaisquer Fiadoras Pessoas Físicas;
- q. não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro abaixo, a ser verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x a partir de 2020, sendo:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluindo dívidas contraídas perante instituições financeiras e decorrentes de emissões de debêntures, subtraído do caixa e numerários em trânsito, saldo de contas de livre movimentação de titularidade da Emissora em bancos e aplicações financeiras sem prazo de carência para resgate; e

“EBITDA” significa o resultado bruto, subtraído das despesas de comercialização, despesas administrativas, acrescido dos valores de depreciação e amortização.

Em 31/12/2021 a Companhia está cumprindo com o índice financeiro mencionado.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 18 deste Formulário de Referência.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que não aprovou planos para recompra de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2021

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação R\$ por Unidade
Ordinária			
Movimentação		Quantidade Unidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação Unidade
Quantidade Inicial		2.375.891	
Quantidade adquirida		0	0,00
Quantidade alienada		449.000	1,90
Quantidade cancelada		0	
Quantidade final		1.926.891	
Relação valores mobiliários em circulação		1,449100%	

Exercício social 31/12/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação R\$ por Unidade
Ordinária			
Movimentação		Quantidade Unidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação Unidade
Quantidade Inicial		0	
Quantidade adquirida		11.428.380	0,82
Quantidade alienada		7.005.439	0,00
Quantidade cancelada		2.047.050	
Quantidade final		2.375.891	
Relação valores mobiliários em circulação		1,451700%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação R\$ por Unidade
Movimentação	Quantidade Unidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação Unidade	
Preferencial			
Movimentação			
Quantidade Inicial	0		
Quantidade adquirida	381.807	0,90	
Quantidade alienada	0	0,00	
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	381.807		
Relação valores mobiliários em circulação	5,910000%		

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**19.3 – Outras informações relevantes**

As ações alienadas, informadas no item 19.1, referem-se a transferência de ações decorrente do plano de remuneração por opções da Companhia.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 19.1 e 19.2 deste Formulário de Referência.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	19/10/2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Companhia; acionista ou grupo de acionistas que exerce, direta ou indiretamente, o Poder de Controle da Companhia, ainda que não estejam vinculados por acordo de acionistas (“Acionistas Controladores”); membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (“Administradores”); membros e respectivos suplentes, quando aplicável, da Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venha a ser criados pela Companhia, por disposição estatutária (“Demais Órgãos da Administração”); e quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição exercida na Companhia, nos Acionistas Controladores, nas Coligadas, ou nas Controladas, tenha conhecimento, ou possa vir a ter conhecimento, de Ato ou Fato Relevante sobre os negócios sociais da Companhia ainda não divulgado ao mercado, ou, ainda, relativa às demonstrações financeiras trimestrais e anuais

Principais características e locais de consulta

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020, a Companhia aprovou a “Política de Negociação de Valores Mobiliários da Neogrid Participações S.A.” (“Política de Negociação”), a qual, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM nº 44”), visa a regulamentar as operações com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados (“Valores Mobiliários”), estabelecendo as diretrizes e procedimentos a serem observadas pela Companhia e pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação, quais sejam os Acionistas Controladores, os Administradores e membros dos Demais Órgãos da Administração, bem como Colaboradores Relevantes da Companhia (em conjunto, “Pessoas Sujeitas à Política”), a fim de assegurar a regularidade e transparência de tais negociações.

A Política de Negociação está de acordo com os seguintes princípios básicos: (i) obediência à legislação e à regulação em vigor; (ii) compromisso com as melhores práticas de governança corporativa; e (iii) transparência e equidade de tratamento.

As vedações, obrigações e comunicação estabelecidas na Política de Negociação se aplicam: (i) tanto às negociações realizadas em Bolsas de Valores e em mercado de balcão, organizado ou não, quanto às realizadas sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição; (ii) às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas Pessoas Sujeitas à Política, quer tais negociações se deem por intermédio de sociedades por elas controladas, quer através de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações; (iii) às negociações realizadas pelos respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes das pessoas naturais dentre os Acionistas Controladores, Administradores e membros dos Demais Órgãos da Administração, e Colaboradores Relevantes; e (iv) às operações de aluguel de Valores Mobiliários de emissão da Companhia realizadas por Pessoas Sujeitas à Política.

A Política de Negociação pode ser consultada no site da Companhia (ri.neogrid.com) ou, ainda, no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela Companhia e Pessoas Vinculadas nas seguintes hipóteses, conforme aplicável: (a) sempre que tenham conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante até que seja divulgada aos órgãos reguladores, às Bolsas de Valores e outras entidades similares e, simultaneamente, aos acionistas e investidores em geral, bem como de informação privilegiada aquela relacionada às demonstrações financeiras trimestrais ou anuais ainda não divulgadas ao mercado (“Informação Privilegiada”), até a sua divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante; (b) quando o Diretor de Relações com Investidores, independentemente de justificativa ou da existência de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado, fixar períodos em que as Pessoas Sujeitas à Política não poderão negociar Valores Mobiliários de emissão da Companhia, Controladas e Coligadas (“Períodos de Bloqueio”), sendo certo que o Período de Bloqueio perdurará até que seja divulgado novo comunicado informando expressamente o seu termo final; (c) no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais, bem como no próprio dia da divulgação, antes que a informação se torne pública; (d) quando tenham conhecimento de decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir proventos (dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações), de desdobrar ações ou de emitir valores mobiliários da Companhia, até que publicados os respectivos editais ou anúncios; (e) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou houver sido outorgada opção ou mandat
--	---

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação**20.2 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 20.1 deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui uma política de divulgação de ato e fato relevantes (“Política de Divulgação”), elaborada nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 44”) e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de outubro de 2020 e também descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência.

Além disso, para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação sejam cumpridas, é exigido que cada uma das pessoas que deverão observar as disposições da Política de Divulgação assine um termo de adesão à ela, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade.

Adicionalmente, de acordo com a legislação e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e a Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2022 conforme alterada (“Resolução CVM 44”), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes.

A Resolução CVM 44 disciplina, ainda, regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os Atos ou Fatos Relevantes (conforme abaixo definidos), inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de Ato ou Fato Relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de Ato ou Fato Relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar (i) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; ou (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;
- dão exemplos de Atos ou Fatos Relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão, dentre outros;
- impõem à companhia aberta o envio de Atos ou Fatos Relevantes à CVM, por meio do sistema Empresas.Net fornecido pela CVM e pela B3, bem como divulgá-los ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo criado por disposição estatutária) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 a titularidade e negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela referida companhia, suas controladoras e controladas (desde que sejam companhias abertas), inclusive aquelas detidas por seus cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na sua declaração anual de imposto de renda e sociedades controladas;
- exigem que qualquer acionista controlador, direto ou indireto, qualquer acionista que eleja membros do conselho de administração ou conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, divulgue a alteração de sua participação por meio negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual sua participação direta ou indireta ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, segmento especial de listagem de governança corporativa da B3 que, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto que adotem tais práticas diferenciadas de governança corporativa. O Regulamento do Novo Mercado, dentre outras, impõe a necessidade de realização de reunião pública com analistas e demais interessados, ao menos uma vez ao ano, para divulgação de informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, e a divulgação anual de cronograma de eventos corporativos.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido referente à Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão: (i) pela própria Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus diretores; (iv) pelos seus conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do Ato ou Fato Relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A referida vedação também prevalece se existir a intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, ou, em relação a acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas mencionadas no parágrafo acima no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras (DFP).

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui uma política de divulgação de ato e fato relevantes (“Política de Divulgação”), elaborada nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 44”) e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de outubro de 2020.

A Política de Divulgação objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas Pessoas Sujeitas à Política para a divulgação de ato ou fato relevante da Companhia, nos termos da, e conforme definido na, Resolução CVM 44 (“Ato ou Fato Relevante”), a fim de evitar o uso indevido de Informações Privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação a Companhia, o acionista ou grupo de acionistas que exerce, direta ou indiretamente, o poder de controle da Companhia, ainda que não estejam vinculados por acordo de acionistas (“Acionistas Controladores”), membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (“Administradores”), membros e respectivos suplentes, quando aplicável, da Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venha a ser criados pela Companhia, por disposição estatutária (“Demais Órgãos de Administração”) quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição exercida na Companhia, nos Acionistas Controladores, nas Coligadas, ou nas Controladas, tenha conhecimento, ou possa vir a ter conhecimento, de Ato ou Fato Relevante sobre os negócios sociais da Companhia ainda não divulgado ao mercado, ou, ainda, relativa às demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Companhia que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado (“Colaboradores Relevantes”) e todas as pessoas naturais ou jurídicas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, consultores, instituições financeiras, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, trabalhadores terceirizados e fornecedores que contratados pela Companhia, suas Controladas ou Coligadas, que tenham conhecimento, ou possam vir a ter conhecimento, de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado ou, ainda, relativa às demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Companhia que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado (“Fornecedores e Prestadores de Serviços”), as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do termo de adesão e toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia (em conjunto, “Pessoas Sujeitas”).

A comunicação de Ato ou Fato Relevante à CVM, às bolsas de valores em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. (“Bolsa de Valores”) e ao mercado em geral deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

O Ato ou Fato Relevante será divulgado ao público investidor em um portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

O Ato ou Fato Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura da sessão de

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

negociação, tal divulgação deverá ser realizada, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após, prevalecendo, no caso de incompatibilidade de horário de negociação em mercados de diferentes países, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores, nacionais e estrangeiras (conforme aplicável), a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Companhia poderá, excepcionalmente, deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante quando o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia entenderem que a revelação do Ato ou Fato Relevante naquele momento poderá pôr em risco o interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente o Acionista Controlador e este decida por sua não divulgação, deverá o Acionista Controlador informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia e/ou ao Departamento de Relações com Investidores.

Ainda que o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, na hipótese de o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo escapar ao controle, ou, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, os Acionistas Controladores ou os Administradores ficam obrigados a, através do Diretor de Relações com Investidores ou diretamente, providenciar para que o Ato ou Fato Relevante seja imediatamente comunicado à CVM, Bolsas de Valores e ao público investidor.

As Pessoas Sujeitas devem (i) conhecer, ter acesso e entender a Política de Divulgação, bem como ter pleno conhecimento de suas respectivas obrigações em relação à sua aplicação; (ii) guardar sigilo sobre informações relativas a Ato ou Fato Relevante da Companhia ao qual tenha acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, sujeito à aplicação das penalidades previstas na legislação aplicável e a critério da Companhia; (iii) zelar para que seus subordinados e terceiros de sua confiança guardem sigilo sobre informações relativas a Ato ou Fato Relevante e delas não se utilizem, respondendo solidariamente com estes em hipótese de descumprimento; (iv) observado o disposto na Política de Divulgação, aderir à Política de Divulgação mediante assinatura de Termo de Adesão ou, alternativamente, celebrar contrato de confidencialidade, conforme aplicável; (v) comunicar ao Diretor de Relações com Investidores e/ou ao Departamento de Relações com Investidores qualquer informação que entendam caracterizar Ato ou Fato Relevante, a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação; e (vi) atender prontamente às solicitações de esclarecimentos formuladas pelo Diretor de Relações com Investidores quanto à verificação da ocorrência de Ato ou Fato Relevante.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é a Diretora de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação**21.4 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 21.1 a 21.3 deste Formulário de Referência.